

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RODRIGO MACHADO DA SILVA

A EXPERIÊNCIA DO PASSADO:
A escrita da História como discurso da civilização

MARIANA, MINAS GERAIS, BRASIL
2010

RODRIGO MACHADO DA SILVA

**A EXPERIÊNCIA DO PASSADO:
A escrita da História como discurso da civilização**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Miranda Mollo

MARIANA, MINAS GERAIS, BRASIL
2010

AGRADECIMENTOS

O espaço dos “Agradecimentos” certamente é um dos mais injustos locais de memória que se pode impor a um indivíduo. Há inúmeras pessoas que passam em nossas vidas e que deixam marcas importantes, mas que nem sempre conseguimos compilar em meia-dúzia de páginas. A curta trajetória de uma graduação nos proporciona fazer amigos para toda a nossa vida, e certamente as pessoas que conheci durante esses anos serão por mim sempre lembradas. Mas falarei das grandes pessoas que carregarei comigo um pouco mais tarde.

Quero iniciar dizendo o quanto esta monografia significa para mim. Ela é um passo significativo em minha vida, tanto profissional quanto pessoal. Produto de mais de 3 anos de pesquisa, que por muito ficou atravancada por falta de fontes, de dúvidas quanto a pertinência do trabalho e as vezes por dedicação insuficiente. No entanto, ela só foi possível de ser executada graças a brilhante orientação da professora Dra. Helena Miranda Mollo, que desde meu segundo período, início de 2007, começou de *freelance* a ser a minha mentora intelectual. Confiou em meu trabalho, “comprou” a idéia de estudar Diogo de Vasconcellos (Diogão para os íntimos), que não tem afinidade com os seus próprios trabalhos e sempre me motivou a superar as dificuldades e traçar os melhores caminhos para a investigação histórica.

Dedico um espaço em agradecimento ao NEHM – Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade. A maior parte de minha vida acadêmica até então eu devo aos professores que compõem o núcleo. Ao professor Dr. Valdei Lopes de Araujo, que mesmo sem me conhecer direito me aceitou no NEHM de braços abertos e sempre abrindo espaços para que eu pudesse contribuir para o melhoramento das atividades desempenhadas no grupo. Sem sombra de dúvidas ele tem uma parcela de culpa em minha formação intelectual, e que gentilmente é um dos leitores críticos de minha monografia. Ao professor Dr. Sérgio Ricardo da Mata, que com sua paciência, dedicação e brilhantismo me proporcionou uma das disciplinas que me fizeram chorar sangue, Historiografia Alemã, mas que me deu uma grande base teórica. Ao professor Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi, talvez o que estude um objeto mais próximo ao meu, ajudando-me a enxergar melhor as fontes, relacionar o que era antes vistas de formas isoladas, sem contar que nunca li tanto Koselleck em uma única disciplina.

Agradeço especialmente a outros dois professores que também tiveram importância significativa pela minha formação. Em primeiro lugar quero agradecer a professora Virgínia Buarque, que sempre foi muito atenciosa e carinhosa, não apenas comigo, e que durante toda a fase de estágio sempre esteve presente para me apontar os caminhos mais seguros do ensino.

Ao professor Marco Antonio Silveira, que com as suas malucas disciplinas e provas mirabolantes me proporcionaram um grande enriquecimento intelectual, além de impulsionar, mesmo que de leve, a minha carreira, me ajudando a difundir o meu objeto de estudo. E por fim, ao professor Ronaldo Pereira de Jesus, que ministrando a cadeira de Brasil Primeira República abriu as minhas ideias e contribuiu, mesmo sem saber, muito para o desenvolvimento da minha pesquisa, o que me motivou a convidá-lo, também gentilmente aceito, a ser meu leitor crítico.

Os grandes amigos sempre têm que possuir um espaço significativo em nossos agradecimentos. São eles que nos aguentam nos dias de estresse, e estão no bar com a gente nos dias de alegria. Quando saí de Pindamonhangaba deixei muito amigos importantes por lá, Adriano, Michel, Ana Paula, Mônica, e um dos meus principais incentivadores a fazer história, e é um grande companheiro ainda hoje, Bruno Alexandre. Obrigado, galera! Mas quando cheguei aqui em Mariana fiz outras dezenas de amigos que certamente vão ficar marcados para sempre. As meninas da República Ploc, os malucos da XI de Setembro e Cangaço, que sempre estiveram ao meu lado, aprendi muito com esse povo. Mas quero agradecer principalmente ao meu lar, ao lugar que eu aprendi a amar e respeitar, a gloriosa alvi-verde da UFOPA, bi-campeã absoluta da Copa CAHIS, *Calangos*. Não morei com todos, mas todos esses vão sempre serão meus companheiros de república: Caion Meneguello, Fabrício Oliveira, Flávio Puff, Douglas Puglia, Pablo Menezes, André Cunha, Fernando Maurat, Francisco Samarino, Everton Pimenta, Marco Antonio Lima, Tadeu Pamplona, Nicolas Totti, Mamede Queiroz, Paulo Araújo, Doan Ricardo, Iuri Nunes, Fernando Ciríaco e Mariano Lousada. Calangos, Sempre Calangos!

Por fim, dedico um lugar especial para as pessoas mais especiais, a minha família. Aos meus pais Lourdes e Joaquim, que me apoiaram quando decidi ingressar na carreira de História, respeitando desde o início a minha vontade. Sem esse apoio certamente a conclusão desse curso e a vontade de seguir carreira não aconteceria. Agradeço também aos meus irmãos Giovani e Lucielle, que também são peças chave na minha vida. Meus irmãos mais velhos, que sempre implicaram comigo, mas sempre me defendendo quando preciso. Muito obrigado! E por fim, devo agradecer a uma pessoa que me acompanhou toda a confecção desta monografia, desde a primeira linha até o ponto final, que me ajudou, apoiou, brigou e, sobretudo me inspirou bastante. À Walquiria Tofanelli, os meus sinceros agradecimentos.

Rodrigo Machado da Silva
Mariana, 2 de dezembro de 2010

1

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de sis gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

2

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(A MANHÃ, JOÃO CABRAL DE MELO NETO)

RESUMO

Esta monografia tem como proposta central a análise dos aspectos políticos e historiográficos de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927). Entre a crise do Império e a consolidação da República, no Brasil, Vasconcellos foi um grande defensor das tradições conservadoras mineiras e da Monarquia. Essa marca do tradicionalismo pode ser percebida tanto em sua prática política quanto na historiográfica. Nesse contexto, esta monografia traz uma explanação parcial acerca de alguns pontos relacionados à discussões políticas envolvendo Diogo de Vasconcellos, e as possíveis influências que isso traz pra a escrita da história desse intelectual. Há também um breve balanço acerca da produção da história em Minas Gerais do século XVIII até a confecção das Histórias Antiga e Média de Minas Gerais, de Vasconcellos. Por fim há uma breve análise de alguns pontos selecionados da obra desse autor.

Palavras-chave: Diogo de Vasconcellos; História da Historiografia; Identidade Nacional

ABSTRACT

The main purpose of this monograph is to analyze the political and historiographical aspects of Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos' life (1843-1927). Throughout the imperial crisis and the Republic consolidation in Brazil Vasconcellos was a great defender of conservative traditions of Minas Gerais' State and the Monarchy. This traditionalism feature can be noticed both in his political and historiographical action fields. Among this context, our work ponders about some issues concerning political arguments surrounding Diogo de Vasconcellos, and possible influences that they bring to the writing style of this intellectual. We also rise a struck of balance about history production in Minas Gerais from the 18th century to the writing of "História Antiga de Minas Gerais" and "História Média de Minas Gerais", from this same author. To conclude we composed an analysis of some selected points of this author's work.

Keywords: Diogo de Vasconcellos; History of historiography; National identity

Sumário

1. INTRODUÇÃO	07
2. OS ASPECTOS DA TRADIÇÃO	18
2.1. Linguagens políticas e historiográficas	18
2.2. A manutenção das tradições	30
3. A RETÓRICA DA CIVILIZAÇÃO	45
3.1. Fundando uma historiografia?	45
3.2. Entre a região e nação. Hipóteses para o “ser” mineiro em Diogo de Vasconcellos	62
4. AS HISTÓRIAS DE MINAS GERAIS.....	77
4.1. As origens históricas das Minas Gerais	77
4.2. A Guerra dos Emboabas	86
4.3. Teófilo Feu de Carvalho: crítico de Diogo de Vasconcellos	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
6. BIBLIOGRAFIA	100

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central desta monografia tem como principal característica metodológica a utilização da interface entre o estudo da história política e da história intelectual, sobretudo a história da historiografia, para a compreensão do campo discursivo político e historiográfico em Minas Gerais entre a crise da Monarquia à Primeira República. A análise se partirá de discursos e ações políticas de um sujeito histórico que se apresenta como um grande potencial de discussão, o multifacetado Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927).

Vasconcellos foi escolhido devido ao que identifiquei como uma lacuna na historiografia brasileira e mineira, sobretudo. Ele sem dúvida se mostra um sujeito de várias faces e altamente complexo. Ao longo da pesquisa percebi que Vasconcellos atuou como *advogado, político, jornalista e historiador*. Um indivíduo que estava inserido nos debates políticos de sua época e com grande notabilidade, mas que ainda possui uma carência de estudos dedicados a ele.

Autor das *História Antiga das Minas Gerais* (1904) e de *História Média de Minas Gerais* (1918), consideradas duas obras primordiais para se estudar a história colonial mineira. Os estudos sobre Diogo de Vasconcellos se limitam, até então, a análises de suas obras. O lado historiador de Vasconcellos sempre é o mais lembrado, no entanto, o seu trato com a história está muito vinculado a sua tradição dentro do espaço público mineiro no último quartel do dezenove e no primeiro do vinte.

O personagem ora em tela é um representante de um tradicionalismo e conservadorismo monárquico ainda em princípios da República. A tradição defendida por Vasconcellos pode ser vista como uma espécie de ruína de um mundo que está prestes a ser radicalmente modificado. Considera-se a década de 1870 como um marco fundador de um conjunto de mudanças, tais como a fundação do Partido Republicano¹ e a recepção de novos paradigmas científicos europeus. Para Ângela Alonso:

a conjuntura em que o movimento intelectual da geração de 1870 surge é a hora de processamento político de uma mudança estrutural: os fundamentos coloniais da formação social brasileira, a forma patrimonial do Estado e o regime de trabalho davam sinais de desagregação².

O que mais chama atenção em Diogo de Vasconcellos é a sua postura resistente ao regime que se instaura após 15 de novembro de 1889. Esta postura é o que permite se lançar

¹ A fundação do Partido Republicano em Minas Gerais só ocorrerá em 1888.

² Ângela Alonso. **Idéias em movimento**: A geração de 1870 na crise do Brasil Império, p. 41.

os pressupostos da pesquisa apresentada. Monarquista fervoroso disporá de seu discurso assim como suas ações políticas em prol ao regime monárquico mesmo dentro da República. Ou seja, Vasconcellos fora um eminente membro do Partido Conservador Mineiro, e assim como veremos mais à frente um grande defensor do partido, no entanto, no biênio 1892-1893 exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo de Ouro Preto, a capital de Minas Gerais na época. O curioso é que o político foi o primeiro no regime republicano a ocupar esse posto³.

Para se compreender os caminhos seguidos por Vasconcellos em sua carreira como político, sobretudo, faremos um breve apontamento biográfico sobre o objeto. No entanto, há uma escassez de fontes que ainda limita alguns momentos da pesquisa. Rebeca Gontijo diz que o exercício de escrever e trocar cartas são práticas culturais modernas de produção de si, fazendo com que o indivíduo atribua significado ao mundo que o rodeia, relacionando desta forma com a sua própria vida constituindo identidades⁴. Para o caso desta monografia não pude localizar um número muito grande de cartas de Diogo de Vasconcellos, o que dificultará estabelecer dados biográficos mais estruturados.

Não me é pertinente aqui discutir os usos e desusos do gênero biográfico no estudo da história. O que se quer com esses apontamentos é apenas situar Diogo de Vasconcellos em seu lugar de ação. Por não se tratar de uma biografia histórica, esta introdução limita-se então a ler parte da vida de Vasconcellos à luz de outras produções. Desta forma, para reconstruirmos alguns de seus passos, utilizaremos outros escorços biográficos e notas de jornais de época como principais fontes.

Nome vantajosamente conhecido na provincia, á que tantos assignalados serviços tem prestado, honrado por vezes com a confiança de seus amigos e coreligionarios, o Dr. Diogo de Vasconcellos nunca desmereceu d'ella, e solicita de novo o mandato de representante da provincia pelo 1º districto eleitoral. Nós que conhecemos quanto é legitima sua aspiração, e vemol-a apoiada no prestigio de sua brilhante intelligencia, character nobre e elevado e nos inimitaveis serviços prestados ao partido conservador, prestamos ao illustre candidato toda a adhesão e apoio⁵.

Assim dizia o periódico *A Província de Minas* em 28 de agosto de 1881, cujo proprietário e redator era José Pedro Xavier da Veiga, correligionário de Vasconcellos no Partido Conservador. Esse jornal é uma das minhas principais referências da década de 1880

³ Alguns apontamentos que serão destacados nesta introdução serão retomados ao longo dos próximos capítulos.

⁴ Rebeca Gontijo. História, cultura, política e sociabilidade intelectual, p. 265.

⁵ **A Província de Minas**, Ouro Preto, 28 de agosto de 1881.

acerca do objeto de estudo. Autodenominado de órgão do Partido Conservador, ele servirá como uma das plataformas de campanha política e de diálogos de Vasconcellos com seus amigos e inimigos políticos.

A citação acima se refere a uma das candidaturas do político ao cargo de deputado provincial. Ainda nessa mesma edição Vasconcellos agradece ao partido por tê-lo escolhido para concorrer ao cargo mais uma vez. O conservador a todo o momento utilizando-se do discurso da modéstia coloca os interesses do partido acima de seus próprios. O exercício de deputado é acima de tudo, para Diogo, um ato de patriotismo, e cabe ao eleitorado tomar consciência disso e votar no Partido em favor da Nação.

Não trata-se pois agora de saber: se sou ou não digno de ser eleito: o que cumpre é si devem ou não triunfar as aspirações políticas que meu nome vae levantar perante as urnas. da união e do brio com que nos apresentarmos no proximo certame, do resultado que se apurar, é que depende da vida ou a morte do partido conservador. Façamos portanto maioria.

Atualmente toda questão pessoal circumscreve-se á escolha do candidato: mas, escolhido que seja, como estou: a lide já não me pertence, já não é minha somente; e sim de todos, do partido cujos interesses e por cuja conta estamos em campo.

Assim, pois, invoco: em primeiro lugar o patriotismo de V.S., e seu nunca desmentido zelo e ardor pela honra do partido, e em segundo lugar os sentimentos de amizade e estima com que já me distinguiu em outras ocasiões, quando representei Minas nas tres legislaturas da situação conservadora⁶.

É um erro dizer que Diogo de Vasconcellos manteve o seu discurso ultraconservador por toda a sua carreira, mas entre nuances é possível dizer que pelo menos até os primeiros anos da República ele engajava uma militância em prol ao tradicionalismo monárquico. A conservação desse ideário pode ser visto em um ato como Presidente da Câmara de Vereadores de Ouro Preto em 1892. Um quadro do ex-Imperador Dom Pedro de Alcântara foi pendurado em uma das paredes da sala de sessões da Câmara e declarou feriado no dia 4 de dezembro, data do aniversário da morte do monarca.

A Câmara dos Deputados nada fez em relação a isso. Segundo o parecer da Câmara esse ato não ofendia os valores republicanos em voga no Estado naquele momento. Tais ações da Câmara de Vereadores eram em homenagem a um cidadão que por muito tempo governou o país. A interferência do Congresso Mineiro nessa postura feria a autonomia municipal de Ouro Preto, o que ia contra a Constituição da República. Dessa forma, o quadro poderia ser mantido na sala de sessões da Câmara Municipal⁷.

⁶ Circular escrita no Rio de Janeiro em 9 de agosto de 1881 e publicada no jornal **A Província de Minas** em 28 de agosto de 1881.

⁷ José Pedro Xavier da Veiga. **Efemérides Mineiras**. Volumes 1, p. 486-487.

Pendurar o quadro do ex-Imperador não foi o único ato que o Presidente da Câmara fez para homenageá-lo. Em 15 de outubro do mesmo ano de 1892 foi expedida uma portaria da Câmara que pedia a autorização de Affonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, para utilizar parte de uma de suas obras na reprodução de um panfleto para ser distribuído para a população da capital.

Paço da Camara Municipal de Ouro Preto, 15 de Outubro de 1892. Illmo. Exmo. Snr. Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo. A Camara municipal desta cidade, em sessão de hontem, deliberou por unanimidade de votos que o seo Agente Executivo mandasse extrahir da obra litteraria de V. Exa. - Vultos e Factos -, o numero referente à Sua Majestade o finado Imperador o (?) D. Pedro 2º, afim de ser distribuido em avulso pelas escólas e Familias deste Municipio. Por este motivo desejo que V. Exa. se digne de conferir-me a necessaria licebça levando-nos em conta o serviço, que pretendemos prestar ao Municipio com o divulgarmos n'elle esta memoria tão suave e tão bellamente resgatada no exílio pela brilhante penna de um dos mais illustres filhos d'esta Capital. A camara igualmente ordenou-me que apresentas-se a V. Exa. os seos parabens e vivos elogios pela produção com que enriqueceo a nossa litteratuta enchendo de justo orgulho o berço em que todos nescemos, a terra de Minas. (?), pois, E. Exa. aceitar a manifestação destes sentimentos com os protestos ardentes de minha consideração. Deus Guarde a V. Exa. Diogo Luiz d'Almeida Pereira de Vasconcellos⁸.

Não obtive o conhecimento se tais panfletos foram mesmo distribuídos, mas ficam sabidas as intenções do vereador em tempos de República de manter a chama da Monarquia ainda acesa. Muito além de acompanhar através da documentação considerada “oficial”, por se tratar de uma produção administrativa, cabe a nós entendermos os primeiros passos desse conservadorismo de Vasconcellos.

Em 9 de julho de 1928, quando o escritor e jornalista Mario Mattos assumiu a cadeira de número 16 da Academia Mineira de Letras⁹, antes pertencente a Diogo de Vasconcellos, o acadêmico faz um elogio ao seu predecessor no discurso de posse. Ela é uma pequenina biografia, mas ainda hoje é uma das mais significativas produzidas sobre o nosso objeto, e por

⁸ **LIVRO DE OFÍCIOS E PORTARIAS** da Câmara Municipal (1892-1893). Arquivo Público Municipal de Ouro Preto Caixa: 22. Livro: 01.

⁹ A Academia Mineira de Letras (AML) foi fundada em 24 de dezembro de 1909, na cidade de Juiz de Fora por iniciativa de Machado Sobrinho. Inicialmente a AML fora formada por um grupo de 12 homens, todos da cidade. Escolheram mais 18 representantes da intelectualidade mineira da época, incluindo Diogo de Vasconcellos, para incorporar o grupo. Para completar 40 integrantes, número tradicional em instituições congêneres, no dia 13 de maio de 1910 foi integrado ao grupo mais 10 pessoas. A AML transferiu-se para Belo Horizonte em 1915. Para saber mais sobre a AML, ver edição especial da Revista da Academia Mineira de Letras sobre os 100 anos da instituição. *RAML*. Ano 85 – Volume LI, janeiro a março de 2009.

isso se mostra como grande referência para este trabalho¹⁰. Outras contribuições serão incorporadas aqui, muitas também baseadas em Mattos.

Diogo de Vasconcellos nasceu na cidade mineira de Mariana, a 8 de maio de 1843. Era membro de uma das mais tradicionais famílias mineiras. Filho de Diogo Antônio de Vasconcellos, Major da Guarda Nacional e proprietário de terras, e Luiza da Rocha e Almeida. Em elogio a sua cidade:

Para mim, diz elle mais tarde, sobretudo o que mais me enleva é ir por ali avistando a minha cara Marianna, com os seus pitorescos arrebaldes; o valle ameno do meu patrio ribeirão, por Claudio Manoel cantado - *turvo bonhando as pallidas areias*¹¹; e a estrada branca que margina o Canella, pontuada toda de pequenos povoados e casinhas rusticas, fita incomparável este do meu cinema, na qual se me representam, na unidade dramatica dos tempos, os episodios em cheio da infancia e mocidade!¹²

A sua formação inicial se deu em sua própria cidade natal, onde viveu até os 12 anos de idade. O seu forte traço católico provém dessa formação. Diogo estudou no Seminário Menor de Nossa Senhora da Boa Morte, sendo posteriormente elogiado pelo cônego Raimundo Trindade como um dos mais ilustres estudantes da instituição¹³.

Seus estudos tiveram continuação no mosteiro de São Bento, na cidade do Rio de Janeiro. Antes disso, Vasconcellos ainda foi estudar em Congonhas do Campo. O fator religiosidade é recorrente em argumentações do político sendo um ponto importantíssimo para acompanhar a própria trajetória como legislador.

Graduou-se advogado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo. Lá, segundo Mario Mattos, o então estudante de Direito era um tanto quanto espirituoso. Embora não fosse uma pessoa muito ordeira, possuía uma capacidade de assimilação que impressionava seus colegas de faculdade. No discurso de Mattos é importante notar a ênfase que o acadêmico dá à postura boêmia de Vasconcellos. Há a possibilidade, aqui, de se interpretar que Vasconcellos era mais liberal do que conservador. Mattos retira a possível ambigüidade de interpretação afirmando que *“Já por aquella quadra se confessava*

¹⁰ Cf: Mario Mattos. Academia Mineira de Letras: discurso de recepção do novo academico, sr. Mario Mattos: elogio do Senador Diogo de Vasconcellos.

¹¹ Grifo do autor.

¹² Diogo de Vasconcellos. Apud: Mario Mattos. Academia Mineira de Letras: discurso de recepção do novo academico, sr. Mario Mattos, p. 184.

¹³ Cf: Raimundo Trindade. **Breve notícia dos seminários de Mariana.**

valentemente ultra-catholico e conservador”¹⁴. Ainda diz que “*A bohemia de Diogo é o espetáculo gracioso de sua bondade cristã*”¹⁵, na ideia de mostrar que é a partir de sua sociabilidade que o historiador constrói e mantém o seu ideário conservador.

O historiador Basílio de Magalhães diz que Diogo de Vasconcellos quando ainda era estudante de Direito teve uma participação na maçonaria¹⁶. Ele não negava seu ingresso à confraria, no entanto se justificava afirmando que ficou por pouco tempo na instituição, e que logo viu a inutilidade da irmandade e mais atento à instituição religiosa do catolicismo, abandonou rapidamente a loja maçônica que frequentava na capital paulista.

A *Questão Religiosa* era um dos problemas mais recorrentes na legislatura de 1872 a 1875, época que se firmou como deputado geral, em tempos do gabinete ministerial comandado pelo Visconde do Rio Branco. Segundo um pequeno artigo publicado no Jornal da Câmara, de 18 de outubro de 1999, a questão religiosa foi um dos principais temas discutidos na Câmara dos Deputados. Diogo ao lado de Alfredo de Taunay e Silveira Martins brigavam em favor da religiosidade contra aos atos maçônicos de Rio Branco¹⁷.

Segundo Emília Viotti da Costa a *Questão Religiosa* dividiu o país em dois grupos bem distintos. O primeiro era formado por quem era a favor dos bispos, e o segundo de quem era a favor do governo. A Igreja mostrava-se também dividida quanto a esse problema. Mas o fato é que o que desencadeou a crise foi a interferência do Estado na Igreja, mesmo sendo algo comum desde tempos da Colônia¹⁸.

Em linhas gerais, a Questão Religiosa se manifestou devido a alguns incidentes entre o Estado imperial e o clero brasileiro. O primeiro caso que a historiografia atribui é de que em março de 1872, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda suspendeu o uso das ordens sacras do padre Almeida Martins por este ter proferido um discurso em homenagem ao Visconde do Rio Branco por causa da promulgação da Lei do Ventre Livre neste mesmo mês. Após esse ato os bispos de Olinda e Pará, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e Dom

¹⁴ Mario Mattos. Academia Mineira de Letras: discurso de recepção do novo academico, sr. Mario Mattos: elogio do Senador Diogo de Vasconcellos, p. 187.

¹⁵ Mario Mattos. Academia Mineira de Letras: discurso de recepção do novo academico, sr. Mario Mattos: elogio do Senador Diogo de Vasconcellos, p. 193.

¹⁶ Basílio de Magalhães. Introdução.

¹⁷ Pedro Noleto. Reforma eleitoral desagrada defensores do voto direto, p. 2.

¹⁸ Emília Viotti da Costa. **Da Monarquia à República**. Momentos decisivos, 457-458.

Antônio de Macedo Costa respectivamente, também suspenderam os membros do clero que pertenciam à maçonaria. Os dois bispos foram presos por tais atos.

O fato de o Estado dispor de plenos poderes para intervir na Igreja, no Brasil, foi um dos fatores que pesaram para a crise. O poder moderador possibilitava o Imperador de outorgar qualquer tipo de lei, laica ou não, assim como vetar qualquer outra. Dessa forma, mesmo uma bula papal poderia ser vetada em solo brasileiro se fosse a vontade do Imperador. Segundo Viotti da Costa, a sociedade brasileira via as condições clericais com certa indiferença ou até mesmo com um anticlericalismo na cena católica imperial. Roberto Schwarz afirma que o Brasil possuía uma tendência a seguir o liberalismo francês, inglês e estadunidense após a Independência, o que nos faz pensar o forçamento do desligamento de parte da elite, sobretudo, com laços mais consistentes junto ao clero¹⁹. Viotti da Costa pondera que atribuir a Questão Religiosa como fator primordial para a proclamação da República é um exagero²⁰.

Diogo de Vasconcellos, como opositor do gabinete do Visconde do Rio Branco destacou-se no Congresso com um defensor dos bispos e da religiosidade. Devido ao seu empenho e fidelidade ao catolicismo, o político recebeu em 1893 uma comenda da *Ordem Equestre do Santo Sepulcro*. Existe a possibilidade de Diogo ainda ter recebido o título nobiliárquico papal de Visconde de São João Latrão, mas essa informação não foi confirmada pela Ordem.

Na década de 1880, ao mesmo tempo em que atuava como deputado em algumas legislaturas, o marianense exercia a prática de advogado. De acordo com minhas investigações, ao menos nos primeiros anos da década, Vasconcellos praticou a advocacia principalmente na cidade de Muriaé, também em Minas. Não obtive acesso a documentos do período, o que não impossibilitou uma investigação sistematizada de seu perfil em sua profissão de origem. Uma de suas defesas fora transcrita na A Província de Minas em 24 de julho de 1880. Seu cliente era José Antonio Corrêa Ribeiro, acusado de assassinato. Com um discurso inflamado, muito característico de Vasconcellos, o réu foi absolvido.

Ao longo dessa década, o político e seu partido foram cada vez mais perdendo forças. É observável nos periódicos da época o empenho de Vasconcellos e dos Conservadores em chegar ao Congresso Mineiro e no Imperial. Entre vitórias e derrotas, temos os dados precisos de que as legislaturas que participou como deputado geral foram:

¹⁹ Roberto Schwarz. *As idéias fora do lugar*, p. 152.

²⁰ Emilia Viotti da Costa. *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos, p. 458.

03/05/1871 a 22/05/1872 - Deputado - 14ª Legislatura. 1º Distrito (c) MG
 21/12/1872 a 10/12/1875 - Deputado - 15ª Legislatura. 1º Distrito (c) MG
 01/02/1877 a 14/10/1877 - Deputado - 16ª Legislatura. (c) MG
 11/02/1885 a 26/09/1885 - Deputado - 19ª Legislatura. 8º Distrito (c) MG

Como já exposto acima, Diogo de Vasconcellos propunha-se como político a defender os interesses do Partido Conservador acima dos seus. Em um momento em que os Liberais ganhavam terreno em Minas Gerais, o político enfurecido com uma de suas derrotas publica uma nota em repúdio aos eleitores conservadores que não se empenharam para a vitória do partido.

Engendrar deserções é crer que, em lugar de conservadores, me vierão liberaes: ora isto é simplesmente absurdo; porque todos virão como andou tudo apressado. Um ministro é sempre um organismo completo, tem por si a lei instintiva da selecção natural e na luta pela vida atrahe os semelhantes mais fracos. E' na politica a philosophia exemplificada de Comte²¹.

A cada voto contado Diogo via um declínio do Partido Conservador. A derrota, segundo o político, já era certa, mas não esperava que seus adversários pudessem angariar tantos votos a favor. O marianense foi para as eleições para defender os interesses do partido a ferro e fogo, mas não conseguiu resultado positivo. Em 1883 foi derrotado mais uma vez em uma campanha senatorial. No entanto, dessa vez o conservador dotava de outra estratégia.

Em 20 de setembro de 1883, Vasconcellos se manifesta a fim de indicar a missão política que os seus correligionários conservadores deveriam desempenhar nas urnas. O político vem a público não para fazer uma autopropaganda, mas para dar um maior apoio a seu companheiro de chapa, o Dr. Evaristo Ferreira da Veiga. Vasconcellos acreditava que aquele era um momento em que o eleitorado deveria voltar forças a um melhor nome para o exercício do mandato, e esse nome não seria o dele.

Além disso, Vasconcellos estava muito preocupado em manter a união do partido na batalha contra os liberais que se faziam fortes naquele momento. Alertava que o descaso individual frente ao voto poderia causar o fracasso do partido nas urnas. As divergências entre eleitor e candidato, ou concessões a adversários representava a maior desgraça para um partido, habituando as urnas a mentirem, assim como destruindo o regime de idéias e a significação das maiorias.

Com a maior facilidade cada qual entende ser generoso, esquecendo-se que o partido é uma associação política com direitos e obrigações recíprocas; e que basta

²¹ **A Província de Minas.** Ouro Preto, 19 de setembro de 1882.

muitas vezes a discrepância de um voto para derrotar-se o esforço, o trabalho, a esperança de seus correligionários!²²

Diogo de Vasconcellos é um forte representante da oposição ao liberalismo e ao republicanismo. Este é um tema que será discutido em outra oportunidade nesta monografia. Desde os primeiros movimentos do novo regime, o político pronuncia-se como oposição. Os primeiros mecanismos de pronúnciação contra a República é o jornal. O periódico de sua propriedade, *Jornal de Minas*, logo em seus primeiros números se porta contrário ao governo provisório. Um dos principais debates foi a questão da transposição da sede administrativa do Estado de Minas Gerais de Ouro Preto para outra localidade. Uma intensa disputa será travada, e além do espaço jornalístico, a Câmara dos Vereadores será uma plataforma de extrema importância na luta pela preservação da capital na cidade.

Outro elemento importantíssimo de nosso estudo, e que ganhará uma atenção muito especial neste trabalho, é a escrita da história de Diogo de Vasconcellos. Com a passagem do regime monárquico para o republicano, Minas inicia um período de renovação política e cultural. Nasce com o novo regime um anseio por modernização, a fim de deixar o Estado nos moldes de civilizações mais avançadas do final do oitocentos. Há nesse momento a inauguração de um novo regime de historicidade no Estado. Antes de 1889 a percepção de tempo histórico nas Minas estava muito atrelada à imagem do Império, o que para os republicanos constituía uma noção de atraso da Nação, devido à crise que se instalara na monarquia, e o novo regime procuraria romper com a antiga e consolidar uma moderna idéia de tempo histórico²³. Mais do que a constituição de um saber, a história tinha uma função política.

Minas, assim como em outros Estados, sofreu algumas significativas mudanças com a proclamação da República. Ouro Preto, símbolo do regime monárquico, perde a sede do governo de Minas Gerais para uma cidade completamente neutra; as bases do antigo regime são substituídas gradualmente pelas do novo recém implantado e o discurso liberal rompe com todo um idioma conservador que durante o século XIX teve uma grande força na região. Vasconcellos era um representante de uma Minas Gerais do dezenove que estava em transformação.

No entanto, é ingenuidade afirmar que devido a essas mudanças estruturais na política brasileira Diogo de Vasconcellos fosse alheio a isso. Após 1889, Vasconcellos se afasta do

²² **A Província de Minas**. Ouro Preto, 20 de setembro de 1883.

²³ Bruno Franco Medeiros e Valdeci Lopes de Araujo. A história de Minas como história do Brasil, p.29.

cenário político, mas está integrado ao intelectual. Polígrafo atua como jornalista e historiador, sendo considerado por muitos como o primeiro historiador de ofício do Estado de Minas Gerais²⁴.

A escrita da história nesse momento é um importante aliado na construção de projetos de ordem política. O conhecimento do passado histórico do Estado permitia uma autovalorização e legitimação dos poderes político e econômicos de Minas. Agremiações dedicadas a constituição da memória do Estado são criadas. O programa mineiro de construção arquivística de sua história terá início em 1895, com a fundação do Arquivo Público Mineiro, e posteriormente, em 1907, será ratificado com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

O projeto escriturário da história de Minas é majoritariamente republicano. Há um movimento de reconstruir o passado glorioso do Estado para impulsionar o futuro da região. A partir desse movimento identificamos duas possibilidades de recuperação desse passado. Um defendido por um grupo mais conservador, que podemos exemplificar na figura de Diogo de Vasconcellos. Ela trabalha com a ideia de que a história colonial mineira é o momento inicial da constituição da civilização brasileira. Ela faz parte de um processo evolutivo que culmina na modernidade republicana. Não há etapas da história que são melhores ou piores, mas a história colonial é vista como uma fase opulenta e que merece um maior destaque e serve de exemplo para o presente mineiro.

A história para um segundo grupo, mais liberal, segue caminho semelhante, mas com algumas diferenças. A história colonial mineira é também considerada como idade do ouro. Esse é o momento em que o Brasil começa a ter maior contato com a cultura européia. Minas era o principal elo da Colônia com a civilização ocidental. No entanto, não viam a história como um processo de evolução positiva. O momento colonial, principalmente no que se diz sobre os movimentos sediciosos, é marcado por uma oposição a uma ordem monárquica de caráter negativo, constituindo os germens do republicanismo brasileiro. O Império é a idade das trevas, momento de declínio do Estado, de uma ruralização que impediu o avanço de Minas. A República surgia para reverter esse quadro.

O Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais surgiriam para dar condições à construção do passado histórico mineiro. Duas instituições com características semelhantes, mas que ocupam espaços diferentes dentro do contexto político-social mineiro no início da República. Enquanto o APM era um órgão oficial do

²⁴ Cf: Rodrigo Machado. O Heródoto Mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana.

Estado, ligado diretamente com os interesses do governo, o IHGMG surgiu de um movimento civil, desvinculado com a política estadual. No entanto, seus membros e projetos eram comuns, sendo que o IHGMG claramente era apontado como uma instituição que surgia para ser complementar ao APM.

Não apenas essas instituições como plataforma conjunta e institucional serviram como os principais veículos de construção da memória histórica de Minas, mas as próprias obras de Diogo de Vasconcellos, ao menos as *Histórias de Minas Gerais*, contribuíram fundamentalmente para se delimitar os primeiros estudos sistematizados de uma historiografia muito recente, que é a das Minas Gerais republicana, marcada por uma disputa de cânones, envoltos a uma tensão entre liberais e conservadores, e que até hoje não é possível apontar um grande vencedor.

No primeiro capítulo desta monografia, apresentarei os pressupostos teóricos e metodológicos que guiaram a confecção da redação final de minha pesquisa. Através de uma discussão guiada pela interface entre o Contextualismo Linguístico e a História dos Conceitos, retomo as discussões sobre a postura conservadora de Vasconcellos e como isso se aplica em seus cargos políticos. Novamente será abordada a Questão Religiosa, propaganda Conservadora e o governo municipal de Ouro Preto, elementos de análise para se estabelecer o perfil do objeto estudado.

Em sequência, no segundo capítulo, discutirei os primeiros traços da historiografia, através de um balanço das produções historiográficas ao longo dos três séculos de existência de Minas Gerais, e as formas de escrita que foram formando aos poucos os principais modelos de se pensar os tempos pretéritos em Minas Gerais. Ainda nesse capítulo faço uma discussão preliminar sobre a escrita da história em Diogo de Vasconcellos, fazendo alguns apontamentos daquelas que são os mais importantes elementos constituintes da historiografia vasconcelliana.

Por fim, no terceiro e último capítulo faço uma breve análise sobre dois temas que marcam de forma substancial a *História Antiga das Minas Gerais*, o primeiro livro de Diogo de Vasconcellos dedicado à exploração do passado mineiro. Em primeiro lugar destaco as origens históricas de Minas Gerais, e em segundo a Guerra dos Emboabas. Ainda nesse capítulo, analiso um texto de Teófilo Feu de Carvalho, datado de 1933, em que o então diretor do APM tece duras críticas à Vasconcellos.

Assim estrutura-se a presente monografia.

2. OS ASPECTOS DA TRADIÇÃO.

“Deus não é dos mortos, mas dos vivos, porque, para ele, todos são vivos. A história também não é dos mortos, mas dos vivos, pois ela é a realidade presente, obrigatória para a consciência, frutífera para a experiência”.

(JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES)

2.1. Linguagens política e historiográfica.

José Honório Rodrigues, em seu clássico originalmente publicado em 1949, *Teoria da História do Brasil*, apontava que a vida e a realidade são história, movimentos conscientes da vivência do ser humano e de sua ação. A historiografia, portanto, é sempre dependente da história²⁵.

A história é constituída, para José Honório Rodrigues, pela linha que prende o passado e o presente. A história age sobre a vida, e da mesma forma a vida age sobre a história. Dessa forma, todos são vivos para a história, pois os que agiram no passado influenciam os que agem no presente construindo as condições de futuro. O historiador lida com o passado para compreender o dinamismo da vida entre as oposições do instante e do eterno, do presente e a história, das unidades do passado e do presente.

A historiografia se lança como um “espelho”, no qual refletirá os problemas da Nação e da humanidade. As revisões históricas não ocorrem a partir de noções históricas concretas, mas de análises e críticas dos elementos ideológicos, determinados. José Honório concebia a impossibilidade de se olhar e conhecer o objeto histórico em si próprio, assim como em uma fotografia. Como propôs o autor, a realidade histórica é uma pintura que depende da perspectiva do historiador, no entanto, ele só pode ver o fato através de si mesmo, como um homem de seu século, comparando com o tempo em que vive²⁶.

Astor Diehl identifica que atualmente experimentamos em nossa cultura historiográfica uma tendência entendidas como configurações semânticas características de uma modernidade tardia. Segundo o autor, as historiografias dos anos 1980 e 1990, principalmente a de 1990, perderam a capacidade de explicação estrutural dos movimentos

²⁵ José Honório Rodrigues. *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica), p. 27.

²⁶ José Honório Rodrigues. *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica), p. 28.

socioculturais e dos processos civilizatórios. As grandes narrativas cedem lugar para análises *multiculturalistas* e *pluriorientadas*. Isso não é considerado por Diehl como fator negativo para o desenvolvimento do conhecimento histórico, mas como possibilidade de problematização do passado na tentativa de reconstruir ideias e experiências para uma *cultura da mudança*, e *repensar ideias de futuro que se tinha no passado*²⁷. Esses são elementos que compõem a cultura historiográfica. As transformações do pensar a prática historiográfica a partir da crise da razão histórica, sobretudo da década de 1970 em diante.

Há duas categorias que serão fundamentais neste estudo, *Cultura Histórica* e *Cultura Historiográfica*. De acordo com Fabrício Gomes Alves, as questões em torno dessas categorias, na contemporaneidade, são de natureza profunda e complexa. Cada uma delas pode ajudar a observar fenômenos sócio-históricos sob os mais diferentes aspectos, como uma espécie de “constelações conceituais”, sustentadas por eixos que articulam, aproximam-se em várias instâncias, e em uma série de conceitos correlatos.

A situação política e social onde emerge uma maneira de pensar ou escrever, as orientações que determinado grupo, instituição, corporação ou nação alimentam sobre o presente, passado ou futuro, os conflitos políticos e sociais em torno das batalhas semânticas que tem por objetivo ordenar e classificar os conceitos²⁸.

Alves segue uma linha de pensamento que trabalha a cultura histórica como o pensar historicamente aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Ela se baseia na intersecção entre o saber histórico produzido por historiadores e por aqueles que não são, desconstituindo o monopólio de produção e difusão de uma cultura histórica, dividindo espaço com outros agentes. Epistemologicamente, Astor Diehl aponta que esse alargamento das perspectivas históricas se deve em grande medida a falência das explicações macro-estruturais. As grandes narrativas perdem seu lugar de destaque.

Outra perspectiva de definição de cultura histórica exposta pelo autor percebe que a cultura histórica como identidade de uma determinada sociedade. Ela se torna parte concreta de uma sociedade mais ampla, constituída de um conhecimento histórico que se associa a uma visão crítica do processo histórico²⁹.

²⁷ Astor Antônio Diehl. Introdução, p. 13.

²⁸ Fabrício Gomes Alves. Entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia, p. 84.

²⁹ Fabrício Gomes Alves. Entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica, p. 87.

Outro conceito fundamental para esta pesquisa é o de *cultura política*. Giacomo Sani constata que ao longo dos tempos, os estudiosos e pensadores acentuam além de práticas múltiplas em instituições políticas existentes, mas também as crenças, os ideais, as normas e as tradições que atuam como agentes significativos na constituição de determinados contextos. A partir da década de 1960, o interesse pelo estudo de tais aspectos tem aumentado significativamente no campo da ciência política, e segundo o autor, esse aumento ocorre paralelamente ao uso da expressão cultura política, que procura designar o conjunto de atitudes normas e crenças, que em certa medida é compartilhada por membros de uma determinada unidade social, que têm como objeto fenômenos políticos.

Gabriel Almond e Sidney Verba, em 1963, definiram Cultura Política como “conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política”. Além disso, propuseram três tipos de tendências que o indivíduo pode assumir ou três modos que pode encarar os fatos e as relações sociais: a cognitiva, a afetiva e a valorativa. De acordo com Sani, o primeiro tipo de cultura política (cognitiva) ocorre principalmente em sociedades mais simples, na qual os papéis e instituições especificamente políticas, ou não existem ou coincidem com os papéis e estruturas de caráter econômico e religioso. Ele também é conhecido como *parochial political culture*. O segundo (afetivo), por sua vez, também é chamado de cultura política de “sujeição”, que se manifesta quando os conhecimentos, os sentimentos e avaliações dos integrantes de uma sociedade voltam-se essencialmente para o sistema político em seu conjunto, mas atenta-se nos aspectos de *output* (de saída) do sistema, ou seja, na atenção ao aparelho administrativo responsável pela execução das decisões. O terceiro (valorativo), também é conhecido como cultura política de “participação”. Sani diz que há outras tendências específicas que não visam somente ambos os aspectos do sistema, mas supõe a posição ativa de cada um³⁰.

Cultura política, para Lúcia Bastos, deve ser entendida como uma construção histórica que se adapta e se transforma em sintonia com os acontecimentos e atitudes de indivíduos e grupos, cujos objetivos são definidos por ela. A cultura política de uma sociedade não é composta apenas de conhecimentos e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político, tais como as normas definidoras de direitos e deveres dos participantes como cidadãos. Ela por definição se estabelece como o conjunto de práticas políticas e culturais de uma determinada sociedade, em um dado momento histórico, que

³⁰ Giacomo Sani. *Cultura política*, p. 306.

possibilita distinguir os interesses de grupos sociais e a natureza de seus propósitos, de acordo com suas práticas³¹.

Uma determinada cultura política não pode ser considerada, porém, como algo homogêneo. As normas, as atitudes, os símbolos e os valores que a expressam não se apresentam com um significado único e idêntico para todos os indivíduos. Além das inevitáveis ambigüidades, que comprometem até mesmo a coerência de um determinado grupo, novos discursos, novas idéias e novos conceitos coexistem, no dia-a-dia da sociedade, sobretudo em períodos de mudanças, com os vestígios de práticas antigas³².

Estudar a história intelectual no Brasil nos finais do oitocentos e início do novecentos é por em diálogo os aspectos historiográficos e políticos. Esses não são dos dois únicos elementos que constitui o estudo da história intelectual, mas para este trabalho eles são os principais elementos de intersecção. José Murilo de Carvalho ao estudar o tema propôs que há dois tipos de abordagens realizadas por aqui. Uma em que a história se aproxima de uma análise filosófica e outra de uma abordagem vinculada às ciências sociais.

O primeiro possui uma longa tradição entre os estudiosos. Pautava-se, levando em consideração a essa aproximação à filosofia, no pressuposto de uma exatidão na interpretação do autor estudado. Havia um esforço histórico em situar o autor em seu contexto. Ou seja, estudando o indivíduo de uma forma isolada, o pesquisador conseguia extrair os dados desejados com maior eficácia. Havia também outros que, ao invés de estudarem autores dessa forma individualizada, procuravam considerá-los em grupos, caracterizando-os a partir de correntes de pensamentos específicas³³, muitas vezes até mesmo imóveis. Em grande medida, a autoria de textos e livros era o objetivo mais profundo de estudo, isto é, a obra era analisada pelo seu autor, e questões sobre recepção, linguagem e texto eram minimizadas frente a quem escrevia.

O segundo, aquele mais próximo das ciências sociais, é, de acordo com Carvalho, menos abrangente. Não se preocupa com as histórias gerais de ideias, ou em estudar grupos de autores ou de temática. Esse tipo de abordagem inspira-se na sociologia do conhecimento proveniente de Marx e Mannheim. José Murilo de Carvalho afirma que nessa forma de análise há um esforço sistemático maior em interpretar as ideias (socialismo, liberalismo,

³¹ Lucia Maria Bastos Pereira Neves. **Corcundas e constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)**, p. 25-26.

³² Lucia Maria Bastos Pereira Neves. **Corcundas e constitucionais**, p. 26.

³³ José Murilo de Carvalho. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, p. 123.

positivismo, etc.) como ideologias vinculadas a interesses de grupos, classes sociais e até mesmo do Estado.

Vanderlei Souza propõe que as polêmicas discussões em torno de teorias e metodologias para o desenvolvimento da história intelectual são um estimulante objeto de investigação. A história intelectual se mostra um campo vasto e relativamente recente: ela transita na fronteira de outras disciplinas, não possuindo uma problemática norteadora ou temas consensuais. Existe ainda uma série de questionamentos quanto às perspectivas, indefinições e a validade nas análises empregadas pela história intelectual para interpretar um texto histórico³⁴.

Até a década de 1960 havia ainda duas tendências historiográficas que dominavam os estudos da história das ideias e do pensamento político moderno: o *contextualismo* e o *textualismo*. O primeiro, de acordo com Vanderlei Souza, é talvez o mais adotado entre os historiadores das ideias. Antes de entender as ideias expostas em uma obra, deveríamos entender a realidade material ou estrutural do contexto, assim os fatores religiosos, políticos e econômicos é que determinam o significado do texto dado. O segundo é o mais aceito pelos críticos literários e os historiadores da filosofia, que compreende o contexto como irrelevante, prendia-se na autonomia do texto em si mesmo como o único elemento necessário para a interpretação de seus significados³⁵.

Nos últimos anos novas abordagens vêm sendo aplicadas no estudo da história intelectual no Brasil. No entanto, José Murilo de Carvalho corrobora com a ideia de pouca problematização dos pressupostos dessa abordagem. Essas novas formas de estudo têm sido incorporadas de maneiras informal e fragmentada. De acordo com o autor, a crítica literária sofre maiores avanços no debate lingüístico e na teoria da recepção do que a história intelectual³⁶. Uma das principais vertentes historiográficas acerca desse debate é a *linguistic turn* surgida na década de 1960, principalmente com o *contextualismo lingüístico* britânico da escola de Cambridge.

Essa “virada” se dá principalmente com a publicação do texto de Quentin Skinner, “*Meaning and understanding in the history of ideas*”, em 1969. Nesse texto, o historiador inglês tece suas críticas à “antiga” forma de se estudar a história das ideias, em que o principal erro, o anacronismo, que se dá naquele tipo de análise era devido à tendência dos

³⁴ Vanderlei Sebastião de Souza. Autor, texto e contexto: A história intelectual e o “contextualismo lingüístico” na perspectiva de Quentin Skinner, p. 2.

³⁵ Vanderlei Sebastião de Souza. Autor, texto e contexto, p. 4-5.

³⁶ José Murilo de Carvalho. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura, p. 126.

historiadores em embutir intenções e significados nas obras que jamais estiveram e não poderiam estar presentes no contexto original de produção. Marcelo Gantus Jasmin propõe que isso acaba por criar um “conjunto de mitologias históricas”, que narravam pensamentos inexistentes, ou nas palavras dele, pensamentos que ninguém pensou, e isso seria não-histórias³⁷.

Na visão de Skinner, ao interpretar ideias passadas, o historiador acaba por tecer suas análises tomando apenas o seu tempo como ponto de análise para a obra estudada. Levava-se em consideração não o tempo em que o texto escrito, mas o tempo em uma dimensão mais larga forçando diálogos tanto com o passado, quanto com o futuro do texto de forma indevida. De modo diferente das formas abstratas de elaboração filosófica, tais como tratados de lógica, os trabalhos de filosofia política são desenvolvidos como “atos de fala”, de autores particulares, em contextos políticos específicos e no interior de linguagens próprias que correspondem ao momento de sua formulação. Um determinado autor ao se propor escrever um tratado político corre o risco de se confrontar com outras inúmeras formas de se interpretar aquilo que ele se dispôs a analisar. A elaboração de um tratado deve associar *ação* e *intenção* no ato de se fazer uma obra³⁸.

Quanto à questão da busca pelas intencionalidades de um autor isolando-as em sua práxis e que se efetiva no ato de escrita do texto, Skinner e os contextualistas recebem inúmeras críticas. Existe a possibilidade de um autor, no momento de sua escrita, ter autoconsciência de todas as suas ideias e transpor para o papel exatamente aquilo que queria dizer? Não seriam intencionalidades apenas aquilo que foi publicado depois de passar por um processo de revisão das ideias? Essas são indagações corriqueiras que se fazem à abordagem contextualista a partir dos pressupostos skinnerianos. Para John Pocock, o intelectual habita um mundo que é historicamente determinado, e que só é possível apreendê-lo por meios disponíveis graças a uma série de linguagens também historicamente construídas. Os modos de discurso disponíveis em seu tempo é que determinam as intenções que ele pode ter, proporcionando também, os únicos meios que ele tem para efetuar-las³⁹.

A questão central da história das ideias, na perspectiva skinneriana, é compreender a produção de significado através do uso da linguagem. Nicolau Sevcenko afirma que o século XX reconheceu categoricamente que a linguagem está no centro de toda atividade humana.

³⁷ Marcelo Gantus Jasmin. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares, p. 27-28.

³⁸ Marcelo Gantus Jasmin. História dos conceitos e teoria política e social, p. 28.

³⁹ John G. A. Pocock. Introdução: O Estado da Arte, p. 27-28.

Ela é produzida por um complexo jogo de relações⁴⁰ que os homens estabelecem entre si e com a realidade, passando também a ser um modelador desse conjunto de relações. O autor diz que a linguagem, dessa forma, torna-se um elemento invisível de subdeterminação da experiência humana, mesmo tendo uma existência concreta e onímoda⁴¹. No caso do contextualismo inglês, a questão da linguagem parte de uma das principais premissas da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein: “palavras são atos”. Para interpretar o significado dos textos, analisando-os de acordo com os contextos linguísticos originais, o historiador deve buscar a compreensão das intenções e motivações dos autores ao pronunciarem uma determinada palavra, frase ou enunciado⁴².

Mesmo assim, Skinner propõe que por mais que o historiador estude o contexto social em que o autor e obra estão inseridos, o significado de uma sentença através da compreensão de sua *fala ilocucionária* não pode ser entendido de forma completa. O contexto social ajuda a explicá-lo, mas não tendê-lo. Compreender um ato de fala como ação política e “recuperar” as intenções do autor ao propor uma ideia é necessário traçar relações entre o dado enunciado e o vasto contexto linguístico disponível à época, das quais ele dialoga. Há duas regras gerais para se interpretar um enunciado adequadamente, a partir das propostas de Skinner: A primeira é que não se deve levar em consideração apenas o texto interpretado, mas também as convenções ideológicas e conceituais que estavam disponíveis a ele. A segunda é que uma vez descoberta a primeira, o historiador só compreenderá seu objeto se enfocar o mundo mental do escritor, suas crenças empíricas, percepções e sentimentos, valores morais e políticos, assim como ideologias partilhadas com seus pares e audiência⁴³. Skinner admite que haja intenções e significados que por falta de informações contextuais não podem ser recuperadas. Mas se as intenções investigadas pelo historiador estiverem expressas num ato de comunicação bem-sucedido e foram legitimados publicamente é possível estabelecê-las⁴⁴.

⁴⁰ Georg Simmel nomeia tal “jogo” como “jogo social”. De acordo com o pensador alemão, essa categoria se aplica a todas as formas de interação ou sociação entre os homens que estejam imbuídos de conteúdos intencionais. “O sentido mais profundo, o duplo sentido de ‘jogo social’ é que o jogo não é praticado em uma sociedade (como seu meio exterior), mas que, com ele, as pessoas ‘jogam’ realmente ‘sociedade’”. Para saber mais sobre o assunto ver: Georg Simmel. Sociabilidade – Um exemplo de sociabilidade pura ou formal, pp. 165-181.

⁴¹ Nicolau Sevcenko. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**, p. 19.

⁴² Vanderlei Sebastião de Souza. Autor, texto e contexto, p. 7.

⁴³ Vanderlei Sebastião de Souza. Autor, texto e contexto, p. 7-10.

⁴⁴ Marcelo Gantus Jasmin. História dos conceitos e teoria política e social, p. 30-31.

Uma das práticas metodológicas de maior diálogo com a história das ideias proposta pelos contextualistas é a História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*), desenvolvida principalmente pelos pressupostos de Reinhart Koselleck. A história dos conceitos, de acordo com os estudos de Valdei Lopes de Araujo, já havia estabelecido um programa de investigação para o tratamento do texto e da linguagem como fenômenos históricos mesmo antes da *linguistic turn* redefinir os quadros metodológicos desse tipo de abordagem⁴⁵. Ela é entendida como um modo particular de história reflexiva da filosofia e do pensamento político e social, desenvolvendo-se a partir das tradições da filologia, da história e da hermenêutica⁴⁶.

Segundo Araujo, uma das marcas do modernismo epistemológico na historiografia foi o movimento de colocar o sujeito como produtor de conhecimento. De acordo com o autor, invertia-se assim o primado do objeto, que caracterizou o cientificismo de fins do oitocentos. Com a fixação da dupla ideia sujeito/objeto surge a simplificação da linguagem como campo de estudos na historiografia. A linguagem antes vista como apenas um veículo de comunicação de um mundo de objetos autônomos, ou um exercício de subjetividade intelectual ou coletiva. A história dos conceitos, como mostra o autor, inovou ao considerar a linguagem como um fenômeno irreduzível a outras dimensões do real. Ou seja, ela possui uma autonomia e condições de receber um tratamento teórico-metodológico específico⁴⁷.

No interior da linguagem, os conceitos possuem uma maior efetividade histórica, fazendo a mediação entre experiência e expectativa, individual e social, o linguístico e o extralinguístico. Como argumenta Valdei Araujo, a linguagem opera como uma força histórica que consolida ou desfaz configurações do mundo da vida. O autor diz que um conceito histórico resulta de um conjunto de experiências, e é tão material quanto qualquer coisa, não apenas uma mera representação mental, por isso não pode ser tratado como uma representação. Ele se constitui como tal a partir de atos de fala, e não por uma ideia apenas.

Recuperar os significados em disputa dos conceitos históricos exige uma reconstrução complexa de seus contextos de enunciação, tanto em sua dimensão sincrônica, quanto diacrônica. Essa exigência materializa-se em um novo olhar sobre os textos canônicos lidos e relidos pela história intelectual e pela história das ideias⁴⁸.

⁴⁵ Valdei Lopes de Araujo. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica, p. 48.

⁴⁶ Marcelo Gantus Jasmin. História dos conceitos e teoria política e social, p. 31.

⁴⁷ Valdei Lopes de Araujo. História dos conceitos, p. 48.

⁴⁸ Valdei Lopes de Araujo. História dos conceitos, p. 48.

Valdei Araujo ainda diz que a velha categoria da influência, muito tradicional na história das ideias, cede lugar para outras formas de transplantação e tradução de uma mesma experiência histórica para outros tipos de localidades espaciais. Para Koselleck, os conceitos se mostram como sintomas e produtores de transformações sociais. Os conceitos históricos, diz o autor, são fenômenos reais que possuem atuação em qualquer sociedade humana, instrumentos de cognição produzidos na existência concreta⁴⁹.

As principais críticas dessa historiografia estavam na baixa contextualização de ideias e conceitos utilizados no passado, dos anacronismos produzidos e na insistência metafísica da essencialidade das ideias. Na proposição koselleckiana, os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual da época, nos usos da linguagem, compartilhado e desempenhado pelos atores que participam desses conflitos⁵⁰.

Um elemento fundamental para se estudar a história dos conceitos, assim como toda a prática historiográfica é o uso da fonte. O estudo da linguagem utilizada na formulação do documento, e o uso semântico das palavras empregadas são passos fundamentais para a análise do documento. O sentido exato dos termos só pode ser apreendido de uma forma mais sustentável a partir do contexto diário do sujeito estudado, assim como deve ser deduzido também a situação do autor e dos destinatários. O historiador dos conceitos deve apreender e considerar a situação política e social da localidade onde o documento está sendo produzido, assim como deve entender também o uso da linguagem pelo autor, por seus contemporâneos e pela geração que o precede, do qual, segundo Koselleck, ele viveu em comunidade lingüística⁵¹. É nesse sentido *contextualista*, que se pode aproximar a História dos Conceitos de Koselleck das proposições de Skinner e Pocock.

De acordo com Koselleck, quando falamos da exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais, assim como a análise de seus significados ganham uma importância de caráter social e histórico. O autor ainda diz que os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em certa situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível lingüístico. É de grande relevância, tanto para a história dos conceitos quanto para a história social, saber a partir de que momento um conceito passa a poder ser

⁴⁹ Valdei Lopes de Araujo. História dos conceitos, p. 49.

⁵⁰ Marcelo Gantus Jasmin. História dos conceitos e teoria política e social, p. 31.

⁵¹ Reinhart Koselleck. História dos conceitos e história social, p. 99-100.

empregado de forma rigorosa e torne indicador de transformações políticas e sociais de profundidade histórica⁵².

Dito de outra forma, a história dos conceitos não é um fim em si mesma, ainda que tenha um aparato metodológico próprio. A história dos conceitos também pode ser definida como parte metodologicamente autônoma da pesquisa social e histórica. Dessa autonomia decorre uma premissa metodológica e específica, que aponta para a existência das premissas teóricas comuns à história dos conceitos e a história social⁵³.

Para Koselleck, a história dos conceitos se interessa pelos modos como as gerações e os intérpretes posteriores leram e se apropriaram de diversas formas dos textos passados. A hermenêutica de Skinner, de um lado, procura interpretar os significados atribuídos pelos autores no momento do ato de fala, de outro lado Koselleck apreende as diferentes formas em que os conceitos, as ideias e os enunciados são dados a ler em diferentes momentos da história⁵⁴. Esse já se mostra como um significativo afastamento entre as duas formas de se fazer história.

Pocock propõe que agentes atuam sobre outros agentes, que efetuam atos em resposta aos deles. Quando ação e resposta se efetuam no campo da linguagem, não se pode distinguir com precisão a *performance* do autor da resposta do leitor. O autor diz que nem sempre isso acontece na literatura política. Um manuscrito pode permanecer em um arquivo por centena de anos antes de ser publicado, e com relação ao período que acontece a publicação, temos que pensar o texto menos como uma *performance* que como um documento, menos como um ato do que um indício de um certo estágio de consciência, e de uso da linguagem, que existia em um tempo determinável, lembrando que uma coisa não exclui a outra⁵⁵.

Um discurso é desenvolvido por um autor que possui certa intencionalidade com ele. Busca de certa forma induzir seu auditório para que estes possam segui-lo. No entanto, como a linguagem permite que um enunciado seja interpretado de inúmeras maneiras as ideias originais podem ser alteradas de acordo com a intencionalidade do interprete, que ao fazer esse tipo de ação promove um novo tipo de linguagem que requer um novo contexto discursivo que pede novas interpretações e assim por diante. A capacidade de apropriação e

⁵² Reinhart Koselleck. História dos conceitos e história social, p. 101.

⁵³ Reinhart Koselleck. História dos conceitos e história social, p. 114.

⁵⁴ Vanderlei Sebastião de Souza. Autor, texto e contexto, p. 16.

⁵⁵ John G. A. Pocock. Introdução: O Estado da Arte, p. 42.

resignificações de enunciados é que possibilitam a construção de novos contextos lingüísticos ao longo do tempo.

A história do discurso trona-se agora visível como uma história da *traditio*, no sentido de transmissão, e, ainda mais, de tradução. Textos compostos de *lingues* e *paroles*, de estruturas de linguagens estáveis e de atos de fala e inovações que as modificam são transmitidos e reiterados, e seus componentes são rigorosamente transmitidos e reiterados, primeiro por atores não-idênticos em contextos historicamente desconectados⁵⁶.

De acordo com Araujo, a história da historiografia está entre as invenções mais recentes do discurso histórico. O autor diz que enquanto a teoria da história tem condições de encontrar precedentes em momentos longínquos, como em Luciano de Samosata, por exemplo, a história da historiografia nasce juntamente com a consolidação da história como discurso autônomo no final do século XIX. Uma das primeiras funções da história da historiografia foi traçar o progresso da pesquisa histórica da antiguidade até sua forma científica moderna⁵⁷.

O autor diz que o relato linear do entendimento da história já não é mais partilhado pelos historiadores de hoje. A história dos saberes é também feita de descontinuidades, e a própria tradição historiográfica nos ensinou a olhar para cada época e entendê-la a partir de seus próprios valores, correndo o risco de cometer o crime do anacronismo, que tanto assombra a prática historiográfica. Segundo Araujo, a desconfiança de que o discurso da história possui sua historicidade, condicionada a um lugar de produção, foi um dos principais pilares para a já referida *linguistic turn*⁵⁸. A partir desse momento a história da historiografia assumiu a tarefa de verificar os lugares, as instituições, as determinações extracientíficas que definiram as condições de produção do discurso de história⁵⁹.

Nas últimas décadas a historiografia propõe que a Primeira República se mostra como um período rico e estratégico para a história política e cultural do Brasil. Esse período traz um elemento peculiar para o estudo da história da historiografia do país. Os campos político e intelectual possuíam faces duplas, fundindo-se em certos momentos e fazendo com que a investigação acerca desse tema seja desenvolvida sob a interface entre história política e

⁵⁶ John G. A. Pocock. Introdução: O Estado da Arte, p. 46.

⁵⁷ Valdei Lopes de Araujo. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma, p. 79.

⁵⁸ Valdei Lopes de Araujo. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma, p. 80.

⁵⁹ Valdei Lopes de Araujo. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma, p. 80.

história intelectual⁶⁰. Os homens de política e letras visavam à produção de uma história pedagógica nacional. Não obstante, o fato de o país ter sido organizado em um sistema federativo, as autonomias regionais produziam cada vez mais o interesse de se fazer uma história local, que recuperasse a memória histórica dos estados e, em muitos casos, a história regional era a própria história do Brasil.

Em Minas Gerais, sobretudo a partir dos fins do oitocentos, o trato com a história como um elemento constituinte da identidade regional fortificava-se. No entanto, a principal característica das obras de cunho memorialístico se dava em um regionalismo muito específico, ou seja, tratava da história de microrregiões do estado, não se propunham a fazer uma espécie de “história geral”, elevando um olhar sobre Minas como um todo, pelo contrário, enfatizavam a parte. Obras como *Memórias do Distrito Diamantino* (1868), de Joaquim Felício dos Santos e *História da Conjuração Mineira* (1873), de Joaquim Norberto de Souza e Silva são exemplos de obras que tratavam de compilar as mais importantes memórias sobre acontecimentos ligados a história específica de uma região, mas não possuíam propriamente um caráter historiográfico.

João Camilo de Oliveira Tôrres, na década de 1960, apontou inúmeras dificuldades para se desenvolver a história de Minas. Destacamos aqui duas que se mostram caras a esse estudo. São elas: o *liberalismo na história mineira* e a *retórica* ou a *eloquência na historiografia mineira*. Oliveira Tôrres considerava o liberalismo, principalmente o econômico, um perigoso fato que influenciou desfavoravelmente à pesquisa histórica sobre Minas Gerais. Tôrres admitia que outra doutrina dominante pudesse ter tido alguma influência, mas como a historiografia mineira fundou-se sob a ação do liberalismo, esse foi o principal elemento de inspiração subjetiva dos historiadores antigos do estado. O autor apontou duas razões que tornaram o liberalismo um “vício” na historiografia mineira: sua atitude polêmica em face do passado e o seu raciocínio individualista⁶¹. Outro perigo e obstáculo ao progresso da historiografia mineira foi a tradição de fundo clássico, a História como parte da “eloquência” ou a História como “arte”. Oliveira Tôrres corrobora com a ideia de que as tradições são ilustres, que quem lê os autores gregos e latinos sentem a presença de um elevado sentido artístico. Os antigos historiadores mineiros, por sua vez, usavam

⁶⁰ Cf: Nicolau Sevcenko. **Literatura como missão**; Lúcia Lippi de Oliveira. **A Questão Nacional na Primeira República**; Ângela Alonso. **Idéias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil Império e Eliana de Freitas Dutra. **Rebeldes Literários da República**: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914).

⁶¹ João Camilo de Oliveira Tôrres. **História de Minas Gerais**. Vol. 1, p. 40.

constantemente o artifício de imitação desses clássicos. Possuíam uma preocupação literária, não tinham formação científica e de preparo especializado. A retórica na historiografia brasileira, e, sobretudo a mineira, tem um forte caráter negativo⁶².

Enquanto o Romantismo do século XIX valorizava a questão nacional vinculada à pretensão política de unificação territorial, construindo uma origem histórica singular a fim de se estabelecer uma ligação entre as províncias⁶³, o início do século XX foi marcado por um turbilhão de ideias políticas e intelectuais diversas, que valorizavam o poder local de cada unidade da federação. Por isso, a possibilidade de haver outra doutrina que atuasse no período e que influísse na história assim como o liberalismo é fortemente concebível. A outra doutrina na qual Oliveira Tôrres se refere muito provavelmente é a conservadora, que mesmo com a República proclamada e o estado liberalizado, ou liberalizante, ainda possuía seus representantes no cenário político e intelectual. O caráter retórico, por sua vez, embora também seja notado entre os liberais, possuía uma incidência grande entre os conservadores, que recuperavam ou mantinham as velhas tradições romanescas ainda no século XX.

Diogo de Vasconcellos é um exemplo típico de homem de política e letras ligado a essa doutrina do antigo regime monárquico, assim como das características retóricas. Dessa forma, acredito que o estudo da linguagem política e intelectual desse autor conduzirá esta monografia à compreensão das condições de produção da historiografia mineira na passagem do regime monárquico para o republicano, em Minas Gerais. Dedicar-me-ei nas próximas páginas, embasado nos pressupostos teóricos e metodológicos enunciados acima, a analisar e identificar através da escrita da história e de outras fontes vinculadas à Diogo de Vasconcellos o discurso que legitima as suas tradições, e que o condiciona a formar as suas doutrinas políticas e intelectuais.

2.2. A manutenção das tradições.

Mark Bevir define tradição como um conjunto de compreensões que alguém adquire como uma rede de crenças iniciais durante um processo de socialização. De acordo com o autor, uma criança evolui para uma idade madura com crenças. As crenças, por sua vez, não

⁶² João Camilo de Oliveira Tôrres. **História de Minas Gerais**. Vol.1, p. 43-44.

⁶³ Ver: Miriam Dolhnikoff. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil.

podem vir exclusivamente de suas experiências e de sua razão, elas devem, portanto, incorporar uma tradição que lhes foi transmitida durante um processo de socialização⁶⁴.

Segundo o autor, a criança aprende a encontrar-se no mundo sendo ensinada a reconhecer objetos, identificar suas características, nomeá-las e falar sobre elas, em um ambiente em que os objetos selecionados e discutidos por ela são disponibilizados por uma tradição. Ela aprende a reconhecer, a identificar, a nomear os objetos e a falar sobre eles através do contato com os outros, que transmitem experiência de um conjunto de objetos e não de outro. As crianças aprendem a selecionar objetos por lhes haverem, previamente, mostrado e ensinado os seus nomes. No entanto, só lhes é possível mostrar e ensiná-las aqueles objetos em que seus professores têm experiência, e, portanto são experiências construídas a partir da percepção do mundo desses professores⁶⁵.

A tradição é inevitável, e ela se apresenta como ponto de partida, não como algo que determina, ou limita, desempenhos posteriores. No entanto, o autor diz que devemos ser cautelosos ao representar a tradição como uma presença inevitável em tudo quanto fazemos, caso em que deixamos um papel muito insignificante para a mediação. Bevir diz que os filósofos que se abeberam na tradição hermenêutica são propensos a falar de tradição como se fosse integrante de tudo o que fazemos. Eles representam a tradição como uma força impessoal imanente no interior dos desempenhos. Mas o autor diz que devemos conceber a tradição basicamente como uma influência inicial sobre as pessoas⁶⁶.

A tradição é uma influência que opera através dos indivíduos sobre os indivíduos. É uma parte necessária do plano de fundo de tudo em que uma pessoa acredita ou de tudo quanto ela faz, mas não uma presença necessária em tudo que ela acredita e em tudo quanto faz⁶⁷.

Koselleck utiliza-se de duas categorias que possibilitam a compreensão do tempo histórico, que dá conta do entrelaçamento entre passado e futuro, e porque não condiciona a manifestação de tradições. As categorias são de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”⁶⁸. A experiência, segundo o autor, é o passado atual, aquele em que os

⁶⁴ Mark Bevir. **A lógica da história das idéias**, p. 253.

⁶⁵ Mark Bevir. **A lógica da história das idéias**, p. 254.

⁶⁶ Mark Bevir. **A lógica da história das idéias**, p. 255.

⁶⁷ Mark Bevir. **A lógica da história das idéias**, p. 255.

⁶⁸ Cf: Reinhart Koselleck. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas.

acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Aqui, fundem-se tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão, ou não precisam mais estar presentes no conhecimento. A experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, está sempre contida e é conservada por uma experiência alheia. Quanto à expectativa, Koselleck diz que pode se esperar o mesmo. Ela ao mesmo tempo é ligada à pessoa e ao interpessoal. A expectativa se realiza no hoje, é uma espécie de futuro presente, que se volta para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto⁶⁹.

A experiência não pode ser cronologicamente mensurável, mas pode ser datada conforme aquilo que lhe deu origem, pois é composta a cada momento de tudo que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros. De acordo com Koselleck, não se pode deduzir expectativas apenas da experiência. Quando as coisas acontecem de modo diferente do que se espera, o autor diz que se recebe uma lição. No entanto, é também um equívoco não basear as expectativas na experiência. As coisas podem acontecer diferentemente do que se espera. O futuro histórico, para Koselleck, nunca é o resultado puro e simples do passado histórico. As experiências adquiridas podem ser corrigidas, modificadas com o tempo, pois é possível que novas experiências abram perspectivas diferentes. Nós aprendemos com o tempo e reunimos novas experiências⁷⁰.

O tempo histórico surge, na concepção do autor, com a tensão entre experiência e expectativa, que de formas diferentes suscita novas soluções. Não há a possibilidade de se conceber uma relação estática entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Eles constituem uma diferença temporal no hoje, na medida em que entrelaçam passado e futuro de maneira desigual⁷¹.

O Brasil do dezenove organizava-se em um espaço marcado pela descontinuidade de um sistema em ruínas. Na medida em que os traços de alteridade de um país independente se firmavam, o trato com o tempo se modifica. Se em um momento anterior a experiência com o tempo se dava de uma forma mais larga, ou seja, o presente se relacionava de uma forma mais íntima e concomitante com o passado e o futuro, no oitocentos, principalmente a partir de 1830, há uma aceleração do tempo e o passado afasta-se do presente, e este começa a projetar

⁶⁹ Reinhart Koselleck. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, p. 309-310.

⁷⁰ Reinhart Koselleck. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, p. 311-312.

⁷¹ Reinhart Koselleck. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, p. 313-314.

o futuro mais distante⁷². As três formas convencionais de dividir o tempo já não se encontravam no mesmo patamar.

Como mostra Hans-Ulrich Gumbrecht, de acordo com a leitura que ele faz da literatura europeia a partir do início do século XIX, há o início, ou ao menos a fortificação, de uma crise da representabilidade das coisas. O homem perdia aos poucos a crença numa visão objetiva do mundo. Durante a segunda metade do dezenove, diz Gumbrecht, a acumulação de inovações, experimentos e efeitos estéticos acabavam por ter um impacto erosivo sobre o campo hermenêutico. Há nesse momento múltiplos sintomas de um crescente desequilíbrio no eixo que antes costumava conectar uma superfície material dos significantes e a profundidade espiritual dos significados⁷³.

As mudanças que ocorriam na Europa influenciavam de uma forma ou de outra a leitura de mundo no Brasil. Ilmar de Mattos trabalha o processo de virada do regime monárquico para o republicano com uma concepção, segundo o autor, moderna de história, determinada pela noção de progresso. Essa é uma forma de conhecer a história como a reconstrução vivida no eixo do tempo, que nos conduz a atribuir aos acontecimentos que distinguem não mais um valor de si mesmos, à maneira de outra concepção dita antiga. Cada momento é um acontecimento, único e incompatível no tempo, que possui um lugar, uma qualidade e um sentido.

É esta maneira moderna de conceber a história que, ao colocar em destaque as categorias de duração e sucessão, nos leva a identificar continuidades e descontinuidades no seu fluxo, a estabelecer períodos, compará-los entre si, identificar momentos decisivos, trazer para o primeiro plano determinados acontecimentos, relegar outros ao esquecimento, numa operação que tende a fazer esquecer que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a História”⁷⁴.

Capistrano de Abreu afeito, a esta maneira de conceber a história, diz Mattos, periodizou, em 1925, as fases do Segundo Reinado em quatro etapas: as regências (1840-1850), o apogeu (1850-1863), as guerras externas (1863-1870) e a decadência (1870-1889). Dessa maneira, segundo o autor, a trajetória do Reinado parece reproduzir uma espécie de ciclo de vida, que é a do próprio imperador. A periodização feita por Capistrano de Abreu se

⁷² Valdei Lopes de Araujo. **A experiência do tempo**: Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845), p.124.

⁷³ Hans-Ulrich Gumbrecht. *Cascatas da modernidade*, p. 17-18.

⁷⁴ Ilmar Rohrloff de Mattos. *Do Império à República*, p. 163.

parecia muito com a formulada por Joaquim Nabuco em *Um estadista no Império*. Nabuco dividiu o Segundo Reinado em seis fases, sendo que as três últimas o autor mostra alguns elementos que determinaram a passagem do regime monárquico para o republicano⁷⁵.

O reinado de d. Pedro II (1840-1889) pode-se dividir em seis fases distintas: de 1840 a 1850, consolidação da ordem interna, fim das revoluções, aperfeiçoamento do governo parlamentar, luta contra o tráfico; de 1850 a 1863, política exterior, equilíbrio do Prata, conciliação política, empreendimentos industriais, emissões bancárias, abertura do país pelas estradas de ferro, centralização crescente; de 1864 a 1870, Guerra do Paraguai; de 1871 a 1878, emancipação gradual, liquidação diplomática da Aliança, começo da democratização do sistema (imprensa e condução barata – os bondes, que tinham começado em 1868, revolucionam os antigos hábitos da população – idéia republicana, viagens imperiais e caráter democrático que o imperador nelas ostenta e depois delas assume); de 1879 a 1887, eleição direta, agitação abolicionista, importância maior do Sul pelo progresso rápido de São Paulo, desaparecimento de antigos estadistas, novos moldes, processos e ambições; de 1887 a 1889, doença do Imperador, seu afastamento gradual dos negócios, descontentamento do Exército, abolição súbita, prevenções contra o Terceiro Reinado (da grande propriedade contra a princesa dona Isabel; do exército contra o conde D'Eu, futuro imperador); ouro abundante, febre da bolsa, positivismo, surpresa final do 15 de novembro⁷⁶.

Joaquim Nabuco identifica o fim do Império a partir de 1878, ano da morte de seu pai e biografado, Nabuco de Araújo, o que mostra mais uma periodização acompanhada da vida de alguém. A Questão Militar e a campanha abolicionista são para ele a representação do golpe mortal do Império. Ilmar de Mattos lembra, sem grande destaque, que os lugares atribuídos aos acontecimentos citados por Nabuco, de forma etapista, conduzem a um ponto de chegada já conhecido: o 15 de novembro. Mattos destaca que a forma utilizada por Nabuco para descrever os acontecimentos que marcaram o fim do Império, mostrando que novas ideias, atitudes e valores que pareciam se afirmar eram postas em relevo ali⁷⁷.

Novas formas de socialização, tais como o transporte de bondes, propiciavam a circulação de ideias, valores e hábitos associados ao progresso e à democracia. A imprensa também era um significativo instrumento para a difusão dessas novas ideias que circulavam no país. Aos poucos, conta Mattos, foram crescendo no Brasil o prestígio do elemento militar e a crença inabalável no poder da técnica e da ciência, vinculados às representações positivistas. O sentimento aristocrático aos poucos era substituído por um sentimento

⁷⁵ Ilmar Rohrloff de Mattos. Do Império à República, p. 163-164.

⁷⁶ Joaquim Nabuco, Apud: Milton Carlos Costa. **Joaquim Nabuco entre a política e a história**, p. 163.

⁷⁷ Ilmar Rohrloff de Mattos. Do Império à República, p. 164-165.

democrático. O primeiro era símbolo da sociedade monárquica, enquanto o segundo era a representação do novo modelo republicano⁷⁸.

Essas novas ideias que surgiam no Brasil na segunda metade do oitocentos contestava uma direção política, intelectual e moral, que era a responsável pela ordem imperial, na qual o autor chama de direção saquarema. Para esse grupo, ligado ao Partido Conservador, a manutenção de uma ordem e a difusão da civilização apareciam como seus objetos fundamentais, que também dava condições para a construção de um Estado e a constituição de uma classe⁷⁹.

Frente ao alargamento do tempo histórico, que se intensificava com o avançar da segunda metade do século XIX, que trazia em seu bojo inovações de todas as ordens, sejam elas políticas, sociais, artísticas ou intelectuais, Diogo de Vasconcellos produzia um discurso de manutenção de uma tradição advinda das bases conservadoras de sua formação. Da crise da Monarquia, que se instaurou no país a partir do início da década de 1870 à consolidação da República nos primeiros anos do século XX, Vasconcellos representava o Partido Conservador, a família mineira e o cristianismo católico, pilares da moral.

Em 1893, Diogo de Vasconcellos recebeu da Santa Sé uma das mais altas distinções, a condecoração de Barão do Santo Sepulcro, com as honras do Bispo de Odessa. Basílio de Magalhães atribui a condecoração pela defesa do clero, durante a chamada *Questão Religiosa*, no Congresso Imperial, entre 1872 e 1875, período em que Vasconcellos era um dos representantes da província de Minas Gerais na Assembléia⁸⁰. Abaixo segue uma transcrição de uma nota retirada do jornal “O Viçoso”, órgão vinculado ao arcebispado de Mariana, a 25 de janeiro de 1893. Ele faz referência à condecoração citada. Essa transcrição e o comentário de Basílio de Magalhães são os únicos indícios que foram possíveis entrar acerca desse acontecimento⁸¹.

Com grande prazer soubemos que foi condecorado com a commenda⁸² do S. Sepulchro o exmo. dr. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos. Tantos serviços á Religião merecia esta coroa.

⁷⁸ Ilmar Rohloff de Mattos. Do Império à República, p. 165-166.

⁷⁹ Ilmar Rohloff de Mattos. Do Império à República, p. 166.

⁸⁰ Basílio de Magalhães. Introdução à 2ª edição, p. 36-37.

⁸¹ Embora essa pesquisa não tenha conseguido localizar mais informações acerca da condecoração recebida por Vasconcellos em 1893, os debates na Assembléia Imperial que resultaram nesse prêmio puderam ser localizados.

⁸² Todas as citações desta monografia foram feitas tais como aparecem na documentação original, desde a grafia até os possíveis erros de escrita.

E' essa Ordem uma das mais distintas pela antiguidade e pela significação, e lhe está também reunida a Ordem de São João de Jerusalém. Com os numerosos amigos do distinto agraciado nos congratulamos dirigindo a s. exc. o mui cordeaes felicitações⁸³.

Pedro Noleto, em artigo publicado no Jornal da Câmara dos Deputados em 18 de outubro de 1999, diz que a Questão Religiosa foi um dos principais problemas vividos pela décima quinta Legislatura, de 1872 a 1875, que Diogo de Vasconcellos integrava. Essa “questão”, segundo Noleto, se processou no âmbito do Executivo, do Judiciário e do Conselho de Estado. No entanto, tal problema também interessava à Câmara dos Deputados, pois travava-se de uma luta entre, de um lado, o liberalismo radical e o republicanismo e, de outro lado, os poderes imperiais assegurados pela Constituição⁸⁴. Diogo de Vasconcellos, representando Minas Gerais, e Leandro Bezerra, por Ceará foram os principais defensores dos bispos na Assembléia.

Antes de expor a atuação de Vasconcellos na Câmara dos Deputados acerca dessa “questão”, devo, em linhas gerais, contextualizar o ocorrido. De acordo com Emilia Viotti da Costa, o papel da Questão Religiosa, considerada como um dos pilares da crise monárquica, teve o seu lugar subestimado na proclamação da República, embora não possa ser considerada como um dos mais influentes. Segundo a autora, esquece-se que essa questão dividiu a nação em dois grupos: os que eram favoráveis aos bispos e os que se manifestavam de acordo com o governo. A própria Igreja estava dividida, o que desencadeou a crise⁸⁵.

Dentre os principais incidentes envolvendo o conflito entre o Estado e a Igreja, o primeiro ocorreu em março de 1872, quando o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda suspendeu o uso de ordens sacras do padre Almeida Martins, para lembrá-lo dos cânones católicos contra a Maçonaria, quando este proferiu um discurso em homenagem ao Visconde de Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros, em contentamento pela Lei do Ventre Livre.

Posteriormente a este ocorrido, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, e Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, determinaram que as Ordens Terceiras e Irmandades, que lhes cabiam, excluíssem seus membros que também integrassem

⁸³ **O Viçoso**. Mariana, 25 de janeiro de 1893. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana. Armário: 1 – Prateleira:4.

⁸⁴ Pedro Noleto. Reforma eleitoral desagrada defensores do voto direto. **Jornal da Câmara**. Brasília, 18 de outubro de 1999. (Acesso em: <http://www.camara.gov.br/internet/jornal/jc19991018.pdf>. Em 30/09/2010, às 11:10hs).

⁸⁵ Emilia Viotti da Costa. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos, p. 298.

a Maçonaria. Tais ordens desobedeceram às determinações dos respectivos bispos, que lançaram interditos canônicos sobre as capelas ligadas as entidades desobedientes. Inconformados com as atitudes dos bispos apelaram para o imperador, alegando abuso de poder por aqueles. O imperador, por sua vez, acolheu o recurso das irmandades.

Os bispos receberam um aviso oficial do ministério do Império, no qual os eclesiásticos deveriam declarar sem efeito os seus atos, uma vez que a constituição das Ordens Terceiras e Irmandades do Brasil era de exclusiva competência do poder civil, e as atitudes de Dom Vital e Dom Macedo iam de encontro a tal poder. Negando-se a retratação, os bispos foram presos. Com vital em janeiro e Dom Macedo em abril de 1874.

Viotti da Costa diz que a sociedade brasileira não se destacava por um espírito clerical. Ao contrário, propõe a autora, o que se verificava nos meios mais ilustrados era uma afetação de indiferença e certo anticlericalismo, vigente até mesmo nos próprios meios católicos⁸⁶. Tanto Dom Vital quanto Dom Macedo foram condenados a quatro anos de prisão. O primeiro condenado a trabalhos e comuta com prisão simples. Fora recolhido à fortaleza São João, onde permaneceu até 7 de setembro de 1875, quando anistiado por Duque de Caxias, presidente do Ministério na ocasião. O segundo foi encarcerado boa parte de sua condenação na fortaleza da Ilha das Cobras, e também recebeu anistia junto com Dom Vital.

Diogo de Vasconcellos atuava na Câmara dos deputados defendendo a bandeira do Partido Conservador e da religiosidade católica. Sua postura frente ao gabinete do Visconde do Rio Branco era de forte oposição. Acusava o presidente do Conselho de Ministros de agir contra a Igreja em favor da maçonaria, confraria na qual Rio Branco era grão-mestre, com a intenção de instaurar no país um Estado laico e republicano. As práticas políticas que se exerciam no Brasil naquele momento, dizia Vasconcellos, iam de encontro contra a “pedra angular” do edifício social, ou seja, a religião do Cristo, a arca santa que depositava os mais elevados princípios da ordem social e política⁸⁷.

Dentro das inúmeras novas ideias que surgiam no Brasil advindas da Europa, sobretudo a partir do início da década de 1870, há uma facilmente identificável em Diogo de Vasconcellos, e que ele mesmo afirmava fazer parte: o *ultramontanismo*. Esse termo teve origem na França na primeira metade do século XIX, e tinha como característica a

⁸⁶ Emilia Viotti da Costa. **Da Monarquia à República**, p. 298.

⁸⁷ **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 20 de junho de 1874, p. 327.

classificação de pensamentos cuja tendência era defender a centralização do poder papal e sua infalibilidade⁸⁸.

Em 1864, o papa Pio IX emite o “*Sílabo que abarca os principais erros de nosso tempo*”, ao mesmo tempo da encíclica “*Quanta cura*”⁸⁹. Altamente conservador, o sílabo propõe uma lista de oitenta erros da época em que foi publicado, segundo o Vaticano. Esses “erros” foram agrupados em dez parágrafos, sendo eles: 1) panteísmo, naturalismo, racionalismo absoluto 2) racionalismo moderado 3) indiferentismo e latitudinarismo 4) socialismo, comunismo, sociedades secretas, sociedades bíblicas, sociedades clérico-liberais 5) erros sobre a Igreja e sobre os seus direitos 6) erros da sociedade civil considerada em si mesma e em suas relações com a Igreja 7) erros referente à moral natural e cristã 8) erros acerca do matrimônio cristão 9) erros acerca do poder temporal do pontífice romano 10) erros que se referem ao liberalismo.

Esse documento deu origem a ásperas polêmicas. Mostrava de um lado a intransigência dos católicos conservadores, de outro lado possibilitava aos adversários do catolicismo a oportunidade de sustentar a impossibilidade de conciliar a Igreja e evolução político-social do mundo. Vasconcellos ancorado nessas ideias defendia na Câmara dos deputados uma das principais lutas do ultramontanismo contra o liberalismo político do oitocentos, o *non placet*⁹⁰, principal causa do encarceramento dos bispos de Olinda e do Pará. Ainda postulava que estava naquela Casa para defender os interesses políticos do povo mineiro, mas antes disso era católico, e quando a sua política fosse obrigada a ir contra os seus dogmas, a sua função perderia sentido. Nas palavras de Vasconcellos:

Conheço minha provincia; tenho visitado parte della, e declaro que se provarem-me que estou enganado, não me apresentarei mais nesta casa. Desde que vir provado que minhas idéias não são as de Minas, declaro que não poderei continuar mais como seu representante um momento. Não sirvo para o papel de procurador sem procuração, ou que abusa dos poderes concedidos⁹¹.

⁸⁸ Tatiana Costa Coelho. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875), p. 1.

⁸⁹ Lourenço Costa (org). **Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)**.

⁹⁰ *Placet* é o termo designado para tratar do direito do Estado/Coroa de vetar ou restringir, na jurisdição de sua competência, a aplicação de bulas, cartas e outros documentos da Igreja. O gabinete do Visconde do Rio Branco era acusado pelos conservadores católicos de aplicar o *placet* contra os bispos Dom Vital e Dom Macedo, assim como em toda a religião católica do país na época. Diogo de Vasconcellos era o principal defensor do combate a tal “direito”.

⁹¹ **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 10 de julho de 1874.

Como mostra Gabriela Pereira Martins, na Questão Religiosa, em uma perspectiva da Igreja romanizada, o embate entre Igreja e Estado deveria ser resolvido pelo reconhecimento da universabilidade e infalibilidade da Igreja, com uma eventual redução do poder do Estado de interferir na vida espiritual da população. A Questão Religiosa se mostrava menos religiosa e espiritual, e mais política e temporal⁹². Na perspectiva de Vasconcellos, a perfídia que o catolicismo enfrentava com Rio Branco era devido ao avanço das ideias republicanas e da maçonaria no governo, que cada vez mais se tornava o quinto poder do Estado. Ele duvidava da lealdade do ministro do império, alegando que o Visconde havia aceitado o poder somente para servir a causa republicana, para destruir pela desmoralização da Monarquia a quem servia de conselheiro⁹³.

Em seu discurso do dia 20 de junho de 1874, Vasconcellos narra o que seria o julgamento de Dom Vital, em Pernambuco. O deputado, então, revela o conhecimento de alguns detalhes acerca das práticas maçônicas. Gustavo Lobo ironiza Vasconcellos quanto ao conhecimento deste sobre tais práticas. O deputado mineiro responde afirmando que ele mesmo já havia declarado na Câmara que em outra época havia sido iniciado nos mistérios da franco-maçonaria. Ironizado novamente, perguntaram-lhe se ele havia abjurado. Vasconcellos defende-se dizendo que cumprira com seu dever de católico, e que havia obedecido com humildade aos pastores da Igreja.

Entrei para uma loja em S. Paulo nos meus tempos de estudante, quando a idade ainda póde attenuar os nossos erros. Frequentei a augusta officina algumas vezes; mas mostrei tão pouca aptidão para pedreiro livre, que nunca passei de servente. Depois que me desenganei e vi que de todo não tinha mesmo vocação para o officio, deixei de frequentar a loja e abandonei os companheiros dos passos perdidos⁹⁴.

Afirmava que saíra da maçonaria por princípios religiosos, após ler várias instruções da Igreja condenando as práticas da dita confraria. A maçonaria, segundo Vasconcellos, era uma escola de racionalismo organizada, e suas noções teológicas consistiam na profissão do naturalismo panteístico, filosofia que devastou os costumes da antiguidade pagã, e que

⁹² Gabriela Pereira Martins. Ultramontanos, positivistas e liberais: reflexões a partir da separação Igreja-Estado, p. 64.

⁹³ **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 02 de junho de 1875, p. 43.

⁹⁴ **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 20 de junho de 1874, p. 331.

nascera pela deturpação dos mais belos costumes cristãos. A maçonaria abalava os fundamentos do cristianismo, e a Igreja era justa em combater tal heresia⁹⁵.

Toda a perseguição religiosa que acontecia no Brasil naquele momento, segundo Vasconcellos, era feita em nome da Constituição e soberania nacional, assim como todas as afrontas e humilhações ao catolicismo se faziam em nome delas. O bispo de Olinda havia sido preso com sentença de malfeitores, arrastado aos tribunais como um facínora, tudo para que se afagasse a vaidade ofendida dos maçons pernambucanos⁹⁶.

Outro assunto na pauta do deputado mineiro na ocasião era a questão da separação entre a Igreja e o Estado, muito caro aos debates políticos da época. Ele defendia que a separação entre Estado e Igreja traria prejuízos para o governo, por isso repeliu a ideia de fazê-lo. Não era por princípios católicos ou por respeito ao reino de Jesus Cristo; era porque o catolicismo se mostrava ainda muito perigoso. Separado da Igreja, o elemento católico se manteria com muita influência política, e asoberbaria o governo, que não conseguiria mais se locomover rumo ao progresso moderno, o da civilização do século⁹⁷. A religião católica era a religião do Estado, elemento orgânico e essencial da sociedade civil. Os bispos e os católicos, para Vasconcellos, não eram contra o *placet* relativo, mas o que era inadmissível era o *placet* absoluto; e ele e os católicos desobedeceriam as ordens do governo tanto quanto fosse necessário para manter a ordem cristã intacta.

Diogo de Vasconcellos ratificava em seu embate contra gabinete do Visconde do Rio Branco os valores conservadores católicos do qual havia sido formado. É notável que o elemento religioso era fundamental para ele na construção da moral do indivíduo. Os ensinamentos cristãos deveriam ser dados no início da formação escolar das crianças, para que desde cedo pudessem ter contato com a palavra de Deus. Anos depois do debate acerca da Questão Religiosa e já com a República proclamada, Vasconcellos dava sinais de seu ultramontanismo como agente executivo de Ouro Preto, tentando instaurar na instrução pública o ensino religioso.

Em ofício ao Juiz de Paz e ao Vigário de Ouro Preto, em agosto de 1892, Diogo de Vasconcellos solicitava que ao menos um dia na semana os “meninos” da cidade deveriam ser instruídos nas verdades do catecismo. Segundo o político, este serviço não era apenas da Igreja, mesmo que ela fosse a “Mestra única” instituída por Jesus Cristo para a conservação

⁹⁵ **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 20 de junho de 1874, p. 331.

⁹⁶ **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 20 de junho de 1874, p. 332.

⁹⁷ **Anais da Câmara dos Deputados**, sessão de 20 de junho de 1874, p. 332.

do Evangelho. A sociedade civil parecia estar mais interessada do que a própria Igreja no encargo de promover a instrução religiosa nas escolas, pois, nas palavras do agente executivo “*a Igreja vive sem a cidade, mas a cidade é que não terá fundamento seguro senão no temor de Deus*”. A cidade precisava, dessa forma, ser protegida pela Igreja contra o que ele chama de *doutrinas materialistas e anárquicas*⁹⁸.

Dessa forma, Vasconcellos convocava os conselhos distritais para que eles pudessem atuar junto com os pais dos alunos e a todos da comunidade ouropretana para uma campanha metódica a fim de se evitar a calamidade, altruísmo ou superstições com que as teorias modernas ameaçavam devastar o povo e a sociedade. Ele esperava, então, que os responsáveis pela instrução pública disponibilizassem um dia da semana para que os alunos pudessem ter contato com as verdades cristãs. No entanto, a defesa das tradições não se limita ao campo legislativo e executivo da administração pública.

Amanda Martins propõe que a imprensa exerce um papel decisivo na construção da consciência nacional. Segundo a autora, a leitura é uma operação individual, e que durante o próprio ato, o leitor se conscientiza de que a informação está sendo compartilhada, ao mesmo tempo, por milhares de outras pessoas, que ele entende que existe, mas que não possui ideia de sua identidade. Dessa forma, a leitura do jornal cria uma sensação de que milhares de leitores fazem parte da mesma sociedade⁹⁹.

No entanto, de acordo com Martins, leitor e autor exercem papéis distintos nesta operação. O leitor se reconhece como parte de um todo mais amplo, enquanto o redator é o responsável pela criação ou destruição do mundo vigente, desempenhando um papel mais ativo. A imprensa, dessa forma, narra a vida social, ao mesmo tempo em que a sociedade na qual ela se insere condiciona o caráter que esta imprensa pode ter¹⁰⁰.

Diogo de Vasconcellos como um homem de letras utilizava-se da imprensa para defender seus dogmas políticos e sociais, ancorado a um discurso que propunha estreitar os laços com a tradição. Ele contribuiu em diversos jornais em Minas a partir da década de 1870, e em sua grande maioria periódicos vinculados ao Partido Conservador. Amanda Martins propõe que os jornais de expressões partidárias eram mais comuns até os finais da década de 1870, quando os periódicos passam a ter um caráter mais imparcial. Solidificava-se naquele

⁹⁸ **Livro de Ofícios e Portarias da Câmara Municipal (1892-1893)**. 12 de agosto de 1892. Caixa: 22. Livro: 01. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

⁹⁹ Amanda Silva Martins. **Um passado para Minas Gerais: A Escola Normal de Ouro Preto e a construção do Tempo (1870-1889)**, p. 7.

¹⁰⁰ Amanda Silva Martins. **Um passado para Minas Gerais**, p. 7.

momento certa ética que estava acima dos interesses particulares e partidários¹⁰¹. No entanto, é possível perceber que os principais jornais em que Vasconcellos contribuía ainda eram parciais, até ao menos 1889.

Um dos jornais em que Vasconcellos era mais atuante era *A Província de Minas*, que se denominava um órgão do Partido Conservador, cujo proprietário era José Pedro Xavier da Veiga. O periódico era utilizado com plataforma de defesa do partido, da fé cristã em combate com as teorias modernas que se propagavam no país na segunda metade do oitocentos e de campanhas eleitorais.

No ano de 1881, Diogo de Vasconcellos havia se candidatado mais uma vez para o cargo de deputado geral. O periódico de Xavier da Veiga era uma das plataformas utilizadas por Vasconcellos para a efetuação de sua campanha. Naquele ano, ele enfrentava um novo cenário político. A 9 de janeiro de 1881 era promulgada no Brasil o Decreto nº 3029, conhecido como *Lei Saraiva*. Tal lei instaurou as eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império. Vasconcellos chamava atenção para o fato de que a partir daquele momento os candidatos sairiam vitoriosos das urnas de acordo com as aspirações políticas de seus partidos, mas também pelos seus nomes vinculados à eles. Questões pessoais influenciavam na escolha de um candidato, por isso seu nome levantaria a bandeira do partido e não somente a dele¹⁰². Na ocasião, Vasconcellos não conseguiu se eleger.

Aproximadamente um ano depois, o político volta a fazer um comunicado no periódico a respeito de eleições disputadas por ele. Comentava mais uma derrota nas urnas, agora nas eleições de agosto de 1882. Utilizava-se do espaço do jornal para tentar explicar o motivo de mais um fracasso. Em 1881 fora derrotado no 2º escrutínio por cinco votos de diferença, naquele ano havia sido por cento e dezessete. Algo para ele havia saído errado, então ele recorreu à matemática para saber qual teria sido o erro. Atenuava a questão dizendo que seus adversários liberais eram igualmente merecedores da eleição, e não poderia menosprezar a vitória deles, pois “*si venço, não exagero alegrias; si vencido, não me deploro. Classifico-me na linha d’aquelle candidato atheniense, tambem derrotado, que se congratulava com a pátria para ter filhos mais capazes de sua gloria*”¹⁰³.

Diogo de Vasconcellos afirmava que estava à caminho das eleições daquele ano consciente de sua iminente derrota. Não podia mais contar com os votos liberais que havia

¹⁰¹ Amanda Silva Martins. **Um passado para Minas Gerais**, p. 12.

¹⁰² **A Província de Minas**. Ouro Preto, 28 de agosto de 1881.

¹⁰³ **A Província de Minas**. Ouro Preto, 19 de setembro de 1882.

conseguido no escrutínio de dezembro de 1881, nem crescer o bastante entre os conservadores para obter a vitória. Seu grande desejo, assim como se expressava, era unificar e arregimentar o partido; e ele se dizia satisfeito com o resultado. Perdera votos dos liberais, mas estava contente com os votos conservadores que havia recebido, mesmo sendo muito inferiores aos quais precisava. Para ele, era a união do partido que o fazia forte, e o ele, o partido, precisava se manter assim para reverter as derrotas do presente e se fortificar para o futuro. Vasconcellos era otimista quanto a retomada conservadora no poder, para o bem da ordem política, uma vez que:

E' pelas idéas conservadoras que a Providencia vive e caminha dentro da sociedade: ás vezes são vencidas para mais facilmente assimilarem os corações reistentes e conquistarem as intelligencias contrarias. A humanidade perpetua-se deste modo e progride no tempo segundo a graça¹⁰⁴.

A tônica da união partidária se repetia em 1883. Diogo de Vasconcellos havia sido indicado pelo Partido Conservador à candidatura ao senado. Através d'*a Província de Minas*, edição de 20 de setembro¹⁰⁵ do corrente ano, Vasconcellos manifestava-se propondo qual deveria ser a postura de seus correligionários conservadores frente às urnas. Nessa edição, o político reivindicava maior apoio à candidatura de Evaristo Ferreira da Veiga, companheiro de chapa, do que a ele mesmo. Argumentava que aquele era um momento em que o eleitorado deveria voltar forças a um melhor nome para o exercício do mandato, e tal nome não era o dele.

Nesse texto, datado de 1º de setembro de 1883, Vasconcellos afirmava que não havia um só conservador que não sabia pregar conscientemente seu voto, mas que há muito já não se sabia como antigamente se ganhavam vitórias. A união era o primeiro e mais indispensável elemento de força. A maior desgraça de um partido, além da divergência interna dos candidatos, era a concessão à adversários, pois tal ato destruía o regime de ideias e significação das maiorias.

E' ainda muito commum ouvirmos dizer: - o meu voto não faz falta. E' isto igual ao sophisma de Euclides, quando fez o argumento calvo. Um fio de cabelo arrancado não faz falta; outro também... e outro... e assim por diante.

¹⁰⁴ **A Província de Minas.** Ouro Preto, 19 de setembro de 1882.

¹⁰⁵ **A Província de Minas.** Ouro Preto, 20 de setembro de 1883.

Este sophisma applicado em eleições é o que tem nos produzidos tantos desgostos, e que têm dilatado tantos infortunios. Não fôra elle, teríamos vencido completamente e debellado a situação em Dezembro de 1881¹⁰⁶.

O Partido Conservador mineiro perdia seguidos escrutínios. Vasconcellos atribuía tais derrotas à falta de empenho de seus correligionários em desenvolver a coesão que ele esperava dentro do partido. Dessa maneira é que surgira o interesse dele em concentrar os votos do partido para Evaristo da Veiga, fortificando as alianças internas e assim obter resultados positivos nas eleições que ocorreriam em 1º de outubro de 1883.

Estes foram alguns exemplos de manifestações políticas encontradas a respeito de Diogo de Vasconcellos no periódico *A Província de Minas*. A grande maioria dos artigos encontrados para a elaboração desta monografia¹⁰⁷ são de cunho político. A imprensa era um importante veículo para se propagar suas ideias políticas e de organização do Partido Conservador. Essa era a tônica do discurso de Vasconcellos. A manutenção das tradições em meio a um tempo de mudanças, efetivava-se como modelo de preservação da ordem política e social que defendia.

A compreensão do tempo sob as bases da resignificação do passado, das tradições através da possibilidade de certa leitura de mundo adotando a *historia magistra vitae*, entende-se que há uma possibilidade clara de aplicação progressiva do *continuum*, levando ao que Koselleck estabelece como o aperfeiçoamento moral ou intelectual, tanto dos homens do presente quanto os do futuro, desde que seus pressupostos sejam os mesmos¹⁰⁸. Dessa maneira, é perceptível o peso que há na revalorização de ordens tradicionais, e a reafirmação do passado como elemento fundamental para a possibilidade de uma evolução do homem e da sociedade. Diogo de Vasconcellos vai fazer da escrita da história outro ato de fala para resignificar o passado e manter os valores que vinham sendo minados com o avançar do dezenove.

¹⁰⁶ **A Província de Minas**. Ouro Preto, 20 de setembro de 1883.

¹⁰⁷ Foram examinados 625 números do periódico publicados entre 1880 e 1989. Ao todo são cerca de 20 artigos relacionados à Diogo de Vasconcellos. A maioria estão relacionados à textos sobre eleições disputadas por ele ao longo da década de 1880.

¹⁰⁸ Reinhart Koselleck. *Historia Magistra Vitae*, p. 43.

3. A RETÓRICA DA CIVILIZAÇÃO

“As condições da possibilidade da história real são, ao mesmo tempo, as condições do seu conhecimento. Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã”.

(REINHART KOSELLECK)

3.1. Fundando uma historiografia?

O escritor mineiro Vivaldi Moreira, ao falar sobre a obra de Diogo de Vasconcellos afirmava que qualquer porção de território, independente de seu tamanho, tem as condições de se produzir história, pois os fatos que a constituem “brotam” em um local com idêntica pujança espalhando sua atuação em áreas adjacentes até que se envolva ampla região e assumo o caráter geral. A história de Minas Gerais já era fabricada a partir do momento em que os bandeirantes se fixaram nos vários lugares daquela terra aurífera¹⁰⁹.

Júnia Ferreira Furtado, por sua vez, diz que até as últimas décadas do século XX a historiografia mineira ainda dedicava-se, eminentemente, aos fatos políticos e econômicos da capitania no período colonial. Poucos são os trabalhos que se preocupam com a cultura mineira, dos costumes e da vida social da capitania¹¹⁰. A autora aponta que o panorama da historiografia mineira começa a mudar nos fins da década de 1970, com trabalhos que se dedicavam mais às questões das relações sociais e culturais das minas setecentistas. No entanto, o que podemos perceber é que as investigações sobre a Colônia ainda são muito maiores. O olhar para a história intelectual mineira ainda é reduzido, principalmente, quando se fala sobre a escrita da história.

Os trabalhos de história da historiografia ainda são muito limitados. José Honório Rodrigues é talvez um dos precursores da prática no país. No entanto, mesmo que seus esforços, na segunda metade do século XX, tenham contribuído para o mapeamento da escrita

¹⁰⁹ Vivaldi Moreira. Reedição de Diogo de Vasconcelos. (Texto de orelha da capa do livro)

¹¹⁰ Junia Ferreira Furtado. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial, p. 117.

da história mineira, ele é insuficiente para o estudo do tema. De acordo com o autor, o advento da descoberta das Minas Gerais, acontecimento que revolucionou as formas sociais e econômicas da vida brasileira, fortalecendo, segundo Rodrigues, a consciência nacional, inspirou uma historiografia nova e original. A repercussão da nova vida econômica na renovação da historiografia não foi imediata e repentina. Tais acontecimentos locais, assim como o próprio bandeirantismo só aparecem em algumas relações e descrições, formas primitivas de criação historiográfica¹¹¹. Dessa forma, mesmo que de uma maneira rudimentar, a historiografia mineira surgiria juntamente com o movimento de descoberta de suas terras.

Como bem aponta o autor, os relatos e descrições são formas primitivas de se fazer história. Talvez o seu valor documental seja hoje maior do que o caráter historiográfico, sem desconsiderar, em absoluto, a qualidade do último. Há durante a história do Brasil, e de Minas Gerais em concomitância, inúmeras formas de se relatar os acontecimentos históricos. A historiografia como conhecemos hoje, com a sua pretensa atividade científica, é tardia nas terras alterosas, podendo ser remetida apenas com a Proclamação da República. O que pretendo fazer nesta terceira e última parte do capítulo é fazer um rápido balanço acerca da produção “historiográfica” em Minas do século XVIII, momento inaugural da capitania, até a escrita da história de Diogo de Vasconcellos, tido como o primeiro historiador profissional do estado.

Segundo José Honório, a historiografia mineira começa com o texto, publicado na revista do Arquivo Público Mineiro em 1899, intitulado, *Os primeiros descobridores das Minas de Ouro na capitania de Minas Gerais*. Este artigo aparece na sua primeira forma como uma notícia compilada pelo Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por Manuel Pires da Silva Pontes. Rodrigues diz que essa é uma edição que não merece confiança por se tratar de um resumo. De acordo com o autor, Afonso Taunay acreditava que Silva Pontes além de apenas resumir as memórias, ainda calcou-se sobre fragmentos completando-os de forma arbitrária com passagens do *Fundamento Histórico*, de Cláudio Manuel da Costa. Segundo Orville Derby, o autor dessas memórias era o próprio Cláudio Manuel, pois o estilo de escrita atribuída ao Coronel Bento Fernandes acusava antes um literato do que um sertanejo¹¹².

Na descrição de Rodrigues, os relatos sertanistas também são de grande valia para a formação da historiografia mineira. Os primeiros relatos de viajantes que passaram pelas

¹¹¹ José Honório Rodrigues. **História da Historiografia do Brasil**, p. 162.

¹¹² José Honório Rodrigues. **História da Historiografia do Brasil**, p. 162-163.

Minas foram organizados por Afonso Taunay. Os padres Diogo Soares e Domingos Capassi, os primeiros deles, foram enviados para a América Portuguesa a mando da Metrópole com o intuito de fazerem mapas de novos descobrimentos. De acordo com o autor, eram muito hábeis e as primeiras observações de latitude e longitude do sertão também se devem a eles. Ao padre Diogo Soares, Rodrigues também atribui a primeira iniciativa de história oral no Brasil. Com perguntas e respostas, a partir de dados fornecidos por participantes e testemunhas de suas andanças pela Colônia, o padre pode escrever sobre seus descobrimentos por aqui¹¹³.

Seguindo o seu levantamento acerca dos primeiros relatos e descrições, José Honório Rodrigues lista alguns documentos que fazem parte da *Informação sobre as Minas do Brasil* composta por quatro códices da Biblioteca da Ajuda¹¹⁴, mandados copiar por Luis Camilo de Oliveira Neto e publicadas por Rodolfo Garcia, nos Anais da Biblioteca Nacional. Essa é a última análise que o autor faz em seu texto acerca das primeiras obras descritivas sobre as Minas. Curiosamente ele deixa de fora uma das mais importantes obras acerca dos primeiros descobrimentos das Minas, a *Cultura e Opulência do Brasil*, do padre André João Antonil, publicada em 1711.

De acordo com Fernando Filgueiras, pouco se fala do padre Antonil, mas muitos estudiosos atribuem sua obra uma descrição das condições econômicas e sociais do período colonial brasileiro, compreendendo o final do século XVII e início do século XVIII. Embora essa obra apresente e centralize tais questões, elas, segundo o autor, são abordadas a partir de um pano de fundo filosófico, informando o *logos* operacional da sistemática construída discursivamente por Antonil¹¹⁵.

Filgueiras aponta que o livro é despretensioso, que procura mostrar, com requintes realistas, as riquezas e os frutos que o Brasil, assim como as vantagens da economia da colônia para a Coroa portuguesa. Mesmo com sua suposta importância, a obra foi recolhida por Ordem Régia de 20 de março de 1711, devido ao fato de Dom João V ser contra a publicação das riquezas do Brasil, sobretudo as minerais, objeto muito detalhado nas

¹¹³ José Honório Rodrigues. *História da Historiografia do Brasil*, p. 165.

¹¹⁴ A **Biblioteca da Ajuda**, localizada no Palácio da Ajuda, em Portugal, desde 1880, foi criada no século XV e enriquecida por Dom João V, perdendo a maior parte de seu espólio no terremoto de 1755. Após a tragédia, a biblioteca foi reinstalada em casas anexas ao Paço da Madeira, na Ajuda. Em 1811, com as invasões francesas e com a Vinda da Família Real para o Brasil, a biblioteca foi transferida para o Rio de Janeiro, formando a Biblioteca Nacional brasileira.

¹¹⁵ Fernando Filgueiras. *O cabedal das virtudes. André José Antonil, a Continuidade e a Mudança no Pensamento Jesuíta do Brasil Setecentista*, p. 1.

descrições de Antonil. Em 1800 houve uma reedição da obra organizada pelo frei José Mariano Velloso, que se refere apenas aos engenhos de açúcar. Em 1837, a obra é mais uma vez reeditada na íntegra, e em 1923, com uma introdução de Afonso Taunay¹¹⁶.

José Honório Rodrigues, em seu texto sobre a historiografia mineira colonial, põe em evidência três autores em que considera os mais importantes daquela fase. O primeiro é o poeta arcadiano Cláudio Manuel da Costa, sempre resgatado como um pensador que trouxe contribuições importantes para a escrita da história em Minas Gerais. Sua vida, segundo Rodrigues, está associada à história de Minas, tanto pelo seu trabalho como poeta, quanto por ser um inconfidente, tendo sua prisão, suicídio ou assassinato possível de ser estudado nos próprios Autos da Devassa da Inconfidência Mineira¹¹⁷.

Segundo Rodrigues, o melhor texto da *Memoria Historica e Geographica da Descoberta de Minas* é aquela publicada no periódico *O Patriota*, depois mudado para *Fundamento Histórico*, na edição do poema *Vila Rica*. Existem algumas variantes entre um e outro texto, observadas primeiramente por Teixeira de Melo, mas Honório Rodrigues não comenta sobre elas. Seguindo o autor, também não está devidamente apurado se Cláudio Manuel da Costa se valeu das informações contidas nos *Primeiros Descobrimientos das Minas Geraes*, de Bento Fernandes Furtado, ou se ele mesmo teria redigido esta notícia segundo as informações de Bento Fernandes. Para Rodrigues, existe uma nítida relação entre o texto de Bento Fernandes, Cláudio Manuel e a *Memória Histórica* de José Joaquim da Rocha.

Suspeita-se que a relação de Bento Fernandes seja de autoria de Cláudio, seu amigo, e pode-se notar os plágios de José Joaquim da Rocha da 'Memória' de Cláudio Manuel, embora seja justo lembrar que o texto do primeiro é mais fundado e mais longo.

A *Memória* de Cláudio Manuel é a mais bem feita, a mais sintética, a mais fluente. Ela se mostra uma obra concisa, que revela como os paulistas, conhecidos como homens que não se sujeitavam a nada e nem a ninguém, faltas de conhecimento e respeito, mas eram aqueles que davam as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo Rei e pela Pátria¹¹⁸. Essa obra conta as primeiras investidas de Minas em busca mais de ouro do que de índios. Depois disso, o autor trata uma a uma da vila do Carmo, hoje Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté,

¹¹⁶ Fernando Filgueiras. *O cabedal das virtudes*, p. 2-3.

¹¹⁷ José Honório Rodrigues. *História da Historiografia do Brasil*, p. 178.

¹¹⁸ José Honório Rodrigues. *História da Historiografia do Brasil*, p. 178.

Serro Frio, Vilas do Rio das Mortes, vilas de São João e São José. Ainda Cláudio Manuel trata da série de governadores, da anexação da conquista com São Paulo e São Vicente ao Rio de Janeiro, até o governo do Conde de Valadares.

A descrever a obra destes governos, os principais fatos, figuras e feitos estão sucintamente anotados. A “Memória” é uma construção histórica, rara pelo seu tratamento sintético, valiosa pela temática de tanta influência no destino de Minas e do Brasil, e fluente e limpa pelo seu tratamento¹¹⁹.

O segundo autor apontado por Rodrigues é José Rodrigues da Rocha. Segundo o autor, pouco se sabe sobre Rodrigues da Rocha. Foi sargento-mor de ordenança das Minas Novas, vivia de negócio, e serviu de testemunha no processo da Conjuração Mineira. Em um de seus depoimentos, José Joaquim fez menção de ter oferecido ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o mapa da população da capitania, muito provavelmente a de Minas Gerais, incumbido de fazê-lo a mando de Generais da Capitania de Minas¹²⁰.

José Joaquim da Rocha é o autor do *Mapa da Capitania de Minas Gerais* (1777), do *Mapa da Comarca do Rio das Mortes* (1778), do *Mapa da comarca de Vila Rica* (1778), do *Mapa do Julgado das cabeceiras do rio das Velhas e parte da capitania de Minas Gerais* (1796) e do *Mapa da Comarca do Serro Frio*. Com isso, o geógrafo e cartógrafo tinha condições excelentes para compor a *Memória Histórica da Capitania de Minas Geraes*. Obra descritiva, segundo José Honório Rodrigues, que se baseia no *Fundamento Histórico* de Cláudio Manuel, mas que existe na maior parte da obra características bem particulares.

O terceiro autor mencionado por Rodrigues é Diogo pereira Ribeiro de Vasconcelos. Autor dos estudos *Descobrimento de Minas Geraes* ou *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, e que de acordo com Rodrigues, perpetuaram-lhe, nessas obras, a memória mais do escritor que o depoimento da testemunha, de um português aliado do colonialismo lusitano.

A obra de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos foi publicada no volume 29 da Revista do IHGB sob o título, já citado, *Descobrimento das Minas Geraes*. Nessa edição a memória foi publicada sem assinatura, mas a atribuição à Diogo de Vasconcelos sempre foi posta, que, de acordo com o introdutor dessa obra na edição da Revista do APM, em 1901,

¹¹⁹ José Honório Rodrigues. **História da Historiografia do Brasil**, p. 179.

¹²⁰ José Honório Rodrigues. **História da Historiografia do Brasil**, p. 180.

mesmo sendo um português de nascimento era considerado um dos mais ilustres homens de letras em Minas, no início do século XIX¹²¹.

A edição da Revista do IHGB não traz o título geral da obra, que é *Descobrimento de Minas Geraes ou Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, que se mostra muito mais compreensivo das matérias tratadas no texto. Segundo a introdução da RAPM, essa não é a única deficiência da edição mencionada. A memória foi publicada com a omissão do capítulo final, que se remete a listagem dos homens notáveis de Minas, do elogio preliminar dirigido ao governador Athayde e Mello, dos artigos correspondentes à descrição da capitania, seus principais rios e sua natureza vegetal e animal, úteis para o conhecimento da fauna e flora mineira¹²².

Diogo de Vasconcelos ainda escreveu outra importante memória, *Minas e quintos de ouro*, publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro, em 1892, devido a iniciativa de Capistrano de Abreu, que dispunha do respectivo manuscrito. Assim como a anterior, essa memória foi publicada anonimamente, mas em carta, Capistrano de Abreu comentou a conveniência de se reproduzir tal obra na Revista do Arquivo, juntamente com a Descrição de Minas Gerais, lembrando que o autor das duas obras era o mesmo, devido à semelhança de estilo dos dois escritos, e em algumas passagens era quase a reprodução um do outro¹²³.

Fundou-a, com effeito, o dr. Diogo em documentos e dados estatísticos que, ainda agora existentes no Archivo Publico Mineiro, no da extincta thesouraria e nos das camaras de Ouro Preto, Sabará e Marianna, comprovam a exactidão das suas observações e veracidade da sua narrativa, salvo qualquer controversia sobre as idéas políticas e economicas do auctor, adepto confesso do absolutismo e das regalias illimitadas da corôa¹²⁴.

Em 1896, então, a Revista do APM o 12º capítulo, inédito até então, das memórias de Diogo de Vasconcelos, dedicado as pessoas ilustres da capitania¹²⁵. É uma lista dos nomes mais importantes, no julgamento do autor, que habitaram aquelas terras em seu tempo. Fato curioso que aponta Rodrigues é a omissão do nome de Cláudio Manuel da Costa nessa lista. O bisneto de Vasconcelos, o historiador e objeto desta monografia, Diogo Luiz de Almeida

¹²¹ RAPM, janeiro a março de 1901, fascículo VI, 757.

¹²² RAPM, janeiro a março de 1901, fascículo VI, 758.

¹²³ RAPM, janeiro a março de 1901, fascículo VI, 759.

¹²⁴ RAPM, janeiro a março de 1901, fascículo VI, 759.

¹²⁵ RAPM, julho a setembro de 1896, fascículo I, 443-452.

Pereira de Vasconcellos, defende seu bisavô dizendo que mesmo se incluísse o nome do poeta, a censura o eliminaria por ter sido Cláudio Manuel declarado infame e também porque teria que aceitar o suicídio, versão oficial de sua morte¹²⁶. Embora José Honório considere a defesa do bisneto bem argumentada, diz que não se justifica frente à “baixeza” da exclusão de Cláudio Manuel da Costa na citada lista.

A "Breve Descrição Geographica, Physica e Politica" é uma fonte primordial da história de Minas Gerais e das três comentadas a mais completa, embora os estudos da história de Minas não dispense os ensaios de Cláudio Manuel da Costa e de Joaquim José da Rocha. É uma narrativa completa com a descrição geográfica, os descobrimentos, a descrição política, as cidades e suas dioceses, dados estatísticos e econômicos, a agricultura, as manufaturas e o comércio de cada cidade ou vila, a navegação, as formas militares, a povoação e os costumes, as Minas e os Quintos, as casas de fundição, os diferentes sistemas de arrecadação dos quintos, e a tábua estatística do rendimento do Real Quinto¹²⁷.

Essas são as principais obras apontadas por José Honório Rodrigues em seu livro sobre a história da historiografia colonial brasileira. Sobre as Minas Gerais o autor ainda comenta sobre as *Reflexões sobre a capitania de Minas Gerais*, de Antônio da Costa Rocha Pita. Obra publicada em 1819 no *Correio Braziliense* que faz uma crítica rigorosa a desconhecida obra, assim como seu autor, de G. H. Langsdorff sobre as Minas. Rodrigues faz uma breve leitura da obra, mas a classifica como uma importante fonte para o estudo das Minas Gerais no período colonial.

De acordo com Marco Lobato Martins, durante o século XIX e boa parte do XX, os estudos de história regional foram produzidos fora de um ambiente acadêmico, que por sua vez não estava bem estruturado no país ainda. Os pioneiros nessa prática desenvolveram seus trabalhos sob a influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de instituições congêneres provinciais/estaduais. Martins propõe que esse é um momento em que foi marcado pelo auge das corografias, conservando uma estreita ligação com os padrões observados na produção de cronistas coloniais¹²⁸.

As corografias, segundo Martins, em um amálgama de história, tradição e memória coletiva tomavam como seu fundamento decisivo o espaço, não o tempo. Esse espaço era bem recortado, considerado singular frente ao quadro natural nele presente e dos episódios históricos desdobrados nele. Há nesse tipo de produção uma grande ênfase na demarcação de

¹²⁶ José Honório Rodrigues. **História da Historiografia do Brasil**, p. 183-184.

¹²⁷ José Honório Rodrigues. **História da Historiografia do Brasil**, p. 184.

¹²⁸ Marco Lobato Martins. Os estudos regionais na historiografia brasileira, p. 1.

espaços dentro da vastidão do território nacional, estudado sem relação com esse todo maior. O autor propõe que o relacionamento do “nacional” com o “regional” e o “local” é reduzido à descrição dos impactos de grandes acontecimentos da história do país nesses espaços.

Por isto, as corografias eram geralmente recheadas de uma história apoteótica, laudatória, antes de tudo um exercício de exaltação dos feitos das elites regionais e locais. A narrativa, a seleção e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetivava mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias¹²⁹.

Marcos Lobato diz que além da afirmação de regionalismos consagradores das elites locais, as corografias ainda possuíam duas outras peculiaridades: certo repúdio às inovações e a ignorância das diferenças entre o passado e presente. O passado dessas regiões era sempre tratado como glorioso e de grande pujança. O presente era uma mera projeção ou realização daquele passado, mesmo que em determinadas áreas pudesse ser notado certa decadência que reduzia o brilho econômico, social e político de outrora¹³⁰. Há nessa perspectiva de continuidade na história local, que interfere diretamente na composição do presente do autor. A história regional não era considerada como processual, mas algo dado *a priori*.

O autor aponta que no período que consiste entre 1830 e 1930, no que tange a escrita da história regional, as corografias dividiam espaço com as memórias históricas. As “memórias” combinavam, de formas diferentes o exame de aspectos da tradição e dos costumes, por vezes de texto autobiográfico. Martins diz que o século XIX mineiro produziu ao menos duas grandes memórias históricas.

A primeira obra indicada por Martins a intitulada *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, de Joaquim Felício dos Santos, publicada em 1868. Originalmente escrita para os leitores do jornal *O Jequitinhonha*, com as modestas intenções de levar a conhecimento do povo de Diamantina sua história e auxiliar os mineradores na identificação de áreas outrora exploradas. A obra se propagou para além das fronteiras do antigo Tijuco. Martins diz que a obra traz a percepção da Demarcação Diamantina como uma porção atípica do mundo colonial, sendo, dessa forma, uma espécie de “estado dentro do estado”. As *Memórias* narram os principais episódios e processos da história de Diamantina, redigida,

¹²⁹ Marco Lobato Martins. Os estudos regionais na historiografia brasileira, p. 3.

¹³⁰ Marco Lobato Martins. Os estudos regionais na historiografia brasileira, p. 3.

segundo o autor, nos cânones da época. Linear e factual enfatizava os acontecimentos políticos e as alterações da legislação relativa à mineração¹³¹.

A segunda memória indicada por Marco Martins refere-se a Campanha, no sul do estado. Escrita por Francisco de Paula Ferreira de Rezende entre 1887-1888. Intitulada *Minhas Recordações*, essa obra é autobiográfica, feita apenas das memórias do autor e um pouco às pressas, de acordo com o próprio Ferreira Rezende. Ela tinha como objetivo salvar do completo esquecimento os costumes e tradições de seu tempo. A obra descreve e analisa de variados aspectos a vida do Sul de Minas, entre 1830 e 1890.

Independência, moderação, equilíbrio seriam atributos mineiros por excelência, pensava Ferreira Rezende. A autobiografia do fazendeiro e magistrado campanhense afigura-se como uma das formulações pioneiras do “espírito de Minas”, da mineiridade, a ideologia política que garantiu coesão às elites dirigentes mineiras na República e contribuiu para projetar nacionalmente sua influência.

O advento da República trouxe uma nova forma de se conceber a história em Minas Gerais. Com a proclamação em 1889, as antigas províncias tiveram a oportunidade de ampliarem sua autonomia diante de um poder centralizado. Bruno Franco Medeiros propõe que, mesmo compondo um sistema meta-histórico denominado “nação”, esses estados podiam formular suas histórias recorrendo aos desígnios do passado sob os auspícios de uma modernidade conservadora, construindo, também, uma identidade própria para atender as suas reivindicações políticas. Dessa forma, no final dos oitocentos em Minas Gerais, os políticos do estado se incumbiram da tarefa de construir tal identidade¹³².

Os Arquivo Público Mineiro (APM) e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) são dois espaços de institucionalização da memória histórica de Minas Gerais que captam, organizam e divulgam as identidades criadas por esses políticos que se empenhavam em escrever a história de Minas. Os objetivos do APM são muito semelhantes aos empreendidos por instituições similares ao longo do século XIX, a de construir uma história da nação, recriar um passado, solidificando os mitos de fundação, pondo ordem aos fatos que marcaram a história local, e buscando homogeneidades em personagens até então dispersos, compondo a ideia das delimitações do território¹³³.

¹³¹ Marcos Lobato Martins. Os estudos regionais na historiografia brasileira, p. 5.

¹³² Bruno Franco Medeiros. História, Memória e Identidade no Arquivo Público Mineiro, p. 1.

¹³³ Bruno Franco Medeiros. História, Memória e Identidade no Arquivo Público Mineiro, p. 2.

O APM, fundado em 1895, segundo Medeiros, tinha um significado que se constituía muito além de apenas um depósito de documentos sobre o estado de Minas Gerais. Ele era a representação de uma autonomia e identidade histórica da capitania, da província e do estado de Minas, como se a aglomeração de documentos em um depósito único representasse a unidade de seu território, assim como sua unidade e síntese histórica¹³⁴. Nas palavras de José Pedro Xavier da Veiga, o primeiro diretor do APM:

Por tudo isso, o Archivo Publico Mineiro, agora fundado, é instituição que consagra sentimentos e idéa popular. Modesto nas suas proporções apparentes, modesto pelo local e meios de installação, nem assim deixa de ser importante e precioso sob varios aspectos. Bastára dizer-se que no acervo, ainda não ordenado, dos documentos que contêm, estão não só, em original e impressos, actos constitucionaes, legislativos e governativos concernentes ao Estado e as antigas Provincia e Capitania mas tambem outros titulos historicos de nossa existencia já duas vezes secular, honrissimos padrões que, si recordam gemidos de oppressores e soluços de martyres, relembram tambem, e em maior copia, asções heroicas, commetimentos de patriotismo intemerato, sublimes vãos do pensamento illuminado e involidaveis revoltas da dignidade humana¹³⁵.

Já no século XX, o IHGMG, à sombra do APM, assume um papel semelhante à primeira instituição. A agremiação mineira possuía como seu grande modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os idealizadores do instituto mineiro mesmo adotando uma postura regionalista e pretensamente particular, procuravam manter laços estreitos com a carioca, assim como seus congêneres de outras unidades da federação. Um de seus claros objetivos, com certo atraso, era, segundo Cláudia Callari, legitimar, pela via do passado, o papel desempenhado pelo estado presente¹³⁶. Embora se intencionasse as definições dos parâmetros para a escrita da história mineira, o que se pode perceber é que o IHGMG não passou, em um primeiro momento, de uma tentativa de se criar uma historiografia.

Com todos os exemplos que relatei acima, nossa hipótese é que nenhuma das obras apresentadas ou instituições desenvolveram uma escrita da história propriamente dita, com pressupostos que hoje poderíamos dizer “científicos”, mesmo sabendo que não se pode atribuir isso àquele tempo. Qual é de fato o momento que se inaugura, portanto, a escrita da história em Minas Gerais? Quando ela deixa de ser constituída apenas por descrições, memórias e corografias? Como bem vimos com Oliveira Tôrres, a historiografia mineira

¹³⁴ Bruno Franco Medeiros. José Pedro Xavier da Veiga e o Projeto de uma Identidade Histórica no Arquivo Público Mineiro, p. 5.

¹³⁵ **RAPM**, julho a setembro de 1896, fascículo I, p. III.

¹³⁶ Cláudia Regina Callari. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes, p. 79.

nasce com características liberais, mas Bruno Franco Medeiros propõe que ela também se constitui com os auspícios de uma modernidade conservadora.

Uma das figuras mais importantes nos finais do século XIX até o primeiro quartel do século XX foi Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos. O autor das emblemáticas *História Antiga das Minas Gerais e História Média de Minas Gerais* é tido por muitos como o fundador da historiografia mineira. Desde pelo menos a década de 1870, o historiador trabalhava na redação de vários jornais da então capital da província, Ouro Preto, assim como correspondente de outros periódicos de várias cidades mineiras. É principalmente como jornalista que Vasconcellos se destacou nas letras, interessando-se muito pelo resgate das memórias históricas de seu estado natal.

Francisco Iglesias observa que as *História Antiga e História Média* são um livro só. O autor propõe isso, pois, parece bem claro que Vasconcellos tinha certa pretensão de escrever uma História de Minas Gerais construindo um quadro evolutivo bem mais amplo, ou melhor dizendo, tinha ele uma pretensão de escrever uma “*História Geral*”. A periodização abordada nesses dois livros é organizada por Diogo de Vasconcellos da seguinte forma: *História Antiga* é aquela cuja narrativa se inicia pelos descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de São Paulo. A *História Média* se estendia desse período até 1785, momento em que o autor identifica com sendo uma fase preparatória para a *Inconfidência*, portanto teria um tratamento diferenciado, o que muito provavelmente abriria uma *História Moderna* de Minas Gerais, o que apenas fica no plano especulativo, uma vez que essa obra jamais foi escrita.

Não prosseguiu o trabalho, de modo que não fez a história moderna e contemporânea, o que se lamenta pela falta de que terá, aí, possibilidade de usar a tradição oral, de que era fundo conhecedor e cuja importância na historiografia proclamou, ou dar depoimento vivo da fase de que foi participante de relevo¹³⁷.

Diogo de Vasconcellos ao mesmo tempo em que é elogiado e revisitado por escrever a então considerada primeira obra profissional da historiografia mineira, também recebe inúmeras críticas, que apontam equívocos e insuficiência na obra dele por autores como João Ribeiro, Basílio de Magalhães, Teófilo Feu de Carvalho, Afonso Taunay, Charles R. Boxer e José Rodrigues Lapa.

De acordo com Adriana Romero, o que surpreende no trabalho de Vasconcellos além da qualidade de sua narrativa e erudição, foi ele ter sido o primeiro historiador que “espanou a poeira” dos papéis do APM, e a fazer um trabalho de crítica mais sistematizado da história de

¹³⁷ Francisco Iglesias. Reedição de Diogo de Vasconcelos, p. 12-13.

Minas. O historiador seguia os cânones de seu tempo. Não costumava citar fontes e arquivos, embora sua obra baseando-se em uma vasta pesquisa documental. Mesmo Francisco Iglesias que o considerava um historiador rigoroso e cuidadoso, admitia que a narrativa feita por Vasconcellos sobre a Guerra dos Emboabas, por exemplo, beira a ficção, pelo tom romanesco e exaltado¹³⁸. O historiador britânico Charles R. Boxer tece duras críticas à Vasconcellos por tal questão.

Embora freqüentemente citado como trabalho padrão, e reeditado em 1948, este livro não é do toda confiança, visto que o autor era demais influenciado pelo *neoromantismo*¹³⁹ da época em que ele escreveu. De outra parte, o autor abeberou-se amplamente nos documentos dos arquivos de Minas Gerais. A utilizar com cautela¹⁴⁰.

Boxer estava correto ao afirmar que Vasconcellos partilhava de elementos discursivos comuns à sua época. No entanto, se mostra equivocado ao se valer de uma categoria vazia de sentido, *neoromantismo*, para classificá-lo como não confiável¹⁴¹. Francisco Iglesias era um defensor do caráter rigoroso e cuidadoso dos trabalhos de Vasconcellos. O comentarista admite que na obra do autor marianense há momentos de visíveis falta de rigor nas críticas das fontes em um determinado evento ou outro, mas não é toda a obra que isso ocorre. Há em várias passagens em que cita documentos de arquivos de Ouro Preto, de Mariana ou Belo Horizonte. Faz referências a cartas, memórias, testamentos, bandos, e vez ou outra com transcrições. De acordo com Iglesias, Diogo conhecia bem o Arquivo Público Mineiro (APM), assim como transcreve documentos do Arquivo Nacional (AN), do Rio de Janeiro, e do Arquivo Episcopal de Mariana (AEM)¹⁴².

Quanto a *História Média*, João Ribeiro tece elogios à Diogo de Vasconcellos sobre elementos que geralmente ele é criticado. Segundo o autor, Vasconcellos possuía um elevado estilo verdadeiro de história. “É eloqüente sem ênfase, simples sem trivialidades, por vezes magnífico sem exagero”¹⁴³. Diogo, para ele, apresentava muita elegância em sua escrita. O

¹³⁸ Adriana Romero. Guerra dos Emboabas: balanço histórico, p. 110-111.

¹³⁹ Grifo meu.

¹⁴⁰ Charles R. Boxer. **A idade de ouro do Brasil**: Dores de crescimento de uma sociedade colonial, p. 394.

¹⁴¹ Rodrigo Machado. Nas páginas descritivas do passado: A escrita da história como discurso para a civilização, p. 6.

¹⁴² Francisco Iglesias. Reedição de Diogo de Vasconcelos, p. 15-16.

¹⁴³ João Ribeiro. **Crítica**. Vol. VI – Historiadores, p. 56.

livro que ele apresenta é encantador como se fosse um romance devido as peculiaridades do colorido, interesse e sentimento da narrativa¹⁴⁴.

A capitania de Minas Gerais é um dos grandes temas para a investigação histórica da nacionalidade brasileira. Foram os metais achados que definiram o destino dos povos da América, e sem Minas, segundo João Ribeiro, nossos destinos seriam diferentes. Os séculos XVII e XVIII foram marcados pelas penetrações do oeste brasileiro. De acordo com o autor é lícito a afirmação de que se não fosse a cobiça por ouro e diamante, o Brasil hoje ainda teria o seu limite ocidental aquele do meridiano de Tordesilhas. Diogo de Vasconcellos, dessa forma, traçou vigorosos quadros a respeito dos primeiros tumultos da imigração “emboaba”. Os paulistas são os heróis primitivos que devassavam o interior. Os crimes e as façanhas dos intrépidos desbravadores que lançavam os fundamentos das cidades de hoje são encontrados descritos nas páginas da *História Média*¹⁴⁵.

Em trabalho recente acerca da Guerra dos Emboabas, Adriana Romero faz uma análise da obra de Vasconcellos sobre o tema. Romero diz que, mesmo com a sua aparente falta de rigor e da descontinuidade de sua produção, a descrição que o autor marianense faz da Guerra dos Emboabas é um dos pontos altos de seu livro. Segundo a autora, Vasconcellos se mostra apaixonado pelo tema, dedicando-lhe páginas muito inspiradas. Diogo, e na análise de Romero, de forma perspicaz, remonta o processo de formação de Portugal ao estado de isolamento, que resultou a força dos poderes locais. Como aqui era uma colônia, o poder central estava muito longe, assim instaurando um “regime” de particularismos, gerando um nativismo partilhado tanto por paulistas quanto por emboabas¹⁴⁶.

Vasconcellos compartilhava das ideias de seu tempo acerca dos paulistas. Considerava-os com os “argonautas” de Minas posicionando-se em favor deles. Escrevendo antes de Alcântara Machado, que havia descrito um cenário de pobreza e rusticidade, o autor das Histórias de Minas Gerais descreveu uma vila de São Paulo mítica, herdeira das formulações nobiliárquicas de Pedro Taques¹⁴⁷. Juntamente com a figura dos portugueses, de acordo com Helena Magela Alberto, os paulistas eram, para Vasconcellos, os responsáveis

¹⁴⁴ João Ribeiro. *Crítica*, p. 56-57.

¹⁴⁵ João Ribeiro. *Crítica*, p. 57.

¹⁴⁶ Adriana Romero. Guerra dos Emboabas: balanço histórico, p. 110.

¹⁴⁷ Adriana Romero. Guerra dos Emboabas: balanço histórico, p. 110.

por preservar os elementos conservadores de Minas Gerais, “*pela introdução da honestidade e pela preservação dos bons costumes em meio à desordem dos primeiros anos*”¹⁴⁸.

João Ribeiro considerava a *História Média* uma obra sólida, com um grande interesse humano e com um caráter nacionalista sensato e bem entendido. Há uma defesa das raças inferiores, que segundo ele, exalta sem parcialidade. Muitos outros elementos são passíveis de destaque na avaliação de João Ribeiro; “*a filosofia dos acontecimentos, a alta cultura jurídica, o amor da liberdade, e enfim, a tôdas as luzes, a educação do humanista, capaz de entender a história*”¹⁴⁹. O autor ainda diz que não é apenas reunindo materiais e documentos que se faz um pesquisador. Diogo de Vasconcellos era para ele um exemplo de historiador que tinha a capacidade de unir pesquisa e narrativa de modo qualitativo e prazeroso.

Teófilo Feu de Carvalho sem sombra de dúvida não partilhava da mesma leitura de João Ribeiro. Arrisco-me a afirmar que Carvalho é até hoje o mais ácido dos críticos de Diogo de Vasconcellos. Em 1933, seis anos após a morte de Vasconcellos, quando dirigia o Arquivo Público Mineiro, Feu de Carvalho publica um artigo na revista da instituição em que intencionava “corrigir” alguns erros cometidos a respeito da História de Minas Gerais. Seleccionava alguns erros, segundo ele, mais difundidos naquela recente historiografia mineira, e apontava os erros cometidos por memorialistas, em especial, e em praticamente todo o texto, Diogo de Vasconcellos.

O ex-diretor do APM acusa a falta de estudos profundos, ao menos no que tange a uma rigorosa análise documental, acerca da história do estado. As grandes nações do universo possuíam os seus arquivos, e Minas não era diferente. No entanto, o autor aponta uma grande diferença entre aqueles e Minas. Lá uma vez que os Arquivos são conhecidos têm autoridade e prestígio, coisa que não acontecia em Minas. Dessa forma, Carvalho tece profundas críticas aos que escrevem a história não baseada em documentos. Ele duvidava que se pudesse criar certo tipo de sentimento cívico baseado em lendas contadas como verdades históricas, criando uma realidade artificial¹⁵⁰.

Eis uma das razões porque insisto, sempre, asseverando que o escrever história sem documentação é fácil, como também não me canso de repetir que não é bastante copiarem-se uns dos outros. Quem não entende da matéria, acha tudo direito, bom e muito racional! Acha tudo documentado, sem que haja documentação alguma¹⁵¹.

¹⁴⁸ Helena Magela Alberto. Diogo de Vasconcelos, a história de Minas Gerais e a Nação, p. 107.

¹⁴⁹ João Ribeiro. *Crítica*, p. 58.

¹⁵⁰ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 5-6.

¹⁵¹ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 6.

O texto é composto por inúmeros exemplos de erros cometidos com a história mineira. Feu de Carvalho apresenta um fato, transcreve um documento e compara com o erro cometido por outro autor. É possível notar, assim como já exposto, que o principal alvo do autor é Diogo de Vasconcellos. O curioso nesse artigo é que em nenhum momento do ex-diretor do APM cita o nome de Vasconcellos. Todas as vezes que ele faz alguma referência ao seu criticado ele apenas se refere como o *autor da História Antiga das Minas Gerais*.

Feu de Carvalho afirmava que as questões históricas não podiam ser resolvidas através de palpites ou por conjecturas que poderiam, de certa maneira, acabar com a veracidade da história. Essas questões deveriam ser resolvidas através de estudos pacientes para que se possa encontrar a solução de um problema, assim com ele fazia. Teófilo dizia que ele é quem estava correto em todos os temas que ele expunha em seu texto. Para outro historiador conseguir provar que ele estava errado, o que para ele era pouco provável, aí sim tal pessoa teria condições de solucionar tais questões.

Affirmações e correções, em meu obscuro pensar, envolvem, alguma responsabilidade moral, e por isso, deve-se antes bem estudar e melhor verificar, pensando o que se diz e se assevera, para não se corrigir o que está certo e evitar uma falsa posição¹⁵².

Outra crítica de Teófilo Feu de Carvalho à obra de Diogo de Vasconcellos, e que pode ser notado também em outros autores, tal como já foi comentado a leitura de Francisco Iglesias, é a questão da periodização das *Histórias de Minas Gerais*. Segundo Feu de Carvalho, a história de Minas deveria ser dividida em períodos Antigo, Médio e Moderno. No entanto, e isso é muito confuso no texto dele, o autor critica Vasconcellos justamente por dividir a História de Minas em Antiga e Média, sendo que a Moderna nem chegou a ser escrita. Sua justificativa era que não é possível perceber, nem entender, o critério adotado por Diogo, pois as crônicas que este insere na *História Média*, por exemplo, são dos mesmos acontecimentos encontrados na *História Antiga*, o que não se consegue achar uma linha para se compreender até quando vai uma *Idade* e começa outra¹⁵³.

Embora frequentemente conhecido pelas duas obras supracitadas, a produção historiográfica de Diogo de Vasconcellos, mesmo não sendo vasta, não se limita as *História Antiga* e *História Média*. Entre as outras obras do autor podemos encontrar: *O diário de Vera*

¹⁵² Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 13.

¹⁵³ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 28.

Cruz (1908); o prefácio ao livro *O município de Cataguazes: Esboço histórico* (1908), de Arthur Vieira de Resende e Silva; o artigo publicado na Revista do APM *Questões de Limite* (1911); *Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitánias e os Capitães-móres de Ilhas e Cidade* (1914); Resumo da História da Archidiocese de Marianna (1919); *A Arte em Ouro Preto* (1934) e a *História do Bispado de Mariana* (1935), sendo as duas últimas de publicação póstuma.

A memória local é, para Diogo, fundamental para a constituição da identidade dos indivíduos, fonte inesgotável de moral, necessária na infância, desde que fosse verdadeira e sincera¹⁵⁴. Em 1908, Arthur Vieira de Resende e Silva publicou no volume 13 da revista do Arquivo Público Mineiro o livro *O Município de Cataguazes*. Resende e Silva, natural de Cataguazes, era membro do IHGMG. Político republicano convicto atuou como vereador em sua cidade natal. Também trabalhou para o governo do estado nos primeiros anos do novo regime, tratando, principalmente, de assuntos do café. Amigo de Vasconcellos, o chama para prefaciá-lo seu livro.

O texto é bem curto, apenas quatro páginas, mas Vasconcellos trata fundamentalmente sobre o que concebia a respeito do papel da história, a local, sobretudo. Para ele, esse tipo de história não era, de acordo com suas palavras, mesquinha, no sentido de desconsiderar a importância de outras localidades. Todo o movimento de estudo e fundação de uma povoação, seu progresso, suas lutas e declínio possui uma utilidade para educar as novas gerações, muito mais frutífera do que estudar as grandes tragédias da humanidade¹⁵⁵.

Álvaro de Araújo Antunes e Marco Antonio Silveira propõem que as preocupações românticas em se resgatar as origens explicativas do passado mineiro, em grande medida, fizeram parte das temáticas preferidas de Diogo de Vasconcellos, mesmo em que seu tempo as perspectivas positivistas e científicas já tivessem presença marcantes¹⁵⁶. Isso dá indícios da possibilidade do autor se inserir em uma tradição discursiva que não necessariamente era a dominante em seu tempo. Pelo contrário, ele estava reafirmando uma forma de escrita da história reivindicada pelo IHGB durante o século XIX. O Positivismo e a ciência eram vistos por ele como elementos negativos da sociedade. As ideias de Comte, embora fossem

¹⁵⁴ Diogo de Vasconcellos. Prefácio, p. 646.

¹⁵⁵ Diogo de Vasconcellos. Prefácio, p. 646-647.

¹⁵⁶ Álvaro de Araújo Antunes e Marco Antonio Silveira. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais, p. 2.

inovadoras, se mostravam muito dogmáticas. Vasconcellos concebia a filosofia do francês com um sistema ateu, que desenvolvia ilusões e quimeras de uma nova ideologia humanitária¹⁵⁷. Essa aversão às ideias positivistas era fruto de seu ultramontanismo, que o acompanhou por muito tempo.

Assim como será discutido nos próximos capítulos, a história para Diogo de Vasconcellos possuía além de um caráter modernizador e pedagógico, ela possuía também uma carga discursiva pragmática muito forte. A história era um instrumento capaz, na recuperação das marcas do passado, de dar um sentido para o futuro, e a tradição era o caminho para o progresso. O localismo pretendido pelo Arquivo Público Mineiro e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em concomitância a uma nova historiografia que nascia no início do século XX, era o elemento fundamental para a constituição de uma identidade política e moral para o povo mineiro. A escrita da história era um veículo que poderia conduzir o povo para uma pretendida civilização. Com isso, a cultura mineira, única desde os tempos de seus primeiros povoadores, já escrevia nas páginas do passado o valor de seu agente, rechaçando os fatalismos de raças e influências climáticas

Si o homem, porquanto é o mesmo em toda parte, si o instinto da perfectibilidade e' geral, e provido pela commum natureza, mistér será reconhecer, como outros elementos reunidos, que não a raça sómente, concorreram para ao adeantamento da ramificação que se glorifica em particular dos titulos da civilização europe'a, tanto mais quanto e' certo, que essa civilização não e' mais que o desenvolvimento do hellenismo regenerado pelo broto semitico do christianismo; e bem sabemos, tambem que os Gregos, mandaram ás Metropoles heterogeneos mestres em busca da sciencia e das artes, que nellas já eram nascidas¹⁵⁸.

As intenções de Vasconcellos não eram coisas isoladas, tão pouco constituía um pensamento homogêneo. O contexto no qual estava inserido o permitia que desenvolvesse seu pensamento de forma autônoma, correspondendo a uma série de elementos pertinentes para a confecção de projetos para inserir Minas na civilização. Sua tradição, perpassada por inúmeras ambigüidades, ainda estava presa ao conservadorismo oitocentista imperial, mas corroborava com a projeção do povo mineiro no futuro.

¹⁵⁷ Diogo de Vasconcellos. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 214.

¹⁵⁸ Diogo de Vasconcellos. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 216.

3.2. Entre uma identidade nacional e uma regional. Hipóteses para o “ser” mineiro em Diogo de Vasconcellos

Da crise do Império aos primeiros momentos que marcaram a consolidação da República, a cultura histórica brasileira passou por um processo de transformações profundas que, mesmo sem caracterizar uma ruptura absoluta em relação à tradição historiográfica romântica, que dominou o cenário intelectual brasileiro no século XIX, modificaram sensivelmente o pensamento sobre a história do Brasil no final do oitocentos e início do novecentos.

Com a proclamação do novo regime, em 1889, é notável no discurso historiográfico uma mudança no regime de historicidade vigente. Anteriormente à “revolução” de 15 de novembro havia uma grande tendência a tomar o Estado Imperial como o principal agente histórico do país. Instituições como o IHGB e o Arquivo Nacional (AN) propunham a constituição de acervos de documentos que pudessem, em grande medida, construir os mecanismos básicos para a escrita geral do Brasil. Para os republicanos essa visão de história caracterizava um atraso no discurso historiográfico e da construção da nacionalidade. Com isso, propunham uma ruptura com esse modelo, embasada principalmente na organização federalista do Estado, valorizando a autonomia regional, e considerando as Unidades Federativas como células possuidoras de alteridade frente à história da Nação.

Na segunda metade do oitocentos, Francisco Adolfo de Varnhagen postava-se como um eminente historiador do Brasil. Ainda sim, e como não poderia deixar de se esperar, vinculado ao discurso do IHGB, Varnhagen se propunha escrever a história geral do Brasil, inspirando-se nas definições muito atreladas a ele acerca das três raças. Há no autor ora citado a presença discursiva das tendências românticas em sua escrita na recuperação do passado brasileiro, o que ia ao encontro das principais formas narrativas canonizadas em sua época. A utilização das fontes é marca fundamental para o pesquisador, no entanto, como crítica Capistrano de Abreu, Varnhagen não se preocupava com uma crítica sociológica das fontes, mas é muito marcado pela temporalidade e valorização do Império, assim como da tradição Ibérica vigente no Brasil desde os tempos da “descoberta”.

A transição do regime monárquico para o republicano embora se propusesse uma mudança na tradicional forma de relação com tempo e efetivasse uma ruptura com a estética romântica, coexistiam inúmeras formas de concepção de tempo e nacionalidade, muito atribuído ao debate político da busca de um paradigma de um regime que desse conta da realidade brasileira. Como já pude observar Diogo de Vasconcellos ainda se vinculava, nesse

contexto, ao “passado romântico” de escrita da história. Ao mesmo tempo intelectuais contemporâneos a ele como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Raul Pompéia e Oliveira Lima, por exemplo, estavam preocupados em construir um pensamento moderno de concepção de história e nacionalidade. O primeiro se mostra, em um primeiro momento, um crítico fervoroso ao novo regime, mas ao longo de sua prática, Vasconcellos concilia a escrita da história com o governo vigente. Já os últimos quatro intelectuais citados se mostram republicanos históricos, mas desgostosos com os caminhos que se seguiam, pois a ruptura não se efetivara como se havia desejado. A disputa entre discursos narrativos também era marca fundamental para a intelectualidade da Primeira República¹⁵⁹. Os limites entre uma “narrativa cientificamente objetiva” e a “literatura meramente subjetiva” se mostravam altamente porosos¹⁶⁰.

Na historiografia tradicional propunha-se a constituição da nacionalidade e do Estado civilizado para o Brasil. Varnhagen estava inserido na lógica de se pensar o índio, por exemplo, como um povo se história, e o grande paradigma de civilização era a Europa. Isso é o que Manuel Salgado Guimarães diz da diferenciação da Nação e do outro. Esse outro é o incivilizado. Já a moderna historiografia do início da República estava preocupada com a constituição que contrapunha o civilizado e o não-civilizado, inserindo a questão da participação do sertanejo, do índio e do negro como participantes da construção da nacionalidade. Euclides da Cunha d’*Os Sertões* se mostra como uma salvaguarda da memória das etnias e subraças que estavam ou não inseridas na civilização.

Na constituição do federalismo brasileiro surge outra questão que será definidora das características da nacionalidade brasileiro, que é a valorização do elemento regional dotado de

¹⁵⁹ Junto com a República, emerge na sociedade brasileira uma busca pela modernização. O Brasil precisava se integrar à civilização ocidental e se tornar semelhante aos países centrais. Cada vez mais uma determinada elite se consolidava em meio a uma rede de relações sociais clientelares de base protecionista, isso no que tange o poder político da época, e o ideal de democratização e universalização do republicanismo para todos os cidadãos ficava cada vez mais distante. A literatura, da qual Valentim Facioli chama de “sorriso da sociedade”, que tinha como grande expressividade à intenção de agradar a um seleto grupo de elites letradas e ociosas, que não tinham nenhuma preocupação com questões sociais apresentava-se como carro-chefe nesse momento. Tal tipo de produção possuía um compromisso com a forma e com a estética, fundada em convenções literárias e éticas que se aproximavam da banalidade, e traziam como conteúdo situações relativamente agradáveis de algumas camadas sociais como se fossem as realidades do país¹⁵⁹. Cf: Valentim Facioli. República dos Bruzundangas: Por que não me ufano de meu país.

¹⁶⁰ Celeste Maria Pacheco de Andrade considera que o texto ficcional possui elementos que o possibilita gozar de certo *status* de documentação histórica. Para isso, deve-se levar em consideração a sua estrutura narrativa, assim definindo as fronteiras entre o discurso literário e o historiográfico. Reconhece-se a literatura não como uma obra voltada para análises contextuais, uma vez que não é uma exigência de seu campo fazê-lo. Não obstante, possibilita a constituição de um espaço de crítica social, permitindo ao leitor um maior acesso ao conhecimento de um panorama da “realidade” espacial e temporal de sua localidade. Cf: Celeste Maria Pacheco de Andrade. **Literatura e História**: A ficção mediando uma fronteira porosa.

alteridade. Cada estado começa a constituir as suas próprias ideias de Nação, de história e de civilização. A vinculação da memória histórica da região e da consciência histórica de seu povo à história da Nação era, então, o melhor caminho para se definir o futuro do moderno país que nascia naquele momento. Nesta seção de minha monografia, eu vou definir a relação entre a “Nação” e o “local/regional” nesse contexto. Frente a isso, trarei possíveis respostas para uma das questões que mais me intrigou ao longo da pesquisa: Por que Diogo de Vasconcellos, inserido em um ambiente político-intelectual que se propunha definir as características marcantes do ser “brasileiro”, enfatizou tanto a questão do regional e a definição da identidade e do ser “mineiro” acima de tudo?

Na perspectiva de Jörn Rüsen, a memória histórica e a consciência histórica possuem a importante função cultural de formar e expressar identidade. Elas delimitam o domínio da vida de uma pessoa em relação ao mundo dos outros, geralmente concebido como o “outro mundo”, aquilo que é estranho. De acordo com o autor, a identidade localiza-se no limite entre origem e futuro, passagem esta que não pode ser abandonada à cadeia natural dos eventos, mas tem que ser intelectualmente compreendida e alcançada¹⁶¹. Tal processo funde a experiência do passado e as expectativas do futuro em uma imagem, segundo Rüsen, compreensiva do progresso temporal. O *etnocentrismo*, continua o autor, é uma estratégia cultural que se difunde para efetivar a identidade coletiva que distingue o seu próprio povo de outros, levando até mesmo ao choque de diferentes identidades coletivas¹⁶².

Gopal Balakrishnan ao tecer sua análise acerca das *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson, afirma que o historiador britânico chegou perto de prever o colapso do bloco socialista em termos nacionais. Anderson observou que os conflitos ocorridos na Indochina, por exemplo, conforme avançava mostrava menos referências à ideologia socialista e mais aos interesses nacionais. Anderson ainda diz que o nacionalismo não deve ser visto como uma ideologia, mas como o equivalente moderno do parentesco, e com os seus simbolismos próprios. Não obstante, o autor preocupa-se em retratar a nação como aberta, de um modo como os grupos de parentescos não são¹⁶³.

Benedict Anderson trabalhou com a ideia de que as sociedades civis alfabetizadas se moldam e se diferenciam entre si à medida que as técnicas de produção em massa, com o “capitalismo de imprensa”, padronizam as normas e aumentam a densidade das relações

¹⁶¹ Jörn Rüsen. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história, p. 173.

¹⁶² Jörn Rüsen. Como dar sentido ao passado, p. 175-178.

¹⁶³ Gopal Balakrishnan. A Imaginação nacional, p. 214-215.

sociais dentro de uma interatividade de línguas específicas. Então é através do termo “comunidades imaginadas”, que Anderson percebe que a sociedade é uma estrutura social e um artifício de imaginação, e nem mesmo, segundo ele, o capitalismo conseguiu extinguir essa equação¹⁶⁴.

Sua tese central é essencialmente correta; A tese de que a burocracia e o capitalismo desencantaram o mundo não explica porque as pessoas, com bastante frequência, têm-se disposto a morrer por suas nações. Anderson argumenta que esse simples fato sugere que a ordem social moderna é capaz de evocar poderosas imagens sagradas. A imaginação nacional, portanto, joga com trunfos altos; mas a imortalidade que ela oferece parece bem pálida se comparada à religião – um monumento à nossa morte heróica, na melhor das hipóteses¹⁶⁵.

No contexto de consolidação do regime republicano, Alberto Sales propõe que a nacionalidade é uma construção política consciente, elaborada a partir de uma evolução de elementos sociais, culturais, etnológicos, geográficos e políticos, permitindo que um conjunto de indivíduos, formando uma sociedade específica, unindo esses e outros elementos possam formar uma unidade psicológica e politicamente estruturada, estabelecendo, assim, o nacionalismo. A organização nacional, segundo Sales, é produto de um processo histórico de longa duração, acompanhado de modificações ao decorrer do tempo, e se apresenta em constante evolução, por isso, “*as nacionalidades se constituem por separação e por agregação de partes*”¹⁶⁶.

Jack P. Greene, ao tratar dos problemas relacionados à identidade nacional surgidas nos Estados Unidos durante o período revolucionário, o autor acena para a ideia de que a identidade de uma nação só é adquirida através de um longo processo histórico¹⁶⁷. No caso estadunidense, Greene observa que as distintas e arraigadas identidades dos estados fundadores da Federação influenciaram de forma substancial as formulações políticas daquele país, assim como a natureza do Estado nacional¹⁶⁸. Cada ex-colônia possuía suas próprias especificidades, ordens internas e projeções de futuro. A unificação desses estados, em um primeiro momento, parecia uma forma perturbadora de chocar as diferentes ideologias que formavam o recente Estado norte-americano. A unidade era um importante mecanismo de

¹⁶⁴ Gopal Balakrishnan. A Imaginação nacional, p. 216.

¹⁶⁵ Gopal Balakrishnan. A Imaginação nacional, p. 217.

¹⁶⁶ Alberto Sales. **A pátria paulista**, p. 30.

¹⁶⁷ Jack P. Greene. Identidades dos estados e identidade nacional à época da Revolução Americana.

¹⁶⁸ Gislânia de Freitas Silva e Mônica Dias Martins. Novo olhar sobre as nacionalidades nas Américas, p. 293.

sustentação do novo país que se formava, mas os conflitos e invejas estabelecidas internamente apontavam para um possível fracasso no projeto de coesão.

Formada nas sombras daquelas identidades mais antigas e infinitamente mais adiantadas, e coexistindo com elas, a identidade nacional americana permaneceu embrionária e superficial. As diversas manifestações literárias e culturais do patriotismo americano durante a Revolução, e depois dela, são enganosas. Na nova e complexa unidade política nacional, as identidades dos estados por muito tempo continuariam a ter importância central¹⁶⁹.

O processo histórico é constituído através de intenções e necessidades dos homens em um determinado contexto, explicáveis no ponto de vista racional. Cada tempo interfere no anterior projetando o próximo, constituindo um sistema de intenções e experiências individuais e coletivas. Segundo Hermann Lübbe, o sentido característico definidor das histórias com processos da individualização de sistema pode condensar ainda mais e ser enfatizado através da distinção entre individualidade numérica e individualidade histórica. Os indivíduos não vivem como Deus, sozinhos, mas constituem com seus congêneres séries de atividades sociais que exigem certa interação¹⁷⁰.

Lo que se quiere indicar aquí es la individualidad de un individuo en la medida en que, a través de la predicación de sus propiedades, no podamos distinguirlo de sus congéneres con suficiente seguridad práctica. En cambio, la individualidad histórica asegura esta distinguibilidad como el resultado singular de historias singulares que les han sucedido a los individuos en su relación con otros individuos de su misma especie¹⁷¹.

Lübbe propõe que só podemos conhecer um indivíduo e as suas especificidades através de uma explicação histórica desse indivíduo. A identidade dos sujeitos pode ser representada plenamente apenas através de suas histórias, pois sincronicamente contém sempre mais informações do que em condições atuais se pode compreender. Nessa perspectiva, a identidade não é o resultado de uma ação, mas de uma história; da autoconservação e desenvolvimento do sujeito sob condições que se comporta casualmente com respeito à razão da respectiva vontade. A identidade do indivíduo se manifesta para além da vontade dele ser assim.

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) é um caso interessante de ser observado, e possivelmente interpretado sob os pressupostos de Lübbe. Bonifácio, em 1812,

¹⁶⁹ Jack P. Greene. *Identidades dos estados e identidade nacional à época da Revolução Americana*, p. 122.

¹⁷⁰ Herman Lübbe. *Filosofía práctica y teoría de la Historia*, p. 109.

¹⁷¹ Herman Lübbe. *Filosofía práctica y teoría de la Historia*, p. 110.

foi nomeado secretário da Academia Real de Ciências de Lisboa. Uma de suas principais funções na instituição era, como observa Valdeí Araujo, a redação e leitura pública dos relatórios anuais das atividades da instituição, que se associavam a ideia de contar a história da Academia, o que não significava, segundo o autor, mais do que redigir sua crônica ou seus anais¹⁷².

As palavras *história* e *histórico* que se alternavam nos títulos dos trabalhos feitos por José Bonifácio indicavam, como propõe Araujo, tanto o fato de o material estar submetido às regras do gênero História, quanto a natureza do conteúdo. O autor diz que Bonifácio se preocupava em utilizar o termo História para afiançar a lisura do relato, e aproximando de termo *literário*, que exercia a função de unir as duas faces da Academia: as Ciências e as Belas-letras, sendo que as Ciências seriam imprescindíveis e as Letras um ornamento desejável. Araujo ainda observa que a expressão *literária*, nesse ponto, ainda tinha o significado de tudo aquilo que é escrito, mas começa a opor ciência meramente “literária” e outra “empírica” aplicada¹⁷³.

O papel da ciência era apenas o de descobrir e comunicar uma ordem garantida pela Providência. Os acontecimentos antigos, na concepção de Bonifácio, eram apenas informações a serem interpretadas pelo sistema e arrumadas nas prateleiras do museu natural, ou nas entradas das enciclopédias, ficando disponíveis para serem usadas na civilização-restauração do Homem e da Natureza. Araujo mostra que às ameaças desagregadoras do mundo moderno José Bonifácio oferecia a imagem de uma comunidade fechada e autônoma, comandadas por uma ciência prática desenvolvida na República das Letras, percorrendo, também, toda a sociedade. Ele não tinha como modelo o Portugal das grandes navegações, mas a do século XII, do tempo da fundação da Monarquia¹⁷⁴.

Assim como é possível de perceber ao confrontar as ideias de nacionalidade de Alberto Sales, dos constituintes estadunidenses e a de José Bonifácio fica evidente que as formas de trabalhar com tal conceito são variadas. Não apenas por terem sido propostas em tempos e locais diferentes. Anthony Smith argumenta que a história do nacionalismo consiste tanto na história de seus interlocutores quanto da ideologia do movimento em si. Por se mostrar tão multiforme e esquivo, o nacionalismo só se revela a partir das formas que nos são

¹⁷² Valdeí Lopes de Araujo. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845), p. 26.

¹⁷³ Valdeí Lopes de Araujo. **A experiência do tempo**, p. 26-27.

¹⁷⁴ Valdeí Lopes de Araujo. **A experiência do tempo**, p. 32-33.

dadas, por seus proponentes ou críticos¹⁷⁵, sendo considerada muitas vezes como um “movimento histórico”. Smith também diz que o nacionalismo tem um caráter profundamente “historicista”, concebendo o mundo como um produto da interação de várias comunidades, cada uma possuidora de um caráter e uma história singular, através de origens e acontecimentos específicos¹⁷⁶.

Assim como o Estado moderno, toda identidade coletiva, seja ela constituída pela língua, religião, mitos históricos, e imaginários políticos construções culturais¹⁷⁷. Smith diz ainda que há também um sentido ainda mais particular em que se pode chamar o nacionalismo de movimento profundamente “histórico”, e os historiadores aparecem destacados entre os criadores e devotos, assim como encarregados de avaliá-lo e compreendê-lo. Os historiadores, em suas respectivas localidades, construíram as bases morais e intelectuais de um nacionalismo emergente, com o romantismo, sobretudo¹⁷⁸. Voltando aos primórdios do republicanismo brasileiro, Lúcia Lippi de Oliveira propõe que existia um movimento de ordem consciente em que os intelectuais do Brasil se ocuparam na missão de propagar suas ideias em uma espécie de “consciências coletivas”, fomentando um nacionalismo e definindo os melhores paradigmas para políticas governamentais para o novo Estado¹⁷⁹.

O nacionalismo é uma representação ideológica preocupada em definir os traços específicos de um povo e suas diferenças frente aos demais – a identidade e alteridade. Esta é uma característica presente em todos os nacionalismos. Ou seja, embora o conteúdo do nacionalismo possa se diferenciar de grupo a grupo, de nação a nação, de época a época, esta ideologia procura sempre responder a essas questões¹⁸⁰.

Smith ainda propõe que o nacionalismo pode ser equiparado ao “sentimento nacional”, de pertencimento a uma nação e de identificação com ela. A nação, nesse sentido, é vista como atendendo as necessidades individuais e coletivas, força e estabilidade, assumindo uma importância muito maior quando os laços de família e vizinhança se afrouxam.

¹⁷⁵ Anthony D. Smith. O nacionalismo e os historiadores, p. 185.

¹⁷⁶ Anthony D. Smith. O nacionalismo e os historiadores, p. 185.

¹⁷⁷ Cf: François-Xavier Guerra. **Modernidad y independências**.

¹⁷⁸ Anthony D. Smith. O nacionalismo e os historiadores, p. 185.

¹⁷⁹ Lúcia Lippi de Oliveira. **A questão nacional na Primeira República**, p. 187.

¹⁸⁰ Lúcia Lippi de Oliveira. **A questão nacional na Primeira República**, p. 188.

Mas o custo é elevado. Para o historiador crítico, não há razão para que seres humanos não prefiram viver, trabalhar e ser governados em conjunto, talvez com base em algum laço cultural ou em experiências históricas comuns. Eles podem ser mais bem governados por representantes de sua própria comunidade do que por outras pessoas¹⁸¹.

Outro elemento que temos que levar em consideração ao refletir sobre o pensamento político e a escrita da história, em Diogo de Vasconcellos, é o do *regionalismo*. Como pude observar em outros momentos, Vasconcellos prezava muito pela ratificação de uma identidade mineira, portanto regional. Ao propor escrever as *Histórias de Minas Gerais*, uma de suas principais preocupações era retirar do esquecimento os principais elementos constitutivos da memória de Minas Gerais, para que então pudesse ser construída a história do estado em um momento em que o federalismo forçava cada vez mais que as unidades que formavam o Brasil criassem seus perfis desvinculados de um poder centralizador massacrante.

De acordo com Francisco Iglesias, a história regional não passa de crônicas possuidoras de perspectivas limitadas. Na maior parte das vezes ela se constitui em descrições de fatos da história de uma cidade ou Estado, portando-se muitas vezes como uma narrativa que exprime certo amor local, uma história bairrista de consolidação, ou melhor, de exaltação de uma determinada localidade. Com o federalismo, havia uma forte tendência de negação ao centralismo imperial. As atenções passavam, então, para as peculiaridades locais, valorizando a autonomia de cada estado frente à União. Sendo assim, a obra de Diogo de Vasconcellos está inserida na linha geral de sua época. Assim como é observável para vários estados brasileiros, as *Histórias de Minas Gerais* de Vasconcellos trazia, em sua fórmula, uma marca da tradição do século XVIII, assim como analisado no trabalho de Marco Lobato Martins, de se escrever **memórias** sobre o passado¹⁸².

Era comum nesse contexto, segundo Iglesias, a propagação de ideias de “pequenas pátrias”, todas orientadas pelos pressupostos comtistas. A premissa principal era a valorização das particularidades das unidades da federação. Iglesias cita obras como *Pátrias Brasileiras*, de Raimundo Teixeira Mendes, *Pátria Paulista*, de Alberto Sales e *Pátria Mineira*, de João Pinheiro da Silva¹⁸³. Embora essa constatação de Francisco Iglesias pudesse ser bem pensada para o momento em que Vasconcellos escrevia a sua obra não era orientada pelas ideias positivistas, pelo contrário. O autor da *História Antiga das Minas Gerais* era católico

¹⁸¹ Anthony D. Smith. O nacionalismo e os historiadores, p. 186.

¹⁸² Francisco Iglesias. Reedição de Diogo de Vasconcelos, p. 13-14.

¹⁸³ Francisco Iglesias. Reedição de Diogo de Vasconcelos, p. 14.

conservador, monarquista por excelência e publicamente anti-positivista; e por mais que desse sinais de que o era radicalmente, assinalar que de modo geral a sua História Regional está ligada a tal ideologia é um equívoco¹⁸⁴.

Bruno Franco Medeiros e Valdei Lopes de Araujo afirmam que, na segunda metade do século XVIII, o que é hoje conhecido como história regional poderia ser facilmente encaixada em um conceito amplo de histórias particulares, que eram opostas a um conceito complementar, ou seja, a histórias gerais. A história particular, de acordo com os autores, possuía as totais condições de serem definidas por sua temática específica, ou por um recorte espacial circunscrito. Para as histórias particulares, assim como também apontado anteriormente por Marco Lobato, a corografia foi a mais cultivada¹⁸⁵.

Como sinaliza os autores, a República evidenciava preocupações com um novo regime de historicidade para Minas Gerais. A crise que se instaurara no Império deixou mais clara a aceleração do tempo em nosso país, o que produziu, segundo Medeiros e Araujo, uma sensação de atraso e letargia que o novo tempo republicano procurava extinguir. Era necessária naquele momento a reorganização histórica das antigas províncias e recentes estados, possuidores de uma recente “singularidade”, que disputava posições no cenário político nacional¹⁸⁶.

Na perspectiva de Antonio Jorge Siqueira, o discurso identitários, além de estar ligado ao discurso nacional, estava intimamente vinculado ao processo de regionalização, reforçando os laços no interior do espaço regional. Segundo o autor, o recurso da elite regional ao discurso identitário justifica-se, de acordo com o caso explicitado pelo autor, ante a uma espécie de ameaça que a região sofre do nacional em um processo avassalador e triunfante de nivelamento hegemônico, de poder, de saber, de discurso e competências¹⁸⁷. É aqui que podemos observar a questão do “nós” versus os “outros”, que se manifestam quase sempre de forma ameaçadora. No entanto, Minas Gerais além de ter que enfrentar o “outro externo”, tinha que lidar com os “outros internos”.

Fato bastante ressaltado pela historiografia é o da fragmentação regional em Minas Gerais. O estado estava subdividido, na passagem da Monarquia para a República, em

¹⁸⁴ Cf: Rodrigo Machado. O Heródoto Mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana, p. 60-61.

¹⁸⁵ Bruno Franco Medeiros e Valdei Lopes de Araujo. A história de Minas como história do Brasil, p. 24.

¹⁸⁶ Bruno Franco Medeiros e Valdei Lopes de Araujo. A história de Minas como história do Brasil, p. 29.

¹⁸⁷ Antonio Jorge Siqueira. Nação e Região: Os discursos fundadores, p. 5.

inúmeras áreas de influência política e econômica¹⁸⁸. Cláudia Viscardi pressupõe que, pela condição fragmentária de identidades sub-regionais dentro do estado, que dificultava uma construção de interesse hegemônico para Minas impedia que o estado tivesse uma força política no cenário nacional. Para ela, só com a fundação de Belo Horizonte, e a aglutinação do poder político em uma região relativamente neutra é que traria possibilidades para que os mineiros pudessem desenvolver um discurso político unitário¹⁸⁹.

Muito provavelmente essa característica fragmentária que dividia Minas Gerais em inúmeras áreas foi motivação para que Vasconcellos se empenhasse em escrever a história do estado. Compilar em uma obra de história o passado do povo mineiro parecia ser uma importante e considerável estratégia de se forjar uma identidade através de uma mesma matriz, os áureos tempos da mineração. Já que politicamente os laços internos de Minas encontravam-se completamente frágeis nesses primeiros anos do século XX, unir a população culturalmente seria uma saída para a fortificação da imagem de Minas Gerais.

Diogo de Vasconcellos, ancorado aos cânones e necessidades de sua época, contribuía para a tentativa de se construir uma explicação para os caminhos históricos da nação e nacionalidade brasileira. No entanto, com o afã de fortificar os laços regionais, Vasconcellos escrevia a história de Minas como uma espécie de embrião para a constituição da própria história do Brasil. A leitura que se faz sobre a produção historiográfica vasconcelliana segue no sentido de atribuir a sua leitura do passado mineiro e buscar as características do “ser” brasileiro. Ao voltarmos os olhos para a sua obra e a identificando como uma produção que se intencionava a caracterizar o passado mineiro como o primeiro foco de “civilização” no Brasil essa leitura nos parece ser pertinente. No entanto, em minha análise, a força característica desse brasileiro é minimizada frente ao valor e importância do “ser” mineiro, atribuindo a regionalização de sua história um caráter superior a uma possível história geral do Brasil. Como trabalharei no próximo capítulo, o autor motivara-se a escrever uma espécie de “história total” de Minas Gerais, desde de sua descoberta até os dias atuais (do autor). Embora haja sim elementos se articulam com uma história da nação, o que se observa nas *História Antiga e Média de Minas Gerais* é evidente a construção da história mineira independente da

¹⁸⁸ De acordo com Cláudia Viscardi, embora não fosse uma exclusividade de Minas Gerais, o comportamento político de base regionalista é uma das características fortes da organização e disputas políticas do estado. Minas possuía especificidades que, segundo a autora, acirrava as disputas regionais. Cf: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Elites políticas mineira na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, p. 2.

¹⁸⁹ Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Elites políticas mineira na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, p. 2.

história do resto do país, ou pelo menos, ela servia de base para a compreensão do passado brasileiro.

As Histórias de Minas Gerais, segundo Helena Magela Alberto, tratam da especificidade da história mineira, desde o seu descobrimento até o ano de 1785. No entanto, de acordo com a autora, as obras também tratam de assuntos, mesmo que de maneira pouco pontual, que possuem uma perspectiva nacional, como a visão dos elementos formadores da nação; a relação entre metrópole e colônia, o povoamento do território brasileiro, ou ao menos parte dele, e a descoberta do interior do Brasil, entre outros temas¹⁹⁰.

A autora observa que há diversos elementos na obra de Vasconcellos que acompanhavam o modelo de escrita da história arraigada no século XIX, e eram possuidores de uma carga de significados preponderantes para a formação do discurso civilizatório. O índio civilizado/catequizado, os jesuítas caracterizados como os verdadeiros apóstolos da civilização, o homem branco, tanto o português quanto bandeirante paulista, que instauravam a moral e a fé nas Minas setecentistas, a escravidão e “*as gueixas estrangeiras como fonte de novas ideias e de progresso, que contribuía para tirar os indígenas e seu estado de selvageria*”¹⁹¹.

Existia em Diogo de Vasconcellos uma defesa da ação colonizadora no Brasil. De acordo com o autor, Portugal se apresentava como uma nação colonizadora por excelência, marcando um sentimento de continuidade e não ruptura entre Brasil e Portugal. O modelo de nação brasileira, segundo Helena Alberto, era espelhado na nação portuguesa, desconsiderando a história ao povoamento português¹⁹².

Essa era a tônica do discurso historiográfico de Diogo de Vasconcellos. Era preciso deixar claro nas páginas descritivas do passado qual era o papel de Minas e do mineiro na construção da nacionalidade. A tensão entre Nação e Região é um dado que permeia a obra do historiador mineiro. Antes de se definir quem era o brasileiro, precisava-se definir o mineiro. Há momentos, como será analisado em momento posterior dessa monografia, em que há a impressão de que o mineiro era todo aquele que se constituía como um habitante das Minas, sobretudo no século XVIII. O poder da terra, do espaço predominava para se caracterizar esse indivíduo. Assim como nas corografias do dezenove, a obra de Vasconcellos prezava muito mais por representar o território mineiro do que o tempo como formador da historicidade da

¹⁹⁰ Helena Magela Alberto. **Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais**: uma construção do conceito de nação na Primeira República, p. 54.

¹⁹¹ Helena Magela Alberto. **Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais**, p.54.

¹⁹² Helena Magela Alberto. **Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais**, p.57.

província/estado. Isso fica claro quando o autor dedica os seis primeiros capítulos *da História Antiga das Minas Gerais* apenas para dar os primeiros delineamentos daquilo que se constituiria a capitania de Minas Gerais no setecentos.

Para Vasconcellos, era através da memória dos antepassados que se edificava a identidade de um povo. O passado dominava o presente, os mortos governavam os vivos. Era do exercício de se olhar para o passado e ver nele as condições para se recuperar aquilo que é de nossa própria existência era o que se tiravam do silêncio as vozes de tempos remotos. Com isso surgia a importância do arquivo empoeirado, dos monumentos carcomidos e das atas do passado, pois eram esses elementos que possibilitavam a permanência da tradição, ou permitia que a sua recuperação fosse pertinente à escrita da história.

A história regional, para o autor, possuía a função de instruir a mocidade e preparar a população para o futuro. Se localizar em uma esfera maior, o Brasil, talvez fosse de grande importância para a confecção da moral do indivíduo. Mas antes de se reconhecer como brasileiro, deveria os nascidos em Minas se identificarem como mineiros, berço civilização brasileira, abastada por um passado glorioso que deveria ser resgatado em um momento de crise instaurada pela República. Independente do regime hegemônico ou da matriz de pensamento vencedora da disputa entre os cânones historiográficos do início do século XX, as *Histórias de Minas Gerais* era uma obra de um mineiro para os mineiros. Surgira como um primeiro esboço de uma história que abarcasse todo o passado do estado, mesmo que na prática isso não se verifique.

4. AS HISTÓRIAS DE MINAS GERAIS

“O homem, que à sua vontade sujeita is monstros da floresta; que zomba do oceano, e o reduz a dócil instrumento de seu poder; que desarma a tempestade, não pôde ainda moderar a rebeldia de suas paixões. O homem, que surpreende e denuncia o segredo dos astros na abobada infinda do firmamento, que percebe a mudança dos ventos no espaço e as torrentes vulcânicas na profundidade da terra, não soube ainda sondar os mistérios de sua alma, não pôde ainda calcular em seu peito a força das próprias inclinações.”.

(DIOGO DE VASCONCELLOS)

A historiografia mineira ainda é um campo que necessita de muita atenção. Ainda há poucos estudos sobre os intelectuais e historiadores mineiros do início do século XX. Homens que dedicavam suas penas para dar sentido ao passado da região e transformar o presente que atuavam. No início do regime republicano, identifico em Minas a tentativa de consolidação de cânones para a escrita do passado. Diogo de Vasconcellos empenha-se em compilar em uma grande obra as memórias históricas que ele julgava ser as mais importantes para a construção do passado mineiro.

O autor faz uma advertência no início da *História Antiga das Minas Gerais*, na qual ele afirmava que concebia o projeto de reunir as memórias, que ele possuía, dos fatos sucedidos nessa época remota, que eram até então pouco estudadas, e muito mal dirigidas pelos escritores aceitos em sua época, sendo esses considerados depositários da tradição. Pouco se sabe de como Diogo realizava suas pesquisas. Como ele bem afirma nessa advertência, são memórias que ele possuía, mas não dá para saber se são com documentos particulares ou com o conhecimento que ele possuía dos Arquivos de Minas Gerais, dos quais, dizem, ele conhecia muito bem.

Francisco Iglesias na introdução que ele faz à 4ª edição da obra, publicada em 1974, o autor afirma que a obra de Vasconcellos apresenta certo traço de descontinuidade interna, mesmo que no conjunto ela seja bem coerente e possua uma lógica interna. Vasconcellos justificava-se dizendo que essa característica fragmentada que sua obra apresentada era em função das várias pausas realizadas por ele, quando precisa cuidar nas necessidades da vida, podendo ele, apenas, dedicar-se à redação da *História Antiga* nas horas vagas e férias.

14 anos depois da publicação da *História Antiga*, Diogo publica a *História Média de Minas Gerais*. A obra foi elaborada devido, segundo o autor, ao grande acolhimento que a primeira obteve, animando-o de continuar a História de Minas Gerais até os fins do período colonial. Isso é interessante. Geralmente ao referirem à Vasconcellos e as Histórias de Minas Gerais, os seus comentaristas dizem que o autor tinha a intenção de fazer uma espécie de história geral de Minas Gerais, que compreenderia desde seus primeiros descobrimentos até os dias atuais do autor. Essa afirmação poderia ser verdadeira, mas não encontrei nenhuma indicação que desse total certeza de que essa era a intencionalidade do autor. Fica clara apenas a sua vontade de escrever toda a história colonial mineira, o que excluiria muita coisa.

No segundo volume da *História Antiga de Minas Gerais*, da edição de 1974, há a publicação de uma carta escrita por Diogo de Vasconcellos endereçada à Avelino Fernandes, na qual o autor diz que a sua proposta inicial era escrever apenas um texto a respeito dos Emboabas, a fim de ser publicado em uma revista portuguesa, pois, segundo ele, esse era um tema pouco estudado em Portugal, e só conhecido no Brasil. Quando se propôs a escrever a História Antiga das Minas Gerais o fez, gastando boa parte de seu tempo, sem almejar a obtenção de nenhum título, só o fazia para melhor servir os interesses dos estudantes¹⁹³, incluindo seu filho Roberto, que postumamente organizaria o livro póstumo *História do Bispado de Marianna* (1935).

Seguindo a carta, Vasconcellos relata que ao refletir sobre a possibilidade de escrever sobre o episódio dos Emboabas não convinha destacá-lo do conjunto da história, pois, de certo modo, ele ficaria imperfeito sem as dependências que a história exige para o sentido e a justificação dos fatos. Dessa forma, decidiu publicar todo o seu escrito. No entanto, os livreiros do Rio de Janeiro consideraram a sua obra como sendo “particularíssimo o interesse”, que tendia toda a história de Minas, mas só o editariam se conseguisse do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado a sua adoção para o ensino.

Uma vez requerido, o bem fundamentado Conselho Superior declarou que seu livro não tinha condições didáticas condizentes ao ensino primário. No entanto, aprovou o parecer feito pelo relator, dr. Nelson de Sena, que recomendava ao governo do estado, como leitura útil, o merecimento de ser publicado. Parecer, este, que foi subscrito por Delfim Moreira, Ministro do Interior na época. O deputado Francisco Valadares apresentou à Câmara dos Deputados de Minas Gerais um projeto autorizando o governo a mandar imprimir o seu livro,

¹⁹³ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**, p. 265.

sem nenhuma despesa a ele, mas deveria ceder mil exemplares ao estado¹⁹⁴. Concordou, pois para ele era uma vantagem, poderia difundir o seu texto entre o povo de Minas, seu desejo.

O projeto foi facilmente aprovado no Congresso¹⁹⁵, com apenas um voto contrário. A sanção foi enviada ao presidente do estado, Francisco Antônio Sales, que imediatamente o converteu em lei. Segundo o que Diogo relata na carta, que o Ministro das Finanças do estado, Antônio Carlos, de muita boa vontade liberou a verba para a impressão do livro. Com a benevolência de Álvaro da Silveira e Augusto Serpa, diretor e gerente da Imprensa Oficial, respectivamente, e amigos e companheiros tipógrafos e operários conhecidos de Ouro Preto, o livro ficou pronto em poucos dias¹⁹⁶.

Desde pessoas de altos cargos como presidente do estado, dos congressistas, dos ministros e diretores, até o mais humilde colaborador da oficina ele encontrou a “*mais generosa e franca hospitalidade*”. É por isso que ele dirige essa carta à Avelino Fernandes, como confissão de seu reconhecimento e gratidão, que perdurará até quando o livro durar. Diogo diz na carta que ao escrever História não teve a intenção de apenas alunos, mas também de educá-los civicamente, pois estava convencido que a história possui uma influência moral e que exerce no próprio sentimentalismo dos moços, oferecendo, desse modo, um “*inventário exato e verdadeiro do passado*”¹⁹⁷.

A mocidade, para ele, precisa saber que “a nossos pais” custou a formação de uma pátria, e que compreendam que serão eles também operários transitórios desta obra, que cumpre e nunca retroceda. Devem empregar todo o esforço para melhorá-la, pois, muitas sucumbem ao descuido dos moços. A história é, na visão de Vasconcellos, um quadro que permite com que a mocidade evite erros, condene os vícios, fortifique virtudes, e converta a força de suas próprias paixões em “generoso instrumento do progresso”. O esforço feito em favor do cultivo das letras, pelo estado talvez, é significativo a Vasconcellos, e animador¹⁹⁸.

A cronologia que Diogo de Vasconcellos aplica às *Histórias de Minas Gerais* começa com os descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de São Paulo, estendendo o relato até 1785, não passando daí, pois já apontam os primeiros episódios

¹⁹⁴ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**, p. 266.

¹⁹⁵ O Congresso Mineiro até 1930 era bi-camerário, ou seja, possuía a Câmara dos Deputados e o Senado.

¹⁹⁶ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**, p. 266.

¹⁹⁷ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**, p. 266.

¹⁹⁸ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**, p. 266-267.

relacionados à Inconfidência, e esta deveria ganhar um maior tratamento, um livro só pra ela, talvez.

O período colonial, sepultado no maior e mais crasso esquecimento, sendo referido apenas em pontos salteados e odiosos, segundo as paixões, esperava, para ser definitivamente julgado, o processo regular e metódico da crítica.

Sendo, pois, esta a primeira tentativa neste sentido, tenho confiança na benevolência dos leitores para me relevarem as imperfeições, que não pude evitar e que a mais abalizados escritores compete emendar a bem de nossa história¹⁹⁹.

O que pretendo expor neste capítulo é algumas considerações acerca da obra *História Antiga das Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcellos. Escolhi os temas acerca das origens históricas de Minas Gerais, da Guerra dos Emboabas, e das críticas feitas por Teófilo Feu de Carvalho à obra de Vasconcellos. Devido a questões espaciais limitei-me a esses temas, sem que houvesse um grande motivo prévio que me levasse a priorizá-los. Outros tipos de análise acerca da obra de Diogo de Vasconcellos serão trabalhados em outras oportunidades.

4.1. As origens históricas das Minas Gerais.

Diogo de Vasconcellos inicia sua obra destacando às origens históricas de Minas Gerais, ideia que marca a composição do primeiro volume da *História Antiga das Minas Gerais*. Ao que me parece, a intenção de Vasconcellos em suas primeiras páginas é retratar as primeiras expedições no Brasil e também ao que veria a ser o território de Minas Gerais para marcar o lugar da região no espaço onde se constituiria a Nação. Como me parece latente em sua obra, e que de certa forma remonta até mesmo a tradicional forma de se relatar o passado de Minas até aquele momento é de dar um lugar de destaque ao *espaço* muito mais significativo que o *tempo* para a narrativa da história da capitania. A história de Minas nasce junto com ela mesma, e tratar essas primeiras expedições marca, então, a sua origem.

Além da associação da origem da história de Minas Gerais às delimitações de sua ocupação, o autor vincula, também, a importância de personagens históricos que contribuíram para que isso pudesse ser realizado. Dessa forma, o historiador destaca as expedições de Tomé de Souza, Francisco Braza Spinosa²⁰⁰, Dom Vasco Rodrigues Calda, Martim de Carvalho, Sebastião Fernandes Tourinho e de Antonio Dias Adorno.

¹⁹⁹ Diogo de Vasconcelos. **História Média de Minas Gerais**, p. 9.

²⁰⁰ Há várias outras indicações que apontam o nome do sertanista como Francisco Bruza Espinosa ou mesmo Bruza Spinosa.

No que tange o descobrimento da América, de acordo com Diogo de Vasconcellos, o episódio possuía, evidentemente, uma menor importância em relação à chegada dos portugueses ao Oriente. As Índias, sonho de conquista da Europa desde os tempos de Alexandre, dispunha de nações e impérios opulentos, grandes cidades, povos industriais, civilizações antiquíssimas, entre outros elementos, estava sempre a espera de novos donos. Dessa forma, pautando-se em uma refinada e eloquente narrativa, Diogo apontava para o fato de que não podiam, os lusitanos, acharem nas “*águas merencórias do Monte Pascoal a seria, que os encantasse, a eles, que encetavam o mais sublime episódio de sua potentosa epopéia*”²⁰¹.

Portugal, segundo o autor, não possuía cabedal para nutrir o próprio heroísmo, sucumbindo, portanto, em tanta penúria financeira, que Dom João II tendo gasto tudo na aventura às Índias, e sustentar as armadas, foi considerado o soberano mais pobre da Europa. O Brasil, dessa maneira, era visto naquele momento como uma eminente alternativa para figurar o equilíbrio da Metrópole. Vasconcellos não deixa a cargo da *História Antiga* explicar o custeio das primeiras explorações das novas terras além-mar. Mas em seu trabalho apresentado no Primeiro Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1914, o autor propunha que a Coroa portuguesa não possuía recursos suficientes para bancar expedições para o novo território, mas a Ordem de Cristo tinha. O Infante Dom Henrique, como seu grão-mestre, via que era um momento importante para as aventuras marítimas serem conduzidas pela Ordem a fim de se poder propagar a fé, que era o objetivo principal da instituição²⁰², ao menos esse valeria como justificativa para as incursões.

A narrativa de Vasconcellos é construída para explicitar as maneiras que o sistema administrativo se estabelecia na Colônia. Tomé de Sousa, o primeiro governador Geral tinha como tarefa de construir a capital da Colônia, assim como a máquina administrativa. Além disso, motivados pela promessa de grandes riquezas minerais, precisava o governador se entender com os negócios dos descobrimentos, recomendado imediatamente pelo Rei, e querendo mesmo levar a glória pelo empreendimento²⁰³.

Tomé de Sousa, conta Diogo de Vasconcellos, teve na figura de Francisco Braza Spinosa, famoso por suas incursões à procura de metais preciosos, a possibilidade de

²⁰¹ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 47.

²⁰² Diogo de Vasconcellos. Linhas gerais da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitânicas e os Capitães-móres de Ilhas e Cidades, p. 285.

²⁰³ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 52.

encontrar em toda costa “brasileira” jazidas de esmeraldas, indicadas pelos índios civilizados. O governador viaja, então, à Porto Seguro na companhia de oficiais e funcionários civis, e do padre Manuel da Nóbrega, para inspecionar as missões que já haviam sido distribuídas, e do padre João Aspicueta Navarro, confiado à Porto Seguro.

As dificuldades, entanto, apostas à organização da empresa iludiram a esperança de Tomé de Sousa, deixando ele de ver, quando desejava, a partida de sua expedição: mas as coisas ficaram em tal pé, que ela efetivamente se pôs em marcha nos primeiros dias do governo de Duarte da Costa (13 de junho de 1553)²⁰⁴.

A importância de Spinosa e Navarro na obra de Vasconcellos se dá pelo caráter pioneiro da atividade desses dois personagens em solo mineiro. O primeiro, sem conseguir angariar grandes frutos foi chefe da primeira expedição que devassou o território de Minas. Sua exploração serviu mais para conhecer o sertão, tomando latitudes, examinando os terrenos e também colhendo informações de indícios geológicos de ouro e de outros metais, e de certificados positivos, também, da região diamantina. Eram esses os primeiros traços do que viria ser a capitania²⁰⁵; e marcar a territorialidade desde os primórdios parecem ser os pressupostos primeiros, na obra de Vasconcellos, para se construir as bases da identidade local. Os frutos do segundo, por sua vez, foram mais copiosos. Padre Navarro arrebatou grande número de índios para os aldeamentos da Companhia de Jesus em Porto Seguro. Para Vasconcellos, assim como Spinosa foi o primeiro conquistador de Minas, Navarro foi o primeiro apóstolo²⁰⁶, que nela proclamou “nossa” religião.

Segundo Vasconcellos, Dom Vasco Rodrigues Calda animou-se com as notícias colhidas por Spinosa, que eram sempre confirmadas pelos índios que chegavam. Empenhava-se, portanto, de montar mais uma expedição para dar continuidade àquela de Spinosa. O desbravador, conta Vasconcellos, atrás das riquezas do Sincorá²⁰⁷, subindo pelo rio Paraguaçu, buscando encontrar o mesmo “cantão” reconhecido por Spinosa, No entanto, 70

²⁰⁴ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 53-54.

²⁰⁵ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 54.

²⁰⁶ A ideia de que os representantes da Companhia de Jesus são os primeiros apóstolos da religião católica e por consequência da civilização retorna no texto de 1914. Para Vasconcellos, através da catequese os jesuítas introduzem a fé cristã na Colônia. Eram benfeitores mal e injustamente julgados. Cf: Diogo de Vasconcelos. *Linhas geraes da administração colonial*, p. 290.

²⁰⁷ A **Serra do Sincorá** fica situada na região central do estado da Bahia, região de vales profundos, de encostas íngremes e amplas chapadas. Em 1818, Spix e Martius examinaram as rochas dessa localidade comparando com as do Tijucu (Diamantina), em Minas Gerais. Cf: Augusto J. Pedreira. *Serra do Sincorá, Chapada Diamantina, BA: Beleza paisagística e paleoplácemes de diamante*, p. 188.

léguas acima, D. Vasco encontrou com os *tupinên*, ferozes e domadores do rio, tendo que retroceder. Mas Vasconcellos apontava D. Vasco Rodrigues ainda acreditava no êxito, partindo para Lisboa com intento de organizar outra expedição, mas nunca retornou de lá²⁰⁸.

Vasconcellos procura de certa forma aproximar os índios dos primeiros colonizadores. Os primeiros envoltos a um “espírito de aventura” tenham como aliados os índios civilizados. Segundo o trabalho de Helena Magela Alberto, os índios na análise de Diogo de Vasconcellos são fiéis colaboradores da civilização que estava por nascer. Diogo afirma que sem eles nada seria de nossa história, e foi com a ajuda deles que Portugal conseguiu manter a integridade do território brasileiro. No entanto, esses índios não são aqueles que viviam em seu estado natural, mas aqueles *educados e preparados* pelos jesuítas²⁰⁹.

Com essa importante ajuda indígena, Martim de Carvalho também ganha destaque na obra de Vasconcellos. O autor expõe que esse sertanista não deixou que frustrações anteriores o impedisse de buscar metais e pedras preciosas no interior da Colônia, principalmente após um incidente, obra do acaso, ocorrido em 1570. Ao descer o Arassuí alguns índios levaram para Porto Seguro algumas pedras que supunham ser esmeraldas, por saberem que os europeus estimavam muito aquelas pedras brilhantes. Tais pedras foram examinadas e constatadas que eram realmente esmeraldas, mas que não possuíam nenhum valor, por terem sido danificadas pela exposição ao sol. Martim de Carvalho adentrou o sertão à procura dessas pedras, mas fora obrigado a retroceder por causa da ameaça de bárbaros naquela região²¹⁰.

Diferentemente das outras expedições anteriores, Diogo de Vasconcellos indica a sua fonte para contar o episódio da “aventura” de Martim de Carvalho. Sua referência era Pero de Magalhães Gândavo, cronista português do século XVI. Muito provavelmente retira suas informações da famosa obra datada de 1576, *História da Província de Santa Cruz*, considerada a primeira obra publicada por um português dedicada totalmente ao Brasil. No entanto, Diogo como comumente fazia, não indicava de onde havia retirado as informações a respeito daquilo que contava em suas histórias.

Cada expedição relatada por Diogo de Vasconcellos segue tanto uma linearidade temporal quanto geográfica. As inserções sempre partem da Bahia para as terras que viriam a ser o norte de Minas. As notícias sobre possíveis jazidas sempre, também, despertavam o interesse de europeus que já haviam se estabelecido nessas terras. Aos poucos Minas estava

²⁰⁸ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 55.

²⁰⁹ Helena Magela Alberto. Diogo de Vasconcelos, a história de Minas Gerais e a Nação, p. 107.

²¹⁰ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 56.

sendo descoberta. Sebastião Fernandes Tourinho foi o primeiro, então, descobridor efetivo do território mineiro. De todas as tentativas anteriores, a expedição de Tourinho foi aquela que obteve o maior êxito, finalmente em terras mineiras. Isso se torna bem clara na descrição do autor:

Pelo Rio Doce assomou para a barra do Coaracei (Rio Sol), no qual sulcou 40 léguas; e neste ponto, que as cachoeiras interceptavam, saltou em terra, andou 30 léguas, e colheu belíssimos exemplares de pedras azuis. Mais adiante, 6 léguas, colheu safiras, esmeraldas, e cristais de primeira qualidade, além de boas amostras de minério aurífero, jazidas todas que ficavam junto a uma serra fragosa e coberta por matas espessas (...) ²¹¹.

O sucesso provocado pela expedição de Tourinho despertou o interesse mais sólido do Rei em explorar os sertões da Colônia. Luís de Brito, Capitão Governador da Bahia, organizou uma nova expedição a fim de expandir os achados de Tourinho e incumbiu Antônio Dias Adorno que conduzisse a expedição. Essa é a última expedição apontada pelo autor que serviria para avivar a existência de pedras preciosas em solo mineiro. Todas as seis indicadas por ele são uma espécie de embriões daquilo que viria a ser a exploração tal qual se conhecerá futuramente.

A primeira parte da *História Antiga das Minas Gerais* continua com o mesmo escopo nos próximos cinco capítulos da obra. Cada um conta pequenos relatos de expedições em direção ao interior da colônia, mas que se relacionavam, sobretudo, com a descoberta ou *Origens Históricas* de Minas. Se em um primeiro momento o autor se preocupa em ilustrar os primeiros vestígios, mesmo tímidos, porém significativos, das expedições ao interior “brasileiro”, em um segundo ele se atenta para o período historicamente conhecido como *União Ibérica* e o impacto disso na história mineira.

A participação dos jesuítas como observei anteriormente tem um caráter positivo, na obra de Vasconcellos, nos primeiros movimentos de exploração mineral, ao menos em seus descobrimentos, na Colônia. André Coura Rodrigues em sua dissertação de mestrado ²¹² constata algo que fica bem claro na obra do historiador mineiro. Empenhavam-se na empresa da exploração, mas não tinham a intenção de enriquecerem com as pedras preciosas. A justificativa que Diogo de Vasconcellos exhibe em sua obra é a de que as intenções dos servos

²¹¹ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 57.

²¹² André Coura Rodrigues. **Manuais didáticos e conhecimento histórico na Reforma João Pinheiro**. Minas Gerais, 1906-1911.

da Companhia de Jesus tinham como finalidade de realizar benfeitorias e de pagar uma enorme dívida de 150 mil cruzados e juros, que possuíam na *Província do Brasil*²¹³.

Segundo Rodrigues, a igreja católica foi tratada com significativa atenção em todo o livro. A maioria dos membros do clero era representante da Companhia de Jesus, que atuavam nas terras do Novo Mundo estimulados por sentimentos de caridade e benevolência²¹⁴. Para exemplificar isso na *História Antiga*, Rodrigues cita um trecho em que o elemento indígena, catequizado e civilizado, aliava-se às investidas da igreja pelos sertões atrás de pedras preciosas e que os membros da igreja tinham vantagem frente a outros aventureiros por manter uma relação amigável com as tribos selvagens, devido as suas benfeitorias:

Dispunham eles, dizia o Conselho, de pessoal idôneo em seus aldeamentos, índios habituados ao sertão; e, de mais, justaposto ao ódio, que os selvagens mostravam aos seculares, prevalecia o respeito que votavam aos padres, havidos como seus amigos e protetores. Eram condições para que pudesse manter no interior do país um estabelecimento durável e proveitoso, sobretudo, a serviço então principal do mesmo Rei^{215/216}.

No entanto, Rodrigues omite o trecho situado no parágrafo seguinte da obra de Vasconcellos, que contraria o trecho citado anteriormente:

Os fatos, porém, vieram demonstrar o contrário. Preparado, com efeito, a comitiva e posta em movimento, havia-se internado 50 léguas a dentro do sertão; eis que apareceram sinais e indícios de por ali andar uma horda, que, se reconheceu, era dos *aimorés*, o terror dos *tupiniqui*, companheiros dos padres. Amedrontados ele, começaram então a desertar; e os mais reclamaram a volta, ao que os padres anuíram com a mesma pressa, não querendo entrar em contas com aqueles ferozes antropófagos²¹⁷.

A história dos índios, para o autor, era um verdadeiro mistério. Argumentava que a história em alguns momentos alvorecia à custa de incertezas e fábulas, em todas as instâncias de sua formulação, até mesmo as aventuras dos conquistadores das novas terras por vezes passariam por mitos. Quando se tratava do índio há ainda mistérios que a própria imaginação

²¹³ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 68.

²¹⁴ André Coura Rodrigues. **Manuais didáticos e conhecimento histórico na Reforma João Pinheiro**, p. 124-125.

²¹⁵ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 68.

²¹⁶ A edição da *História Antiga das Minas Gerais* utilizada por André Coura Rodrigues em sua dissertação é a de 1904, portanto ligeiramente diferente da utilizada para a confecção desta monografia, que é a edição de 1974. A edição utilizada por mim possui inúmeros conectores aditivos que não possui na edição de setenta anos antes.

²¹⁷ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 68.

desiste de perscrutar. Vasconcellos exemplifica com dois mitos muito conhecidos, a da possível passagem do Apóstolo Tomé pela região conhecida por São Tomé das Letras e das inserções em pedras na cidade de Lagoa Santa. De acordo como autor essas inscrições, inclusive como outras diversas encontradas no Jequitinhonha, eram representações de povos bem mais avançados do que aqueles que habitavam as terras brásicas antes da chegada dos portugueses. Fato inexplicável. Para o autor, esses germes de civilização mais avançadas não conseguiam forçar o meio, sendo apenas lampejos efêmeros de inteligência em meio a uma enorme barbaria primitiva que tomou conta do território americano.

A massa indígena embrutecida pela própria natureza: e esta natureza também, a mais gigante do mundo, que resistiu a toda tentativa, foram obstáculos que só uma civilização aparelhada em ponto conseguiria debelar. Antes, pois, de se ter a Europa preparado, nem se quer deixaria sinais uma iniciação formal e completa^{218/219}.

Outro problema para Vasconcellos além do fato das civilizações mais inteligentes terem sido suprimidas pelas mais selvagens era o da época em que se começou a povoar o território. O autor afirma em sua obra que o fenômeno humano remonta a Minas aos primeiros tempos da era quaternária, associando o povoamento das terras americanas ao aparecimento do Homem juntamente ao restante do mundo. Há, portanto, uma íntima ligação entre antepassados indígenas com outras civilizações do planeta.

O historiador mineiro reconhecia os esforços da teoria poligenista em explicar as várias origens da humanidade. No entanto, aceitar que hipoteticamente os primeiros habitantes de nossas terras pudessem ser classificados possivelmente como raças inferiores poderia parecer um problema para justificar o valor de nosso povo. Por isso, Vasconcellos argumenta em sua obra que as características naturais mais aceitáveis eram aquelas que remetiam à idade terciária, antes do cataclismo que deu origem ao dilúvio relatado por Moisés. O homem de *Péringord* afastava-se mais do europeu atual e aproximava-se mais dos nossos índios, fazendo-se crer, a partir daí, na primogenese do homem americano.

Esta defasa da não-inferioridade dos povos primitivos da América, por Diogo de Vasconcellos, pode ser verificado em outro momento. Em seu discurso inaugural no IHGMG, em 15 de agosto de 1907, o historiador discorria sobre a natureza do homem. Para ele Renan e Montesquieu estavam errados ao elaborarem suas proposições sobre o Homem. Ao menos o

²¹⁸ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 118.

²¹⁹ Neste trecho citado fica claro, mais uma vez, que a superioridade do europeu se constituía como algo benéfico para os seres indígenas. O homem branco estava levando a civilização para os aborígenes.

atual em que o mineiro vive não comprova o que os dois filósofos diziam. O primeiro trabalhava com a ideia de raças que adotam formas graduais e que abordam os povos naquilo que Diogo chama de “*aspiral da civilização*”; o segundo trabalhava com a ideia de que o clima influencia na constituição dos costumes e classificações sociais²²⁰. Para o historiador mineiro não é apenas a raça que constitui a formação de um povo. Há muitos outros elementos que são fundamentais para que isso ocorra.

Si o homem, porquanto é o mesmo em toda a parte, si o instinto da perfectibilidade é geral, e provido pela comum natureza, mister será reconhecer, como outros elementos reunidos, que não a raça somente, concorreram para o adiantamento da ramificação que se glorifica em particular dos títulos da civilização européia, tanto mais quanto é certo, que essa civilização não é mais que o desenvolvimento do helenismo regenerado pelo broto semítico do cristianismo; e bem sabemos, também que os Gregos, mandaram ás Metrópoles heterogêneas mestres em busca da ciência e das artes, que nelas já eram nascidas²²¹.

O autor acreditava que pudesse haver sociedades mais civilizadas do que outras, e que impulsionavam os povos para o progresso, mas rechaçava a possibilidade do clima, por exemplo, ter alguma influência nisso. Essa postura me parece ser bem lógica, uma vez que a intenção de Diogo era colocar o Brasil e Minas, principalmente, em um lugar de destaque na civilização ocidental, e seguindo os pressupostos de Montesquieu as regiões tropicais tendem a ser inferiores em relação às zonas temperadas, o que de acordo com esse argumento desqualificaria o Brasil como um lugar com alto grau de civilização.

Retomando a questão do índio como contribuinte para a formação da civilização brasileira, na perspectiva de Vasconcellos, a escravidão deveria ser encarada de modo positivo. Comparando as formas de dominação ocorridas no Brasil e nos Estados Unidos, a da América do Norte preferiu o extermínio, enquanto na América do Sul essa dominação já foi relativamente humana. A escravidão indígena, dessa forma, foi o primeiro passo da ordem civil, instrumento necessário, segundo o autor, da grandeza expansiva do mundo antigo.

François Hartog observa em seus estudos que no início da modernidade a descoberta do Novo Mundo e dos selvagens inaugurava-se um novo espaço de tensão entre antigos e modernos com a inserção de um elemento novo e desconhecido: o indígena. Nos primeiros relatos de europeus no Brasil há posturas descritivas desses seres que se aproximavam muito dos antigos. De acordo com o autor, essa era uma estratégia que se operava na

²²⁰ Diogo de Vasconcellos. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 216.

²²¹ Diogo de Vasconcellos. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 216.

“domesticação” do selvagem, e para isso deveriam ser inscritos em uma teia de referências cômodas e conhecidas²²². O paralelismo que se criava com isso, propõe Hartog, contribuía para a construção da importante e até então nova ideia de que o afastamento no espaço equivale à distância no tempo.

Com efeito, “ver” os selvagens, descrevê-los mediante referências antigas, conduziu, sem que se desse conta disso, a pôr a distância os antigos: a distância que nos sepra deles seria medida quase fisicamente, e tornar-se-ia cada vez mais viva a idéia moderna de diferença entre os tempos. Daí em diante, entre os antigos e nós, havia ou acabaria por haver um oceano!²²³

Dessa forma, Vasconcellos utilizava-se desse tipo de artifício, o paralelismo, para aproximar as civilizações antigas da América das civilizações antigas da Europa. A organização primitiva de todos os povos da História eram, para ele, a mesma. As tribos de Roma, os *clã* da Escócia, as *keza* helênicas, os *gael* germânicos, as federações antigas, todas essas possuíam elementos comuns aos indígenas daqui. Vasconcellos ainda diz que não é raro de se encontrar em museus da Europa testemunhos materiais da antropologia entre os ancestrais dos atuais civilizadores. Assim não se deveriam acusar tanto os aborígenes brasileiros²²⁴, pois seguindo o seu argumento quanto a isso, nenhuma ou pouca diferença se encontraria entre tais civilizações. A distância espacial, como propõe Hartog, contribuiria para a distância temporal e, por sua vez, de desenvolvimento das civilizações.

Os paulistas são outros elementos que possuem lugar destacado na obra de Diogo de Vasconcellos. De acordo com o relato do autor, os paulistas tinham como grande paixão entre os séculos XVII e XVIII, as grandes jornadas pelo interior do continente. Fernão Dias aparece como o primeiro grande sertanista paulista que adentra o interior da Colônia. Ficara famoso pela conquista dos *goianá*, que na leitura de Vasconcellos eram is índios que mostravam melhor índole no convívio em sociedade, mas foram aterrados pela deslealdade e cobiça dos brancos. Os *goianá* eram organizados em três “reinos”, que exterminavam-se uns aos outros. Fernão Dias aproveitando-se dessa fragilidade provocada pelo conflito interno entre essas tribos dominou essa nação. O autor propunha que a intenção de Fernão Dias não era nem de matar e nem escravizar os indígenas, apenas apresentá-los ao “*grêmio da Igreja*”²²⁵.

²²² François Hartog. **Os antigos, o passado e presente**, p. 130.

²²³ François Hartog. **Os antigos, o passado e presente**, p. 131.

²²⁴ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 131.

²²⁵ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1, p. 76.

Helena Alberto, em sua análise acerca dos paulistas na obra de Vasconcellos, aponta que o autor adotara como sinônimos “paulistas” e “bandeirantes”. Desejavam, esses homens, reunir o sertão à sua pátria organizando expedições para descobrir novos territórios em busca de jazidas. De acordo com a autora, os paulistas foram responsáveis pelo triunfo em Minas dos elementos conservadores e transmitiram, também, ao povo mineiro a honestidade²²⁶.

Vasconcellos possui um olhar positivo em relação aos paulistas. Minas era descendente desse “*generoso sangue*”. A relação desses homens com os mineiros ao longo da história é sempre de grande afinidade. Minas Gerais, de forma geral, foi construída na história da Nação como o berço da civilização nascente, principalmente quando a exploração aurífera toma um grande peso na economia da região. No entanto, isso só é possível graças ao espírito aventureiro dos paulistas. Esses homens eram os “argonautas”²²⁷ de Minas, utilizando-se mais uma vez de elementos da Antiguidade para nomear e vincular a história antiga de Minas à uma história dos paulistas e a uma história da civilização ocidental.

Os bandeirantes eram conquistadores e jamais poderiam ser confundidos como simples aventureiros caçadores de índios. Esses homens eram defensores da civilização contra os bárbaros, e ainda acudiam aos governadores com o seu disciplinado corpo de armas. O autor descrevia que as fazendas, que muito se passavam por vilas, eram vastas, que os paulistas viviam em um ambiente de luxo. O ambiente descrito por Vasconcellos era bem diferente do narrado por Alcântara Machado, que identificava entre os paulistas uma situação bem mais inóspita e degradante. De acordo com Adriana Romero, Vasconcellos descrevia uma vila de São Paulo mítica, herdeira das formulações nobiliárquicas de Pedro Taques²²⁸.

4.2. A Guerra dos Emboabas.

Grande parte do segundo volume da *História Antiga das Minas Gerais*, Diogo de Vasconcellos dedica aos episódios ligados à Guerra dos Emboabas. De acordo com alguns autores, ainda hoje o autor dispõe de um dos mais completos relatos sobre esse conflito que envolveu “paulistas e forasteiros” pelos domínios da região das Minas. Como apontei no início deste capítulo, a obra do historiador marianense foi construída a partir de sua vontade

²²⁶ Helena Magela Alberto. **Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais**: uma construção do conceito de nação na Primeira República, p. 52-52.

²²⁷ Na mitologia grega, os **Argonautas** foram os tripulantes da nau Argo, que foi até a região de Cólquida em busca do Velo de Ouro, que na mitologia consistia na lã de ouro do carneiro alado Crisómalo, peça importante para que Jasão pudesse assumir o trono de Ialco na Tessália.

²²⁸ Adriana Romero. Guerra dos Emboabas, p. 110.

de escrever sobre essa “guerra”. Pretendo, nas páginas que se seguem, analisar a visão do autor acerca disto.

Antes mesmo de descrever sobre a matéria, o autor indica que buscará os motivos do conflito em suas origens, no modo em que o Brasil foi colonizado. Uma regressão relativamente grande para se identificar as raízes do problema. O autor identifica que o Brasil por ter sido povoado em províncias separadas e independentes, nunca foi sinônimo de solidariedade entre as partes no regime colonial. O próprio governo-geral de Tomé de Sousa na Bahia teve suas funções limitadas, que se restringiu a vigiar as costas contra possíveis invasões estrangeiras e reprimir no interior a hostilidade dos indígenas, cada vez mais audaciosos devido ao contato com franceses e castelhanos, atacando os povoados portugueses²²⁹.

Exceto na capitania sede, em que os Governadores-gerais possuíam o pleno direito de atribuição de Capitães-gerais, como quaisquer outros nas suas respectivas circunstâncias, nenhuma outra ação administrativa, diz Diogo de Vasconcellos, nenhum poder hierárquico em outras capitanias ele possuiria o direito de intentar, uma vez que todas possuíam seus regimentos a donatários autônomos, ou até mesmo soberanos, ancorados nos forais. Tais donatários, argumenta o autor, empenhados em fortalecer a suas independências, assim como para não se limitarem no poder absoluto e nos interesses, conflitavam-se com os vizinhos, acirrando rivalidades atávicas e os ódios separatistas das tribos, criando-se inúmeras pátrias indígenas, mais do que as já existentes²³⁰.

No elogio aos paulistas, o autor destacava que em meio aos donatários das diversas capitanias existentes na Colônia, aqueles homens se destacavam. Eram pequenos em número, mas dispunham de uma força bem maior, erigindo aldeamentos, e vastos latifúndios. A guerra nas minas, para paulistas²³¹ e taubateanos, seria apenas para a definição de posses entre eles mesmos, se não fosse pelo aparecimento de um inimigo comum, que os amedrontou e uniu.

Mas nem se deve estranhar um tal estado de isolamento, se era mesmo do Reino, que lhe provinha o exemplo. Formando de senhorios e conselhos autônomos, cada qual trazendo a sua história particular das vicissitudes da Península, mormente nas regiões em que os árabes deixaram livre todo o governo local, frações entrelaçadas pelo terror e pelo ódio de inimigos externos, o Reino fabricado aos poucos e aos

²²⁹ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 13.

²³⁰ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 13-14.

²³¹ Paulistas, neste caso, entendem-se como os habitantes da Vila de São Paulo e não da capitania, visto que os taubateanos também são paulistas.

pedaços, cimentou-se pelo interesse comum simbolizado na Coroa, mas nunca deixou de ser uma federação de distritos fundidos pela política e nacionalizados pela história^{232/233}.

Adriana Romero ao fazer sua análise sobre os relatos de Diogo de Vasconcellos acerca da Guerra dos Emboabas, a autora diz que o estudo do marianense, assim como observado acima, se inicia com a constatação do estado de isolamento e dispersão populacional, núcleos dominados por donatários autônomos, que se entregavam a antigas rivalidades e ódios separatistas. Diogo de Vasconcellos remonta ao processo de formação de Portugal a efetivação desse estado de isolamento, que resultou na força dos poderes locais. Como aqui era uma Colônia o poder central estava muito longe, assim instaurando um “regime” de particularismos, que gerou um nativismo partilhado tanto por paulistas quanto por emboabas²³⁴. E apesar da simpatia que Vasconcellos tinha pelos paulistas, justificou a aclamação de Manuel Nunes Viana refutando a tradição forma de se abordar a guerra como sendo uma “revolução bárbara” e interpretando como um mal necessário em defesa da liberdade de seu povo²³⁵.

Mas, se o chefe dos levantados [Manuel Nunes Viana] era esse homem excepcional entre eles, não se compreende assaz, que o tivessem proclamado, se não representasse os sentimentos e as idéias dominantes. Não foi, portanto, uma revolução bárbara aquela, qual se tem julgado até hoje. Ela se justifica e se legitima a nossos olhos, como fenômeno reacionário e próprio das situações apertadas, quando a sociedade, conservando ainda instinto do direito, quer-se salvar do seu total e afrontoso aniquilamento²³⁶.

O autor, valendo-se dos relatos do padre Antonil, apontava que no avançar do século XVIII começava-se uma grande invasão das Minas. Gente de toda qualidade ocupava cidades, vilas, recôncavos e sertões. Em seguida recupera os escritos de Simão Pereira Machado para indicar que as notícias acerca do descobrimento de pedras preciosas nas regiões mineiras espalharam-se por todos os cantos da América, reafirmando a *grande invasão* que se dera na

²³² Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 13-14.

²³³ Nesta passagem pode-se verificar a aproximação que Diogo de Vasconcellos faz entre a organização da Colônia e a os princípios formadores de Portugal. A lógica de constituição de uma é a mesma da outra. Dessa forma, o autor estabelece uma ligação direta entre os habitantes do Novo Mundo com os do Velho. As capitânicas antes autônomas foram incorporadas à Coroa, mas nem por isso fora suscetível ao sistema colonial. Passaram essas capitânicas ao governo direto do Rei.

²³⁴ Adriana Romero. Guerra dos emboabas, p. 110.

²³⁵ Adriana Romero. Guerra dos emboabas, p. 110.

²³⁶ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 43.

região no período relatado. Uma vez essa invasão da efetivada era fácil o entendimento da confusão e desordem que proveio dessa confluência de povos, que se afirmavam sem lei, nem autoridade alguma sobre o território das Minas²³⁷.

Vasconcellos cita em sua obra relatos do Capitão-mor Silva Pontes para definir que o estado que se encontrava a região com as devidas invasões e a falta de uma instância da lei nos territórios ocupados começava-se a instaurar um clima de tensão e violência. No entanto, mesmo em um ambiente que parecia ser inóspito a imagem filantrópica dos paulistas se mantém. Não obstante, o autor pondera dizendo que Antonil observara que essa benevolência dos bandeirantes, de seus espíritos de hospitalidade se deu nos tempos da descoberta do povoamento, mas já era abalada pela desordem provocada pelos vadios²³⁸.

Há nesse mesmo momento um crescimento da atividade de mercadores nas regiões das Minas. Segundo o autor, os paulistas eram pouco inclinados ao comércio, e desprezavam o ambulante. Não importavam se enriquecessem os mascates. De acordo com Vasconcellos, os paulistas odiavam os baianos²³⁹, uma vez que os reinóis eram a nação dominante, e facilmente se assimilavam²⁴⁰. Estes, diferente dos paulistas, eram mais conhecidos e eram amparados por compatriotas opulentos das praças marítimas, fornecendo instrumentos e escravos africanos, únicos que suportavam o desumano e cruel trabalho nas minas.

De acordo com Helena Alberto, o elemento negro tem um pequeno espaço dentro da obra de Vasconcellos. A autora diz que são quatro os principais temas relacionados ao negro: servir como mão de obra, cometer delitos, descobrir jazidas e ser membro de expedições. Nesse sentido, Vasconcellos cai sobre um olhar depreciativo ao negro:

Acredita-se que Diogo de Vasconcelos reconhece a importância do negro como mão-de-obra e o seu auxílio na descoberta e defesa de populações, mas não aceita, ou melhor, aceita de forma depreciativa a sua contribuição para a sociedade, uma vez que estes são responsabilizados por quase todos os delitos e pelo fato do autor não fazer referências, em nenhum momento, às suas características ou costumes. A única vez que os negros aparecem formando a sociedade mineira é para dar a esta, juntamente com outros elementos fundadores, “um aspecto de meio-humana e meio-bruta”²⁴¹.

²³⁷ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 23.

²³⁸ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 24-25.

²³⁹ **Baiano** se entende como todas as pessoas radicadas na capitania da Bahia.

²⁴⁰ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 25.

²⁴¹ Helena Magela Alberto. **Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais**, p. 39.

Com a força da anarquia instaurada nas Minas, observa Diogo, cada vez mais a oposição entre os dois partidos, paulistas e emboabas, se extremavam. Os primeiros conflitos nas minas iam surgindo a medida em que as regiões mineradoras iam sendo ocupadas por forasteiros. O autor faz o relato daquele que seria o primeiro fato, um incidente ocorrido quando viajando uns carijós para São Paulo, passaram por Ponta do Morro²⁴², entraram a beber na venda de um novato que acabara de chegar do Reino. Como se estivesse lá, ou o testemunho do qual estivesse se baseando o desse um preciso relato²⁴³, Diogo de Vasconcellos constava que calorosas discussões acerca da rivalidade entre paulistas e forasteiros se assentava. Os carijós começaram, então, a “falar” dos reinóis, e o novato prontamente defendeu seus conterrâneos. Os índios exaltados assassinaram aquele português. Relata o autor que os patrícios da vítima arrumaram-se e partiram em perseguição aos assassinos. No entanto, não os acharam durante dois dias de perseguição. Ao voltarem para o arraial, os moradores, independente da nacionalidade, estavam empenhados em encaminhar ao governador do Rio de Janeiro que enviasse à região do Rio das Mortes autoridades que reprimissem os bandidos que infestavam a região²⁴⁴.

Esse caso serviu de exemplo para o autor para evidenciar o quão o estado de calamidade havia se instaurado nas Minas. A região estava sendo tomada por todo o tipo de gente, e as autoridades controladoras e repressoras não estavam estabelecidas naquelas localidades. Com isso, uma espécie de autarquia influenciado por um possível distanciamento das leis é que regia aquelas vilas.

Não devemos esquecer a circunstância da desorganização geral, a que tinham chegado os mais distritos das Minas. O desembargador José Vaz Pinto, que em 1702 subiu, como superintendente, para instaurar o ministério da Justiça no novo território, retirou-se para a Corte em 1705, cansado, senão desanimado por medir os progressos da anarquia²⁴⁵.

²⁴² Trata-se do município hoje com o nome de Tiradentes. Criado com o Alvará de 12 de janeiro de 1719, São José del rei, que fora instalado no dia 18 do mesmo mês e ano, com o nome de São José do Rio das Mortes, fora mudado posteriormente para São José del Rei. O nome primitivo da localidade foi, então, São José da **Ponta do Morro**, também chamado de Arraial Velho do Rio das Mortes e Arraial de Santo Antônio.

²⁴³ Francisco Iglesias apontava Diogo de Vasconcellos como um historiador tipo do Romantismo, apresentando em sua narrativa um acento de grandeza nas reconstituições dos tempos pretéritos, chegando por vezes até mesmo reproduzir pensamentos e intenções dos protagonistas. Cf: Francisco Iglesias. Reedição de Diogo de Vasconcelos, p. 23.

²⁴⁴ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 27.

²⁴⁵ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 29.

O Caeté era uma região onde Vasconcellos identificava como a mais conflituosa em Minas Gerais. Tanto baianos quanto paulistas eram classificados como homens possuidores de poder e riqueza, o que os tornavam pessoas prepotentes. O autor destaca a figura de Manuel Nunes Viana com sendo um dos mais poderosos caudilhos do lugar. Devido ao seu poder e estima os portugueses tentando se defenderem de possíveis ataques paulistas, após uma série de incidentes envolvendo os dois partidos, aclamaram Manuel Nunes como o “primeiro Governador das Minas”. Diogo de Vasconcellos identificava esse homem como o primeiro ditador que se erigiu em toda América, sendo este o fato mais característico da história mineira.

Historicamente, Manuel Nunes Viana sempre possui um lugar preponderante nos relatos acerca da Guerra dos Emboabas. Diogo de Vasconcellos, por sua vez, dedica um capítulo inteiro do segundo volume da História Antiga das Minas Gerais a ele. O autor atribui o governo desse português como um primeiro instrumento para se tentar estabelecer uma ordem nas Minas. Indica-o como um homem inteligente, propenso a escutar conselhos, mas nunca dominado, justo e fiel ao Rei.

Ninguém porém, contasse com ele para exercer vinganças, tão pouco para autorizar violências contra quem quer que fosse. – Faria respeitar por justiça o direito de cada um, amigo ou inimigo, desde que o tivesse. – Combateria os excessos dos caudilhos, que afligiam as povoações e castigaria os criminosos. – Não era um revoltoso contra as leis nem contra a soberania de Sua Majestade, pois entregaria o poder aos ministros, que El-Rei mandasse governar as Minas²⁴⁶.

Adriana Romero resume que as páginas de Diogo dedicadas à Guerra dos Emboabas surpreendem pelo tom apaixonado com que o autor evoca o quadro vívido e fascinante dos acontecimentos, que segundo Romero, são narrados em um ritmo trepidante e protagonizados por agentes históricos possuidores de vigor e densidade. A autora propõe que há alguns indícios que apontam provavelmente a uma inspiração de Vasconcellos em um livro manuscrito no século XIX que se perdeu, e que alguns fragmentos que restavam foram compilados pelo historiador João Batista Costa, em que sua narrativa é muito semelhante a do autor da História Antiga das Minas Gerais²⁴⁷.

De qualquer modo, depois de Rocha Pita, a narrativa de Vasconcelos sobre a Guerra dos Emboabas tornou-se a referência mais importante dos estudiosos, citado

²⁴⁶ Diogo de Vasconcelos. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 2, p. 41.

²⁴⁷ Adriana Romero. Guerra dos emboabas, p. 110-111.

muitas vezes com foros de fonte histórica, sem que se procedesse uma crítica mais cuidadosa de suas afirmações²⁴⁸.

A historiografia de Minas representada por Diogo de Vasconcellos pinta, segundo Adriana Romero, a Guerra dos Emboabas como de proporções grandiosas no alvorecer das Minas, conferindo uma dimensão romântica à história mineira, aproximando-a dos grandes Impérios da antiguidade, nascidos também sob o signo de Marte²⁴⁹.

4.3. Teófilo Feu de Carvalho: crítico de Diogo de Vasconcellos

Ao longo da pesquisa, o que pude perceber o quanto a obra de Diogo de Vasconcellos é que ela oscila entre críticas positivas e negativas. Em sua grande maioria, as negativas superam as positivas, ou suas obras ganham apenas um pequeno destaque como contraponto ou ilustrações. Embora injustificável, o caráter romanesco do autor e o diálogo que mantinha com os cânones historiográficos conservadores que vigoravam em seu momento de atuação. Como Francisco Iglesias observou, Vasconcellos possuía um estilo tipicamente romântico, não se preocupava com a citação de fontes ou infamações sobre suas referências, o que gerava sempre um mal-estar para seus leitores críticos.

Um dos principais críticos do historiador marianense foi Teófilo Feu de Carvalho. Em 1933, o então diretor do Arquivo Público Mineiro publica na revista da instituição o artigo intitulado, *Questões Históricas e Velhos Enganos*, no qual o autor dedica suas páginas para fazer correções acerca da escrita da história de Minas Gerais escolhendo alguns temas que ele julgava importantes. A princípio nos dá a impressão que Feu de Carvalho fará um estudo amplo da historiografia mineira de sua época, mas o que se evidencia em suas páginas é que ele apenas aponta alguns erros que ele encontra na *História Antiga das Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcellos.

As grandes nações do Universo, diz Feu de Carvalho, possuem seus arquivos, e Minas não era diferente. No entanto, o autor afirmava que a grande diferença que existia entre os outros e Minas era que lá, uma vez que os Arquivos são conhecidos têm autoridade e prestígio, coisa que para não ele não acontecia em Minas Gerais. Dessa forma, um dos grandes problemas para ele era a utilidade da manutenção de Arquivos em um local em que eles não são valorizados. Tece uma profunda crítica aos que escrevem a história não baseada

²⁴⁸ Adriana Romero. Guerra dos emboabas, p. 111.

²⁴⁹ Adriana Romero. Guerra dos emboabas, p. 116.

em documentos. O ex-diretor do APM duvidava que se pudesse criar certo sentimento de civismo baseado em lendas contadas como verdades históricas, criando uma realidade artificial²⁵⁰.

Eis uma das razões porque insisto, sempre, asseverado que o escrever história sem documentos é fácil, como também não me canso de repetir que não é bastante copiarem-se uns dos outros. Quem não entende da matéria, acha tudo direito, bom e muito racional! *Acha tudo documentado, sem que haja documentação alguma*^{251/252}.

O primeiro erro apontado por Teófilo Feu de Carvalho está relacionado à chegada de Dom Braz Balthazar da Silveira, fundador da vila de São João Del Rei. Segundo a maior parte dos memorialistas afirmavam que D. Braz havia chegado à Minas nos finais de dezembro de 1713, mesmo admitindo a criação da vila por ele mesmo no dia 8 de dezembro. Segundo Teófilo isso é um erro muito grande. Como poderia aquele governador chegar nos finais do mês em Minas se o lugarejo fundado por ele se erigiu no começo do mês, e no dia 15 de dezembro, ele já havia chegado à Ouro Preto?

É com esse problema que Feu de Carvalho cita pela primeira vez a *História Antiga das Minas Geras*, de Diogo de Vasconcellos. Ele utiliza a primeira edição do livro, a de 1904. Diogo afirma em sua obra que o primeiro documento firmado por D. Braz em Vila Rica foi a 28 de dezembro de 1713. Feu de Carvalho considera essa afirmação um “erro evidente”. O autor reproduz um trecho de um documento, uma carta assinada por D. Braz cuja data é de 16 de dezembro de 1713, bem anterior a data afirmada por Vasconcellos. Teófilo Feu ainda mostra vários exemplos de cartas e outros documentos do governador D. Braz anteriores a 28 de dezembro. Admite que a primeira carta dele com o rei de Portugal foi firmada a 28 de dezembro de dezembro, mas ela não foi a primeira de D. Braz em Vila Rica²⁵³.

Na segunda parte do texto, Feu de Carvalho se concentrará *mais suas críticas à Diogo de Vasconcellos, atendo-se apenas na História Antiga das Minas Gerais*. É curioso que em momento algum o autor se dirige à Diogo pelo seu nome. Todas as vezes que ele faz alguma referência ao historiador marianense o chama de “o autor da História Antiga das Minas Gerais”.

²⁵⁰ Teófilo Feu de Carvalho. *Questões históricas e velhos enganos*, p. 5-6.

²⁵¹ Teófilo Feu de Carvalho. *Questões históricas e velhos enganos*, p. 6.

²⁵² Grifo do autor.

²⁵³ Teófilo Feu de Carvalho. *Questões históricas e velhos enganos*, p. 7-9.

O próximo tema tratado por Feu de Carvalho é sobre a Fundação da Junta dos Quintos, aceita pelos historiadores de sua época como realizada em Vila Rica a 7 de dezembro de 1713. O autor diz que esse é um erro generalizado, pois todos os historiadores que dedicaram suas penas a esse assunto tomaram a data firmada por Manuel de Affonseca, secretário do governo de D. Braz. De acordo com Feu de Carvalho, Diogo, sem ter o nome citado, além de aceitar a data errada sem nenhuma reflexão crítica a ela, ainda agrava essa questão ao afirmar que a Junta dos Quintos fora celebrada no Rio das Mortes e não em Vila Rica. O então diretor do APM diz que essa afirmação não pode ser aceita apenas pelo fato de ser uma afirmação, sem trazer nenhuma demonstração ou prova²⁵⁴.

Diogo em seu livro diz que havia uma impossibilidade da Junta ter sido criada em Vila Rica por D. Braz, que presidiu em pessoa, no dia 8, a criação da vila de São João Del Rei, e a Junta foi fundada juntamente com a vila, e não em Vila Rica como afirmam outros autores, mas mantém a de 7 de dezembro de 1713 como sendo a correta. Diz ele que o fato dos autores atribuírem a fundação da Junta à Vila Rica consistia em um “erro evidente”, e Teófilo Feu de Carvalho o critica por não demonstrar em sua narrativa o que se consistia tal erro evidente^{255/256}.

Em certa medida, Feu de carvalho acusa Diogo de Vasconcellos de não levar em consideração toda uma literatura anterior ou contemporânea a ele, da qual diz que a Junta fora fundada em Vila Rica. É certo que D. Braz não poderia estar no dia 7 em Vila Rica e 8 em São João, não era a forma mais correta de resolver o problema da data.

Affirmações e correcções, em meu obscuro pensar, envolvem, alguma responsabilidade moral e, por isso, deve-se antes bem estudar e melhor verificar, pensando o que se diz e se assevera, para não se corrigir o que está certo e evitar uma falsa posição²⁵⁷.

O autor do texto diz que as questões históricas não podem ser resolvidas através de palpites ou por conjecturas que podem de certa maneira acabar com a veracidade da história. Essas questões devem ser resolvidas por estudos pacientes para se encontrar a solução, assim como ele fez. Teófilo diz que ele é quem está correto e enfatiza isso. Para outro historiador

²⁵⁴ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 10.

²⁵⁵ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 11-12.

²⁵⁶ Feu de Carvalho propôs que todos que admitem a Junta fundada em Vila Rica estão corretos, menos com relação à data, que ele mesmo não sabe dizer com segurança qual é por ter sido registrada na que se é conhecida.

²⁵⁷ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 12.

conseguir provar que ele está errado, o que para ele era pouco provável, aí sim tal pessoa terá condições de solucionar o problema da Junta dos quintos.

Na terceira parte do texto exposto aqui, Teófilo Feu de Carvalho gasta da página 17 a 27 com transcrições de documentos relativos ao governador D. Braz Balthazar Silveira referentes a fundação da Junta dos quintos ter sido em Vila Rica e não em São João Del rei, provando que Diogo de Vasconcellos, em especial, estava errado, e que a data correta não poderia ser dia 7 de dezembro de 1713, mas muito provavelmente dia 7 de janeiro de 1714, mostrando que toda a historiografia acerca do assunto estava errada.

A quarta seção do texto, o autor se aterà a divisão da história de Minas, criação de comarcas e outros erros comuns naquela historiografia, e mais críticas à Diogo de Vasconcellos. Para Carvalho, a melhor divisão para a História de Minas Gerais, e a que ele faria era: Colonial, Provincial e Estadual, assim como fora feita por Xavier da Veiga no Arquivo Público Mineiro. Ele não adotaria de forma alguma a divisão realizada por Diogo de Vasconcellos. Segundo o autor, a historia, a de Minas, é de ontem e por isso não pode ser dividida em *Idades*, como é feita pelos antigos na “história do gênero humano” ou como é dividida, por analogia, a “História Universal”²⁵⁸. A história de Minas ainda era recente e por isso deveria ser feita em três períodos:

Sim, porque, no Período Colonial, devemos incluir todos os factos e considerar nelle comprehendidos todos os acontecimentos, desde a penetração e devassamento do território mineiro, até 1821. No Período Provincial, tudo que estiver comprehendido desde 1821 até 1889. No Período Estadual tudo o que de 1889 em diante²⁵⁹.

Há um problema na crítica de Feu de Carvalho à divisão da História feita por Diogo de Vasconcellos. Ele diz que a História de Minas poderia ser dividida em períodos Colonial, Imperial e Republicano, ou mesmo períodos Antigo, Médio e Moderno. No entanto, critica Vasconcellos justamente por dividir a História de Minas em Antiga, Média e Moderna, sendo que a última nem sequer chegou a ser escrita. Sua justificativa é que não é possível perceber, nem entender o critério adotado por Diogo, pois as crônicas que este insere na História Média são dos mesmos acontecimentos encontrados na História Antiga, o que não se consegue achar uma linha para se entender até quando vai uma Idade e começa outra²⁶⁰.

²⁵⁸ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 27-28.

²⁵⁹ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 28.

²⁶⁰ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 28.

De forma abrupta o autor muda de assunto e passa a tratar da fundação das comarcas em Minas. Diogo diz que D. Braz havia erigido as três comarcas de Minas a 6 de abril de 1714, todas ao mesmo tempo. Isso para Feu de Carvalho não era possível, pois D. Braz havia expedido uma carta ao rei em 1º de abril de 1714 comunicando que havia chegado em Minas no dia 15 de dezembro de 1713 e que iria convocar os ouvidores das comarcas sobre a arrecadação dos quintos, Se para convocar os ouvidores gerais das comarcas elas já deveriam existir, e por isso ele não poderia tê-las criado. Isso constituía em um erro grave de Diogo. O autor da História Antiga das Minas Gerais não apresenta nenhuma documentação sequer a respeito de sua afirmação. Não há registros dessa provisão de 6 de abril de 1714, nem na Torre do Tombo, nem em qualquer outro Arquivo. Teófilo chama isso de uma “provisão mitológica”²⁶¹.

Na quinta parte do texto, o autor verificará se o dr. Gonçalo de Freitas Baracho esteve até 1713 como ouvidor interino da comarca do Rio das Velhas, e por conseguinte, quando veio D. Braz, em 1713, já que a comarca já estava criada. Feu de Carvalho dedica duas páginas com transcrições de documentos para provar o erro de Vasconcellos, e na página 34 já muda de assunto mais uma vez passando a tratar da questão do “batismo” de São João Del Rei.

Em todo o texto Teófilo Feu de Carvalho é ríspido ao apontar os erros cometidos na História Antiga das Minas Gerais. Ele escolheu alguns temas relacionados à D. Braz. Não diz porque escolheu esse tema, apenas o faz. O autor não se preocupa em fazer uma crítica geral da obra de Vasconcellos, apenas de situações pontuais como as indicadas aqui.

²⁶¹ Teófilo Feu de Carvalho. Questões históricas e velhos enganos, p. 29.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, procurei explicar, mesmo que de forma menos abrangente, os principais aspectos que formaram o conservadorismo e tradicionalismo no historiador mineiro Diogo de Vasconcellos, e como isso de certa forma impactou em sua produção historiográfica nos primeiros anos do século XX, momento de uma disputa por posições canônicas que dariam condições de traçar os parâmetros para a escrita da história de Minas Gerais de acordo com as necessidades do regime republicano.

Estudar Diogo de Vasconcellos sempre se mostrou um grande desafio ao longo da pesquisa. A escassez de estudos inicialmente parecia ser um grande fator limitante para o desenvolvimento de meu trabalho. As fontes também se mostraram um significativo problema. Eram raros os documentos que poderiam permitir um amplo diálogo entre a história política e história da historiografia tendo Vasconcellos o principal objeto de análise. No entanto, os problemas logísticos, de possibilidade de cruzamento de dados, surgimento de outras formas de consulta e talvez um pouco de sorte possibilitaram a ampliação da capacidade de análise das inúmeras fontes encontradas.

Ao passo que o estudo acerca de Diogo de Vasconcellos seja muito dificultoso devido a esses problemas, no momento em que a documentação dá as condições para uma análise mais profunda, o objeto se revela de forma interessantíssima. O que foi feito nesta monografia foi a utilização de parte da documentação selecionada para reconstituir alguns traços mais notórios na trajetória política e intelectual de Diogo de Vasconcellos. Embora o recorte desenvolvido dentro do texto seja relativamente muito grande, a vida de Vasconcellos não foi marcada por grandes rupturas, mostrando uma peculiaridade no objeto e evita a constituição de alguns erros.

Desse modo, com a proclamação da República em 1889 é notável no discurso historiográfico uma mudança no regime de historicidade vigente. Anteriormente à *revolução* de 15 de novembro havia uma grande tendência a tomar o Estado Imperial como o principal agente histórico. Instituições como o IHGB e o Arquivo Nacional propunham a constituição de acervos de documentos que pudessem, em grande medida, constituir os mecanismos básicos para a escrita de uma história geral do Brasil. Para os republicanos, essa visão de história caracterizava um atraso no discurso historiográfico e da construção da nacionalidade. Com isso, propunham uma ruptura com esse modelo, embasada principalmente na organização federalista do Estado, propondo autonomia regional valorizando as unidades federativas como células possuidoras de alteridade na história da Nação.

Nesse momento há uma mudança também na forma de se construir a nacionalidade. Enquanto no século XIX tinha como paradigma o passado colonial desvinculado da tradição portuguesa, sobretudo com o grito de independência, e a contemporaneidade imperial tendo D. Pedro II o grande mecenas das letras e da ciência, a Primeira República imersa em um turbilhão de transformações, tentava criar a nacionalidade através de ideias modernizantes abruptas.

Diogo de Vasconcellos encontrava-se dentro desse debate. Ainda estava marcado por um tradicionalismo historiográfico romântico. Empenhava-se em coligir as memórias de Minas Gerais a fim de se construir a sua história e lançar o estado a um patamar privilegiado frente à civilização. Acompanhava o movimento em que a história de Minas cada vez mais conseguia sua autonomia em relação à história geral do Brasil. O Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais surgem, no afã republicano, para resgatar essas memórias e dar condições aos pesquisadores construírem a história local.

Esse localismo, segundo Diogo de Vasconcellos, é marca fundamental na constituição de uma identidade política e moral para a mocidade. A história tem um caráter pedagógico, e sua escrita conduz o povo para a pretendida civilização. Com isso a cultura mineira única desde os tempos de seus primeiros povoadores já escrevia nas páginas do passado o valor do mineiro, rechaçando fatalismos de raças e de influências climáticas.

Si o homem, porquanto é o mesmo em toda parte, si o instinto da perfectibilidade e' geral, e provido pela commum natureza, mistér será reconhecer, como outros elementos reunidos, que não a raça sómente, concorreram para ao adeantamento da ramificação que se glorifica em particular dos titulos da civilização europe'a, tanto mais quanto e' certo, que essa civilização não e' mais que o desenvolvimento do hellenismo regenerado pelo broto semitico do christianismo; e bem sabemos, tambem que os Gregos, mandaram ás Metropoles heterogeneos mestres em busca da sciencia e das artes, que nellas já eram nascidas²⁶².

As intenções de Vasconcellos não eram coisas isoladas, tão pouco constituía um pensamento homogêneo. O contexto no qual estava inserido o permitia que desenvolvesse seu pensamento de forma autônoma, correspondendo a uma série de elementos pertinentes para a confecção de projetos para inserir Minas na civilização. Sua tradição, perpassada por inúmeras ambigüidades, ainda estava presa ao conservadorismo oitocentista imperial, mas corroborava com a projeção do povo mineiro no futuro.

Neste presente trabalho, analisei alguns pontos que permitiram identificar as marcas do tradicionalismo em seus projetos. No Congresso Imperial, representando a província de

²⁶² Diogo de Vasconcellos. Discurso de Inauguração do IHGMG, p. 216.

Minas Gerais, Diogo de Vasconcellos revela-se um típico representante do ultramontanismo no Brasil. Adota uma postura favorável ao clero brasileiro durante os debates acerca da *Questão Religiosa*, deixando claro sua opinião com relação à necessidade da permanência da união entre Igreja e Estado em nosso país.

A defesa do Partido Conservador e o próprio conservadorismo também é uma característica que acompanhou o político marianense da Monarquia à República. Os periódicos de legenda conservadora foram os mais importantes meios de divulgação de suas ideias. O jornal “A Província de Minas”, cujo proprietário era José Pedro Xavier da Veiga, foi o principal documento analisado neste trabalho para então pontuar algumas atividades de Diogo de Vasconcellos acerca da manutenção da ordem do partido e da política mineiro e nacional.

Em grande medida, no contexto estudado, a principal intencionalidade que pudemos identificar em Diogo de Vasconcellos é a construção da identidade mineira. O principal meio de se construir uma identidade em um estado que se encontrava dividido econômica, política e culturalmente era constituir uma história unitária, que não abrangesse apenas as microrregiões de Minas Gerais, mas o estado inteiro. A partir daí surge a necessidade e ideia de se escrever uma espécie de história geral de Minas. As *História Antiga e Média de Minas Gerais* foram as principais contribuições de Vasconcellos para a jovem historiografia mineira do início do vinte.

O projeto de Vasconcellos não foi completado. Há quem afirme que ele pretendia escrever toda a história de Minas, desde seus primeiros indícios até os dias atuais, mas o que pude perceber é que talvez a intenção de Vasconcellos fosse apenas escrever a história colonial do estado. Essa é uma investigação que necessita de uma pesquisa muito mais aprofundada, e que não pode ser desenvolvida neste trabalho. Com isso, selecionei alguns pontos da obra de Vasconcellos para análise, revelando, em grande medida, uma das mais importantes características da funcionalidade de sua obra, a justificação do poderio histórico de Minas Gerais, e a atribuição à capitania como o berço da civilização brasileira.

Ainda há muito poucos trabalhos acerca das ações políticas e historiográficas de Diogo de Vasconcellos. Esta monografia trouxe algumas contribuições para o estudo deste objeto pouco estudado por nossa historiografia. Há muito ainda o que ser analisado, o que estende a pesquisa para além desta monografia. Portanto, a breve explanação apresentada aqui abre inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de mais investigações sobre este que é considerado o fundador da historiografia de Minas Gerais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

- **Periódicos:**

A Província de Minas, Ouro Preto, 28 de agosto de 1881. Sistema Integrado de Acesso - Arquivo Público Mineiro. Notação: JM-1243097 – Filme: 066

A Província de Minas. Ouro Preto, 19 de setembro de 1882. Sistema Integrado de Acesso – Arquivo Público Mineiro. Notação: JM-1243150 – Filme: 066

A Província de Minas. Ouro Preto, 20 de setembro de 1883. Ano IV, nº171. Sistema Integrado de Acesso – Arquivo Público Mineiro. Notação: JM-1243205 – Filme: 066

O Viçoso. Mariana, 25 de janeiro de 1893. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana. Armário: 1 – Prateleira: 4.

- **Anais de Congresso e Documentos Oficiais:**

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 20 de junho de 1874. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1874.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 10 de julho de 1874. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1874.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 02 de junho de 1875. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1875.

LIVRO DE OFÍCIOS E PORTARIAS. Câmara Municipal de Ouro Preto (1892-1893). 12 de agosto de 1892. Caixa: 22. Livro: 01. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

LIVROS:

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

BEVIR, Mark. **A lógica da história das idéias**. Bauru: Edusc, 2008.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 2ª Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

COSTA, Lourenço (org). **Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)**. São Paulo: Paulus, 1999.

COSTA, Milton Carlos. **Joaquim Nabuco entre a política e a história**. São Paulo: Annablume, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**. Memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. 1a. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GUMBRECHT, Hans-Ulrich. **A modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed.34, 1998.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e presente**. Brasília: UnB, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.UERJ, 2006.

LÜBBE, Hermann. **Filosofía práctica y teoría de la Historia**. Barcelona: Alfa, 1983.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

RIBEIRO, João. **Crítica**. Vol. VI – Historiadores. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1961.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)**. 5ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. **História da Historiografia do Brasil**. 1ª Parte. Historiografia Colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SALES, Alberto. **A pátria paulista**. Brasília: UnB, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade - Um exemplo de sociabilidade pura e formal. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 165-181.

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. v. 1. 3. ed. Belo Horizonte : Lemi; Brasília : INL, 1980.

TRINDADE, Raimundo. **Breve notícia dos seminários de Mariana**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Vols. 1 e 2. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

_____. **História Média de Minas Gerais**. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras**. Volumes 1 e 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES:

ALBERTO, Helena Magela. **Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais**: uma construção do conceito de nação na Primeira República. (Monografia de Bacharelado). Mariana: UFOP, 2000

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**: Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

MARTINS, Amanda Silva. **Um passado para Minas Gerais**: A Escola Normal de Ouro Preto e a construção do Tempo (1870-1889). (Dissertação de Mestrado). Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.

RODRIGUES, André Coura. **Manuais didáticos e conhecimento histórico na Reforma João Pinheiro**. Minas Gerais, 1906-1911. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

ARTIGOS E CAPÍTULOS:

ALBERTO, Helena Magela. Diogo de Vasconcelos, a história de Minas Gerais e a Nação. In: GONÇALVES, Andrea Lisly & OLIVEIRA, Ronald Polito de. **Termo de Mariana**. História e Documentação. Vol. 2. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

ALVES, Fabrício Gomes. Entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. **Aedus**. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Num. 5, vol.2, julho-dezembro 2009, pp. 82-97.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Literatura e História**: A ficção mediando uma fronteira porosa.

ANTUNES, Álvaro de Araújo & SILVEIRA, Marco Antonio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. **Revista Eletrônica Cadernos de História**. Ano II, n.01, março de 2007.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica. **Almanack Braziliense**, v. 7, p. 47-55, 2008.

_____. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora. V. 12, n.1, 2006, pp. 79-94.

BALAKRISHAN, Gopal. A Imaginação nacional. In: ____ **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 209-225.

CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº1, pp. 123-152.

CARVALHO, Teófilo Feu de. Questões históricas e velhos enganos. **RAPM**. Ano 24, nº1, 1933, pp. 3-42.

COELHO, Tatiana Costa. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875). **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

FACIOLI, Valentim. “República dos Bruzundangas: Por que não me ufano de meu país”. In: BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985.

FILGUEIRAS, Fernando. O cabedal das virtudes. André José Antonil, a Continuidade e a Mudança no Pensamento Jesuíta do Brasil Setecentista. **Revista Intellectus**. Ano 4, vol. 1, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. **História da historiografia**, número 02, março/2009, pp. 116-162.

GREENE, Jack P. Identidades dos estados e identidade nacional à época da Revolução Americana. In: PAMPLONA, Marco & DOYLE, Don H. **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 99-125.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad y independencias**. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México. Fondo de Cultura Económico, 1992.

IGLESIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol.1, 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. **RBCS**, vol. 20, nº 57 fevereiro/2005.

LÜBBE, Hermann. Lá función de presentación de identidad de la historia. In:___ **Filosofía práctica y teoría de la Historia**. Barcelona: Alfa, 1983, pp. 109-129. 1983

MACHADO, Rodrigo. O Heródoto Mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. **Revista Temporalidades**, v. 2, p. 56-65, 2010.

_____. Nas páginas descritivas do passado: A escrita da história como discurso para a civilização. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. n. 4, vol, jul/dez 2010. (Publicação prevista para dezembro de 2010)

MAGALHÃES, Basílio de. Introdução. In: VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

MARTINS, Gabriela Pereira. Ultramontanos, positivistas e liberais: reflexões a partir da separação Igreja-Estado. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.5, n.1, p. 53-73, 2008.

MARTINS, Marco Lobato. **Os estudos regionais na historiografia brasileira**. (Acesso: www.minasdehistoria.blog.br/wp-content/arquivos//2008/03/historia-e-estudos-regionais.pdf. Em: 29/10/2010 às 17:50hs).

MATTOS, Ilmar Rohrlhoff de. Do Império à República. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p. 163-171.

MATTOS, Mario. Academia Mineira de Letras: discurso de recepção do novo academico, sr. Mario Mattos: elogio do Senador Diogo de Vasconcellos. In: **RAPM**. Ano XXII, Belo Horizonte, 1928.

MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIII, 2007.

MEDEIROS, Bruno Franco. História, Memória e Identidade no Arquivo Público Mineiro. **Anais do I Encontro Memorial do ICHS**, 2006

_____. José Pedro Xavier da Veiga e o Projeto de uma Identidade Histórica no Arquivo Público Mineiro. Atas do Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-Americano. **Intellèctus**. Ano 5, vol. II, 2006.

MOREIRA, Vivaldi. Reedição de Diogo de Vasconcelos. (Texto de orelha Ca capa do livro). In: VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. V.2. 4ªEd. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

NOLETO, Pedro. Reforma eleitoral desagrada defensores do voto direto. **Jornal da Câmara**. Brasília, 18 de outubro de 1999. (Acesso em: <http://www.camara.gov.br/internet/jornal/jc19991018.pdf>. Em 30/09/2010, às 11:10hs).

PEDREIRA, Augusto J. Serra do Sincorá, Chapada Diamantina, BA: Beleza paisagística e paleopláceres de diamante. In: Schobbenhaus,C.; Campos,D.A.; Queiroz,E.T.; Winge,M.; Berbert-Born,M.L.C. (Edit.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002.

RAPM, julho a setembro de 1896, fascículo I.

RAPM, janeiro a março de 1901, fascículo VI, 757-760.

ROMERO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano 45, n.1. Belo Horizonte, 2009, pp. 106-117.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, número 02, março 2009, pp. 163-209.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2 ed. Brasília: Editora UNB, 1986, p. 306-8.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. **Revista Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 3, 1973.

SILVA, Gislânia de Freitas e MARTINS, Mônica Dias. Novo olhar sobre as nacionalidades nas Américas. **Tensões Mundiais**. n° 8. janeiro / junho de 2009, pp. 291-296.

SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. **RAPM**. Ano 43, n° 1. jan/jun 2007.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. Nação e Região: Os discursos fundadores. **Ciclo de Conferências Brasil 500 anos realizado pela Fundação Nacional de Arte - FUNARTE** - em sua quarta edição Nação e Região, no Rio de Janeiro, aos 11 de outubro de 2000.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (ED). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 185-207.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Autor, texto e contexto: A História Intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. Vol.5, Ano.V, n.4. Out/Nov/Dez de 2008, pp.1-19.

VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XIV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p.211-220, 1909.

_____. Prefácio. In: RESENDE E SILVA, Arthur Vieira de. O município de Cataguazes: Esboço Histórico. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XIII - 1908. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p.645-648, 1908.

_____. Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitánias e os Capitães-móres de Ilhas e Cidades. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo Especial Consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional. (7-16 de setembro de 1914). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p.281-298, 1916.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas Mineiras na Primeira República Brasileira: Um Levantamento Prosopográfico. In: **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, 2000, Porto Alegre. CD-ROn das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada – Países do Mercosul, 2000. v. 1

ARQUIVOS CONSULTADOS:

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana

Sistema Integrado de Acervo - Arquivo Público Mineiro

Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo os avaliadores os seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Helena Miranda Mollo
Universidade Federal de Ouro Preto
Orientadora

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo
Universidade Federal de Ouro Preto
Leitor

Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus
Universidade Federal de Ouro Preto
Leitor

PARECER

A Comissão Avaliadora, composta pelos professores.....
..... ,
..... e
..... , da monografia de Bacharelado de Rodrigo Machado da Silva, intitulada “A experiência do passado: a escrita da História como discurso da civilização”, reunida no dia/...../ 2010, às horas, no ICHS, resolveu conferir ao trabalho a nota..... (.....), à luz do seguinte parecer:
“
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....”

.....
.....
.....

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Certifico que, aos dias do mês de de 2010, às horas, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP), reuniu-se a Comissão Avaliadora designada para julgar a Monografia de Bacharelado de Rodrigo Machado da Silva, intitulada “A experiência do passado: a escrita da História como discurso da civilização”, sendo a referida Comissão composta pelos professores: Prof^a. Dr^a. Helena Miranda Mollo (orientadora), Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo e Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus. A Comissão Avaliadora resolveu considerar o trabalho aprovado, à luz do seguinte parecer: “.....” e por ser verdade, eu, secretária do Departamento de História, assino a presente Certidão.

Mariana, de..... de 2010

Secretária do DEHIS

Visto:
Chefe do DEHIS